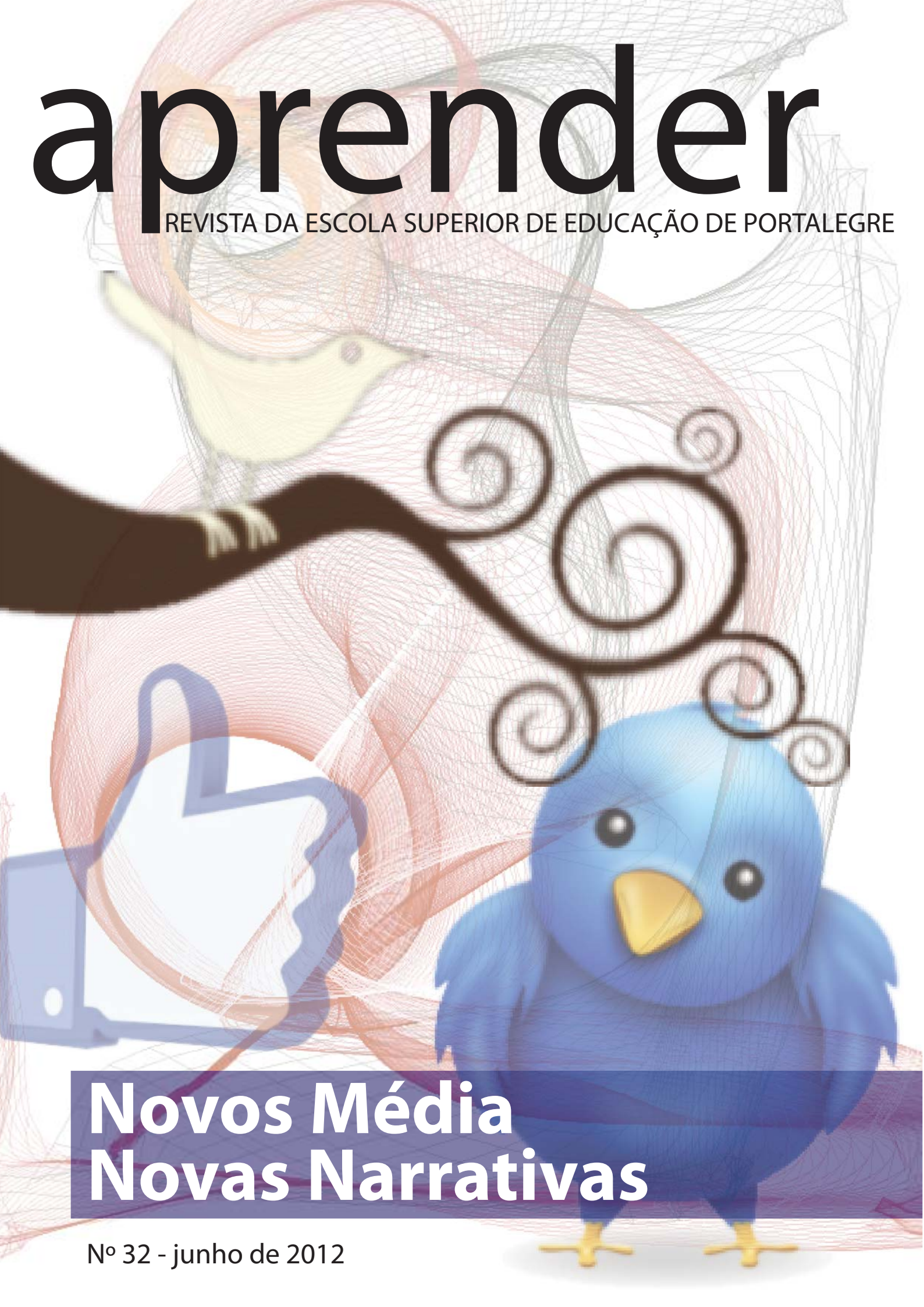


aprender

REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PORTALEGRE



**Novos Média
Novas Narrativas**

Nº 32 - junho de 2012

Ficha Técnica

ISSN 0871 - 1267
APRENDER
N.º 32
junho de 2012

Director:

Abílio Amiguinho

Director Adjunto:

Fernando Oliveira

Coordenação do Tema Central:

Cláudia Barradas, Sónia Lamy, Luís Bonixe

Revisão:

Teresa Oliveira, Ana Margarida Soares, António Sérgio Silva

Capa:

Luís Calado

Conselho Consultivo:

António José Campesino Fernández, Clara Ferrão Tavares, Fernanda Mota Alves, Inês Amaro, Inês Sim-Sim, Lucília Valente, Manuel António Brites Salgado, Marcelino Santos Lopes, Margarida Morgado, Maria de Fátima Mendes, Maria João Cardona, Marta Campos Quadros, Rui Canário, Soledad Ruano López

Conselho Editorial:

Abílio Amiguinho, Alexandre Martins, Carlos Alves, Carole Young, Elisabete Mendes, Eva Milheiro, Fernando Oliveira, Francisco Cid, Luís Bonixe, Teresa Oliveira

Colaboram neste Número:

Adriana Mello Guimarães, Ângela Mendes, Cláudia Barradas, Cordelia Santiño, Elisabete Pato, Francisco Javier Hinojo Lucena, João Canavilhas, Imaculada Aznar Díaz, João Emilio Alves, João Picado, Luís Bonixe, Maria José Martins, M^a Pilar Cáceres Reche, Natalie Fenton, Nuno Fernandes, Patrícia Matos, Ricardo Batista, Soledad Ruano López, Sónia Lamy, Susana Maia Porto

Composição:

Cláudia Lopes

Edição e Propriedade:

Escola Superior de Educação de Portalegre
Praça da República
Apartado 125
7301-957 PORTALEGRE

Depósito Legal:

14 293/86

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.
Não nos comprometemos a publicar colaboração não solicitada.

ÍNDICE

Editorial	3	Média e Comunicação	
Tema Central: Novos Média, Novas Narrativas		<i>Notas sobre jornalismo e história em Eça de Queirós</i>	
Entrevista		Adriana Mello Guimarães.....	69
<i>New media and journalism in change. Entrevista a Natalie Fenton</i>		Educação Intercultural e Imigração	
Entrevista de Sónia Lamy.....	4	<i>Resposta educativa às necessidades dos alunos imigrantes: o caso espanhol</i>	
<i>Tendencias del discurso audiovisual en la TV digital</i>		Inmaculada Aznar Díaz, M ^a Pilar Cáceres Reche, Francisco Javier Hinojo Lucena e Cordelia Santiño.....	72
Soledad Ruano López.....	13	Etnomusicologia	
<i>Informação audiovisual: as webtelevisões, a proximidade via web dos conteúdos locais e regionais</i>		<i>Identidade cultural e musical portuguesa vs. globalização</i>	
Nuno Fernandes.....	18	Susana Maia Porto.....	78
<i>La comunicaci3n interactiva desde las p3ginas Web de las capitales distritales portuguesas</i>		Ensino Superior Politécnico e Investigação Científica	
Cláudia Barradas.....	29	<i>O ensino superior politécnico e a investigação científica: Outros caminhos e novos desafios/ oportunidades para a ESEP</i>	
<i>As ONG nas redes sociais – A tendência de uma nova forma de acesso ao espaço público</i>		João Emilio Alves.....	84
Sónia Lamy.....	37	Notícias da ESEP	
<i>Rádios locais e cidadania – uma perspetiva sobre novas formas de participação dos ouvintes</i>		<i>Educação e proteção de crianças e jovens em risco: Uma nova oferta formativa da ESEP, ao nível do 2.º ciclo de estudos (grau de mestre)</i>	
Luís Bonixe.....	46	Maria José Martins.....	84
<i>Jornalismo e novas plataformas - Análise comparativa entre a Visão e a Visão iPad</i>		Nota de Leitura	
João Picado.....	52	<i>Jeff Kaye & Stephen Quinn. Funding Journalism in the Digital Age: Business Models, Strategies, Issues and Trends. New York: Peter Lang Publishing, Inc., 2010.</i>	
Neste número destacamos		Ângela Mendes.....	105
<i>Jornalismo na Web: Da Pirâmide Invertida à Pirâmide Deitada</i>			
João Canavilhas.....	58		
Projeto			
<i>O testemunho das Jornadas da Comunicação: Elogiar o passado e projetar o futuro</i>			
Elisabete Pato, Patrícia Matos e Ricardo Batista.....	66		

Editorial

A emergência das novas tecnologias, em particular a Internet, modificou o modo como consumimos as mensagens mediáticas, gerando novas dinâmicas e alterando a forma como nos relacionamos com os meios de comunicação social.

De um modelo caracterizado pela difusão de mensagens de um para muitos, passámos rapidamente para um sistema em que somos simultaneamente produtores e consumidores. Este novo cenário não podia deixar de ter consequências no discurso e nas narrativas mediáticas.

Apesar do interesse que tal temática tem suscitado no campo dos média, entre investigadores, jornalistas, comunicadores de um modo geral, o tema está longe de se esgotar, razão que nos leva a propor um número da *Aprender* dedicado aos Novos Média e às Novas Narrativas.

O número que apresentamos propõe-nos uma incursão pelas novas narrativas da Televisão, num artigo assinado pela professora da Universidad de Extremadura, Soledad Ruano López. A autora reflete sobre as implicações que a televisão digital tem na planificação da programação televisiva, apresentando, com o exemplo espanhol, a sua evolução e a forma inovadora, nas palavras da própria, como vai permitindo uma oferta televisiva cada vez mais plural e diversificada.

Ainda em relação às transformações na área da televisão, Nuno Fernandes traça um cenário geral sobre as WebTV em Portugal.

Tradicionalmente débil, o setor das rádios locais é aqui analisado por Luís Bonixe, na perspetiva de que a sua migração para as plataformas digitais possa representar um rejuvenescimento destas emissoras.

Um cenário para os jornais e revistas até há pouco tempo impensável é agora possível com a evolução tecnológica. A migração para os dispositivos móveis gerou novos consumos de notícias. E até que ponto significa também um discurso jornalístico renovado? Esse é o ponto de partida do artigo assinado por João Picado.

A questão das novas tecnologias ao serviço dos gabinetes de comunicação municipal é alvo de análise no artigo de Cláudia Barradas, que propõe uma abordagem à questão da interatividade, a partir dos sites das capitais distritais portuguesas.

A Internet é cada vez mais uma ferramenta de comunicação também para outros setores da sociedade civil. As Organizações Não-Governamentais (ONG), como outras instituições, tentam abraçar todas as oportunidades disponíveis no mundo digital. Sónia Lamy propõe uma análise da presença de algumas ONG nas redes sociais, tentando compreender de que modo é que esta ferramenta é utilizada por estas instituições.

Natalie Fenton, professora de Jornalismo e Média no Instituto Goldsmiths, da Universidade de Londres, e investigadora de referência no estudo dos média e da Internet, introduz, na entrevista que aqui apresentamos, o conceito de “Churnalism”, referindo-se a um novo tipo de jornalismo que se baseia no “corta e cola” e que viola os valores de ética necessários a uma esfera pública democrática.

Reeditamos, ainda, um artigo que considerámos de referência no estudo do ciberjornalismo. “Da Pirâmide Invertida à Pirâmide Deitada”, da autoria de João Canavilhas, merece uma nova leitura, quanto mais não seja pela atualização que o texto mereceu da parte do seu autor.

Uma nota final para um dos projetos mais antigos e de sucesso na Escola Superior de Educação: as Jornadas da Comunicação, que têm a particularidade de serem realizadas há 16 anos, exclusivamente pelos alunos de Jornalismo e Comunicação, eles que nos trazem uma reflexão sobre a iniciativa.

A
P
R
E
N
D
E
R

Entrevista

New media and journalism in change

Entrevista de: Sónia Lamy
Escola Superior de Educação de
Portalegre. C3i. CIMJ

TEMA CENTRAL
Novos Média, Novas Narrativas

Escola Superior de Educação de Portalegre

“Churnalism” é o termo que Natalie Fenton, professora de Jornalismo e Media em Goldsmiths, Universidade de Londres, utiliza para se referir a um novo tipo de jornalismo que se baseia no “corta e cola” e que viola os valores de ética necessários a uma esfera pública democrática.

Natalie Fenton estuda a influência dos media na formação de identidades e democracia. E considera que no contexto das sociedades capitalistas, profundamente desiguais, também vivemos num dominado por ideias e identidades em circulação. A investigadora orienta o seu estudo nos pressupostos impostos pela necessidade de compreender a relação entre a autonomia individual e liberdade e a construção social da identidade num ambiente muito dominado pela influência mediática.

Neste contexto, a professora de Goldsmiths, Universidade de Londres, fala-nos sobre a emergência de um novo paradigma de jornalismo, ou simplesmente a replicação de “mais do mesmo” em múltiplos canais.

Sónia Lamy – In your latest book “New Media, Old news” you argued that the agenda remains the same, despite the use of new media. Do you think that the news agenda has become wider with the development of new media? Or, on the other hand, do the mainstream media impose the main agenda?

Natalie Fenton – In our research we found that the internet has indeed modified news and journalism, sometimes in positive and productive ways. New voices have found expression in blogs and alternative news sites operating out of civil society have found space and voice online. The Internet has also enabled estab-

lished communities of interest to be more efficient in their circulation of communication and sharing of information with one another. And of course as a repository of information and knowledge the internet is unparalleled.

However, it is important that the impact of new media on the news environment is not seen in a vacuum. Technology has changed the way news is gathered, written, edited, disseminated and read but it has done so as part of a complex history that also includes the extensive marketisation of news and deregulation of corporate communications industries, particularly in the UK. This combination of factors has transformed the world of mainstream news – newspaper cir-

culatation and readership levels are at an all time low and key advertising revenue has reduced sharply. We have seen a tremendous growth in the number of free newspapers, emergence of 24 hour television news and the popularisation of online and mobile platforms. This has presented the newspaper industry with some real challenges. Maintaining profit margins and shareholder returns is increasingly dependent upon the use of fewer journalists doing more work in less time to fill more spaces in a multi-platform, online news environment. This results frequently in greater use of unattributed rewrites of press agency or public relations material and cut-and-paste practices that are now commonly referred to as 'churnalism', a practice that is antithetical to the kind of public-interest values upon which the democratic public sphere depends.

Our research revealed journalists being thrust into news production more akin to creative cannibalization than the craft of journalism – as they need to fill more space and work at greater speed while also having improved access to stories and sources online – they talk less to their sources, and find themselves captured in desk-bound, cut and paste, administrative journalism that quite literally re-circulates news found elsewhere online. In a bid to maintain a competitive edge, journalists spend a large amount of time monitoring other media online, the news wires and user-generated content. Rewriting stories gained through this constant monitoring is the main task of many journalists (especially in online newsrooms). Analysis of the content of mainstream online news further revealed that much of the abundant news online is the same: news organizations often cover stories from the same angles and different news organizations repeatedly present the same information in their stories. Ready-made fodder from tried and tested sources takes precedence over the sheer difficulty of dealing with the enormity of user generated content or the overload of online information. Rather than the transformative new world of journalism fuelled by countless sources once deprived of a voice in the public sphere, we found a news environment driven by the principles of commercialism wherein news organizations foreground rationalization (by cutting back on journalists)

and marketization (through the increasing commodification of news) at the expense of ideal democratic objectives in a way that has led to the homogenization of content rather than the increased plurality promised of the digital age.

Many commentators suggest that the internet brings new ways of collecting and reporting information into newsrooms. It brings forth a new journalism that is open to novices, lacks established forms of editorial control, can stem from anywhere (not just the newsroom), involves new writing techniques, functions in a network with fragmented audiences, is iterative and delivered at great speed. It reinvigorates democracy through increasing plurality, accessibility and participation. But the internet is just a tool and the possibility for new forms of journalism it conjures up must also play out in the same social, political and economic structures as so-called 'old' journalism and traditional news media.

Rather than change the kind of events that become news, our research revealed a levelling out of news to the lowest common denominator as organisations chase sales and audience rather than stories of genuine journalistic value. The consequences of these developments appear to be particularly stark for original newsgathering, investigative reporting, foreign and local news – none of which can provide the necessary economies of scale to buck the financial down-turn. If change has taken place, it has been change for the worse rather than change for the better. The technology may hold the potential for expanding news, increasing it's depth and range, bringing more sources to more journalists thereby offering up the possibility of an enhanced public sphere. But this potential is left firmly in the starting blocks as commercial priorities dominate the direction mainstream news takes.

S.L. – Could social media change what we considered as news, or create news events? Should we see social media as a communication tool especially for news sources?

N.F. – Social media have certainly changed how we communicate. Research shows that the average global daily time spent on

Facebook is 25 minutes compared to 5 minutes for a popular news site. In informational terms, use of the internet clearly has the potential to influence the capacity of 'ordinary' citizens and resource-poor social or political groups to gain information and expertise through vastly increasing the range of information that is freely available to any internet user, on virtually any subject imaginable. In communicational terms, sites like You Tube, Twitter, Facebook or MySpace have acquired billions of users in only a couple of years largely by 'word of mouth' – or at least, via millions of communications carried out through online social contacts. These social networking sites are claimed to break down the barriers between traditionally public and private spheres of communication, putting power in the hands of the user thereby giving the details of private concerns a public presence and enabling the public domain of the official political and institutional realm to be more easily monitored by the private citizen. Hence, social networking is argued to bring forth a means of communication that is for the public by the public.

On the other hand there are those who propose a more critical assessment viewing the form and nature of communication on display as no more than an incessant version of a 'daily me' that personalises and depoliticises public issues and simply re-emphasises old inequalities while feeding corporations the necessary data for online marketing, business promotion and the exploitation of private affairs – a specifically anti-democratic turn leading to civic privatism. This approach emphasizes political economic concerns reminding us that the internet does not transcend global capitalism but is deeply involved with it by virtue of the corporate interests it supports and the discourses of capitalism and neo-liberalism that the people who use it are drenched in. In this manner social networking is claimed to further inscribe the neoliberal production of self in forms of mediation that are deeply commodified while also being conducive to sociality. In other words, in developed Western democracies where social media exist within social and political contexts that foreground individualization, embedded in technological developments that encourage pervasive communication and an ever connected online presence,

social networking sites are seen as extending neoliberal ideology rather than contesting it.

Of course, situating a discussion in a sterile binary framework with the optimists on one side and the pessimists on the other is often how debates on new technologies begin (whether referring to the radio, television or the computer). But both approaches in isolation are reductive (either in relation to technology or in relation to largely political economic factors) and can never fully appreciate the form of communication they are commenting upon. As a result, each approach misunderstands the nature and impact of the media (in this case of digital social media) on the social and political contours of contemporary life and in doing so misunderstands the nature of the social and the political and the complexity of power therein. Part of this misunderstanding comes from a media centrism that resists a deep and critical contextualisation of social and political life. The millions of people who use social networking sites inhabit a mediated world that offers the possibilities of more control than mainstream media, is mobile, interactive and holds endless creative potential, but is nonetheless mythic. The claimed ubiquity of the internet and social media stress the significance of always being tuned in and on-line. The seductive power of this mythic centre circulates around social life and serves to obscure the reproduction of dominant values of neoliberal society.

Social media are not inherently liberatory; network openness does not lead us directly to democracy. The practices of new media may be liberating for the user but not necessarily democratising for society. We would be wise to remember that the wider social contexts in which networks are formed and exist have a political architecture that predates the Internet. While social networking forces us to recognize the destabilisation of the producer and the consumer and the blurring of the social and political public spheres, to be fully understood it must be considered contextually. In certain contexts, expansions in networked communications media reinforce the hegemony of democratic rhetoric, fetishizing speech, opinion and participation. It suggests to us that the numbers of friends you have on Facebook, the number

of page-hits on your blog are markers of success. This networked communication may well expand the possibilities of contestation but may also increasingly embed mainstream media's priorities and interests ever more deeply into what we think of as political. This helps further to establish the norms and values of commercial media while diverting attention from corporate and financial influence, access to structures of decision making and the narrowing of political struggle to reality entertainment.

These debates are discussed in more detail in a forthcoming book (James Curran, Natalie Fenton and Des Freedman, 2012, *Misunderstanding the Internet*, London: Routledge)

S.L. – Do new media enhance public participation or on the contrary is there a risk for people to be more passive before such information?

N.F. – Multiplicity, or sheer abundance of information available to us has been argued to breed misinformation and lack of understanding because the daily habits and rituals of news have changed. People are no longer required to sit in front of the television for a set period of time each day or to read the newspaper over breakfast. Instead we do news snacking. But there are so many other more tempting treats on offer that 'healthy' news snacking is rapidly replaced by the more immediately gratifying tasty tit-bits of entertainment. Even more worryingly researchers identify a pattern whereby in a high choice media environment the less-well informed are more inclined to opt for entertainment while the better informed include the news junkies leading to increasing inequality of knowledge between the more informed and the less informed. Similarly, the high speed of new media communication is said to lessen learning and feed quick news fixes over longer more considered forms of consumption.

This raises important issues for news and information in a world of social media where genre categories are also blurred and often difficult to tell apart. How do you distinguish between the facts – albeit contextualized and problematised – and the noise

and increasing and ever expanding volume of comment, opinion and propaganda?

Another argument is the same in reverse – that there is so much audience content online that it enables journalists to see a broader world and connect with a wider range of news source that will ultimately democratise the news product itself. But even when audience content gains from sources such as social media, and is used as a means of generating news stories, it is usually in a very restricted range of areas relating largely to popular culture and human interest content rather than news/informational content.

The notion that power is spread more widely in an environment where anyone can set up a website, can also be challenged on the grounds that social and political elites have greater cultural and economic capital at their disposal to harness the power of social media to their advantage. It is inevitable that as soon as a form of technology is seen to be a useful means of relaying information and connecting with people, particularly people that may otherwise not engage with their message then political elites will try to find ways of exploiting it to their advantage. So political leaders post video blogs on to YouTube senior politicians apparently Twitter their way through their days while attempting to perform their political duties.

S.L. – The way through news comes to civil society had definitely been changed. Do you believe this will cause some kind of change in what civil society understands as news? The new media can be a tool of struggle for groups related to equality or minorities?

N.F. – The digital age has also of course, brought with it increased possibilities for civil society including groups related to equality issues and minorities to campaign and publicise their work. However, in the rush to be heard, resources (financial and staffing) have become more rather than less important (as claimed by many new media evangelists). Many large and well resourced civil society associations have been able to respond to a media saturated environment through a growth in press and public relations offices increasingly staffed

by trained professional journalists. These professionals apply the same norms and values to their work as any mainstream newsroom albeit with different aims and intentions. They use their contacts and cultural capital to gain access to key journalists and report increasing success in a media-expanded world.

The resource poor, however, find it much more difficult to keep up with changes in technology and the explosion of news space and much harder to stand out amidst the countless voices online that all compete for journalists' attention. Early exponents of the advantages of new communication technologies proclaimed that new media increase access and create a more level playing field. In reality, however, resource-poor organizations have been forced to rely on long-standing credibility established by proven news-awareness and issue relevance. They find it much harder to keep up with changes in technology and the explosion of news and information spaces, and much harder to stand out amidst the countless online voices competing for journalists' attention.

To be noticed, civil society associations are now expected to embrace all of the opportunities available to them in the digital world – from blogging, podcasts, and social networking sites to their own online news platforms and beyond. Servicing these different communication channels and technologies requires investment of time, money and technical skills, resources that are not equally available to all. Certain organizations, and particularly those that are resource-rich, may be getting more coverage (often online). But even in these cases, to better secure coverage, civil society associations must modify their content to fit pre-established journalistic norms and values – a media logic that has led to what I have called “news cloning.” News cloning refers to the practice by groups in civil society of providing news that mimics, or indeed matches, the requirements of mainstream news agendas diminishing their ability to advocate on particular causes and issues in their communications. So new information and communication technologies are far from expanding access to, and representation in, mainstream news media amongst resource-poor groups, as much of the early literature

envisaged. Resources, in particular the ability to spend time and money on keeping up-to-date with technological advances and feeding an insatiable news space still structure access and determine levels of representation.

In this context, protecting and enhancing a diversity of media content is ever more vital. Even though there is now a plethora of media outlets, and citizens and civil society can publish media content more easily than ever, there still is a significant threat to pluralism given the domination of a limited number of organizations that control the flow of news and the contours of public debate. Citizen media maybe growing but it is still overshadowed by the major international news organisations. The large traditional news organizations with a strong market position and extensive and established news production infrastructure have responded to the current climate by investing heavily in online platforms. UK citizens predominantly use online news sites that are run by existing news providers further asserting the already significant dominance of the major players. Furthermore the organisation of web search tends to send more users to the most popular sites further entrenching the dominance of mainstream media. It seems ever likely that the voices on the web will be dominated by the larger more established news providers, rather than any form of citizen media, in a manner that limits possibilities for increased pluralism.

S.L. – Advertising investments and profits on new media are not yet too significant for the consolidation of a business. Portugal is now experiencing a severe crisis, with a great impact on the media. Can new media be a profitable new market for journalism business?

N.F. – First, it is true, of course, that whole swathes of the media – and not just the news – have been affected by the recent downturn in advertising and wider economic instability. Advertising has only just emerged from a sustained slump and managed to increase by 5 per cent in 2010. The four leading regional publishers in the UK, Johnston Press, Trinity Mirror, Northcliffe and Newsquest, have all suffered huge falls in income, including the

loss of £1 billion in classified revenue from 2008 to the present.

There are two main responses to this particular situation. First, there is an attempt to search for additional revenue sources and, in particular, to monetise digital audiences through the creation of paywalls and digital subscriptions. It is too early to assess the success or otherwise of, for example, the Times in erecting a paywall for its online edition but it is notable that, unlike FT.com, it does not provide any specialist information. It seems unlikely that paywalls will be a successful model for 'generalist' news in the short-term. As long as there is at least one source of news that is free in a similar format, there will be little reason to pay and therefore little certainty that revenue from digital sales will compensate for lost advertising and print sales.

Second, there is the view, held by a large proportion of the news industry, that news organisations must do whatever it takes to ensure their survival. Cost-cutting, bureaux closures, the pursuit of multi-platform efficiencies and the intensification of competition within specific market segments are all justified by precarious economic conditions. Above all, no additional economic or regulatory demands should be imposed on companies in such dire financial circumstances.

The situation is particularly acute in regional and local news where conglomeration has seen a diverse ecology of media ownership now reduced to a handful of major media groups who have bought local and regional news businesses using leveraged debt finance. The leveraging that has taken place to finance this conglomeration has led to groups requiring returns of around 30-40 % each year to service debt and enable dividends to their shareholders. This has led to aggressive business plans that have undermined news.

However, what these responses fail to make clear is that the highly challenging circumstances currently facing news organisations have not suddenly turned the whole news sector into a financial disaster. Indeed, profits in 2010 for the bulk of news providers and distributors in the UK were significantly up from 2009.

Company	Profits in 2010 (£m)	Up or down from 2009
Trinity Mirror	101.5	Up 39.6 %
Daily Mail and General Trust	247	Up 22.9 %
Telegraph Media Group	60	Up 53 %
Northern and Shell	30.3	Up 240 %
Archant	8.2	Up 157 %
BSkyB	1170	Up 157 %
ITV	321	Up 200 %
Pearson	670	Up 28 %
Press Association	5.7	Down 12.3 %
Newsquest*	88.5	Down 52 %

* Figures from 2009 and 2008 respectively. All figures taken from company reports.

When it comes to Google, an increasingly powerful actor in the news industry, the situation is particularly encouraging. Google Inc's profit before tax was £6.98 billion in 2010. While Google, as well as some other companies listed in the table above, do not make the bulk of their profits from news, we can nevertheless conclude that some major organisations active in the British news and media industries continue to make substantial profits despite the volatility of the period.

This situation makes it possible to speak of a range of alternatives to how news is funded and organised in order to ensure that resources are made available to produce independent, quality journalism, to protect editorial standards and to promote ethical behaviour. Such alternatives might include:

- Levies on the turnover of profitable communications companies to finance new news outlets with specific remits to serve communities and constituencies currently under-served by the news media.

– The extension of VAT exemptions to cover digital advertising and sales but only on condition that the recipients make a specific commitment to maintain sufficient resources for quality journalism or to support new public interest news ventures.

– Amending charity law so that local newspapers may be operated as charitable organisations.

– The introduction of tax incentives for community groups and co-operative bodies to fund takeovers and investment and to facilitate transfers.

Many of these arguments are further developed in the ‘Funding Models’ briefing paper produced by the Coordinating Committee for Media Reform UK. For more information, please go to www.mediareform.org.uk.

S.L. – Internet will be more useful for entertainment or journalism?

N.F. – Although online newspapers are growing and their print versions are declining, empirical evidence shows that people use the internet mostly for entertainment purposes and online they are more likely to seek out only those fragments that are of particular interest to them rather than the pursuit of news and current affairs information more generally. And although news consumption online is steadily increasing there is very little evidence to support the view that the internet has been established as a primary source of news except for a very small minority. It is also argued that the abundance of choice available online results in less exposure to news and current affairs – just as it may be easier to find it is also easier to avoid (Prior, 2007). Similarly, Patterson (2011) argues that an abundance of news does not necessarily enhance democracy, even if consumption is high, if the nature of the news content serves the interests of the news industry over the public’s information needs. Furthermore, it is worth bearing in mind that audiences in the UK are still predominantly focussed on traditional media with 43 per cent stating a preference for offline media compared to 26 per cent online and 70 per cent stating they prefer print compared to 17 per cent who prefer an online source (KPMG, 2010). And of course, issues of the digital divide are still very

much with us with over a quarter of households in England still without an internet connection direct to their home and 11 % of UK households still unable to get broadband at 2MB (Ofcom, 2009).

S.L. – Do you think that the Internet could democratize information?

N.F. – Of course, the age of the internet has given rise to the interactive and participative characteristics of the Web that opens up the potential for everyone with the right tools to play the role of a journalist through the sharing of news and information. This impact comes in three main forms. Firstly, civic journalism is increasing; secondly, citizen access to public information and government services is expanding; and thirdly, citizens are more and more able to get direct contact with news sources themselves. Our own research revealed several examples of where citizens had stepped into the fold and set up their own online news service.

There is a wide range of content from local organizations (including voluntary organizations, charities, churches) and local people available especially on the internet. Websites of various organizations, blogs, email lists, newsletters, Facebook pages, MySpace, Twitter as well as printed leaflets, handouts, information on notice boards etc. all provide information and sometimes news that are of local importance. The sources and contents of such information are however fragmented and often difficult to find for local people. We also identified many non-journalists producing hyper-local content, often in innovative ways. These individuals (or groups of individuals) characterized themselves neither as news makers nor as journalists and were insistent that they could not and should not be seen as replacing journalists.

This informal, ad hoc non-journalist produced local content is of value when people know where to find it but it is also intermittent, unpredictable and particular to the individual producing it. These types of news are innovative but they do not represent alternative business models. They are mostly self-financed and rely on the work of volunteers. Volunteers tend to work on issues that are of personal

interest to them and they often have difficulty finding the time to do the work required resulting in an inevitable fragmentation of the public sphere. As such these sites are piecemeal, driven by the interests of the few and often struggling to survive.

S.L. – What should we set as good journalism today?

N.F. – In an ideal world, unfettered by the pressures of failed business models, new technology and plummeting sales and circulation figures, news media would survey the socio-political environment, hold the Government and other officials to account, provide a platform for intelligible and illuminating debate, offer incentives, maybe, for citizens to learn and become involved and encourage dialogue across a range of views. This is an ideal relationship, however, and it's hinged very much on a conception of independent journalists functioning in the public interest linked to notions of knowledge, political participation and democratic renewal.

The key question is, how can we provide the environment that is necessary to enable journalists to do the jobs that most of them want to do, to scrutinise, monitor, hold to account, interrogate power, facilitate and maintain deliberation? What are the conditions necessary for that journalism to function to its absolute optimum? The burning question then becomes: can we regulate for the relationship between news and democracy while retaining independent journalism and freedom of the press, and if so, how?

Regulation of the press has always been seen as tantamount to authoritarian rule; as deliberate interference with and the inhibition of the freedom of the press and as being profoundly anti-democratic. Yet we have to now face up to the fact that in the UK at least, such an approach has actually done precious little to protect the public interest in the provision of news and its contribution to democratic life. Regulation does not necessarily destroy journalistic freedom. Public service broadcasters in the UK follow clear regulatory frameworks and this is where we see some of the very best investigative journalism. It may not be perfect but it does expose the argument

that imposing standards on a news industry inevitably leads to anti-democratic practice and diminishes journalistic integrity. If we accept there is a connection between news and democracy, that news provides the vital resources for processes of information gathering, deliberation and analysis, then surely it's not unreasonable to accept that it's any democratic government's responsibility to ensure that the conditions are in place to promote democratic practice. An excessively liberalised press has failed to provide the freedom to practice independent journalism in the public interest. Markets do not have democratic intent at their core. When markets fail or come under threat, ethical journalistic practice is swept aside in pursuit of financial stability.

This leaves us with some critical questions:

– How do we invest commercial news with public interest priorities?

– How do we address issues concerning the economic performance and sustainable growth of the news industry?

– How do we develop new funding models that will sustain local and national news ventures in the public interest?

I believe the answer lies in a post-corporate, not-for-profit, independent news media freed from the shackles of commercialism that prioritises the relationship with democracy.

S.L. – Are there any new media business models that you consider an example, as a role model to journalism?

N.F. – Citizens have not stopped reading the news – they have just lost the habit of paying for it. Online, only very high volume sites are capable of funding themselves through advertising because the cost of advertising is now so low. But 'high volume' precludes small-scale local news outlets, which are the starting point for most news stories and the training ground for most news journalists. In this environment 'niche' news about: money, sex, gambling, sport and technology do reasonably well. General news sites are close to un-sustainable. New business models will emerge over time but we should also look for ways of subsidising journalism in the public interest. There are several ways of doing this:

– Levy the news aggregators. Google news and Yahoo News have led the field in changing the way people read news, allowing them to browse free services rather than enter through a specific portal. Just a 1 per cent levy on UK turnover would allow these companies to give back £20 million to the people who report the news. The French government has advocated such a tax.

– Search and Social Media advertising. Social media is mopping up the advertising that used to pay for journalism. It also encourages people to browse for individual items rather than go direct to news sources – thus breaking down audience loyalty. These social game-changers could be asked to give something back to the industry it has destroyed and help to keep democracy alive. Sweden already raises a 10 % levy and the Netherlands a 4 % levy. Just a 1 % levy in the UK would raise over £50 million per year.

– Internet Service Providers. Broadband suppliers benefit from free online content, including that provided by news organisations. Taxes on telecoms are already in place in France, Spain and Hungary (though they are currently being challenged in the European court). A 0.9 % tax levy in the UK would yield £40 million annually.

The Money raised from these levies could be used to reinvest in journalism. It could nurture the roots of journalism by providing a fund for starter jobs at local levels for reporters covering the local authority/health service/schools/courts etc. It could give priority to start-ups who are independent and rooted in the community. These jobs would be platform neutral and could be in video, radio, print, online or multi-platform. To apply for the fund local newspapers would need to demonstrate that all the time of the journalists employed via this fund was dedicated to ‘real’ journalism. Such a model would follow on from examples in the Netherlands where journalism jobs are already subsidised.

Funds raised from levies could also be used to encourage News Cooperatives: employee owned mutualised organisations that operate on a low-profit or not-for-profit basis and are likely to be more accountable to their readers and more likely to promote public interest journalism than commercially owned

titles. By subsidising news cooperatives jobs in the short-term, co-ops could be given the breathing space to develop sustainable businesses in the long-term.

Tendencias del discurso audiovisual en la TV digital

Soledad Ruano López
Universidad de Extremadura
solruano@unex.es

Resumen: Los planteamientos de programación de las televisiones generalistas van destinados a un público masivo e indiferenciado, tratando de conseguir el mayor número de espectadores en todo momento. Organizando las parrillas de programación en función del público existente en cada franja horaria, dejando de lado a las minorías, pero este modelo ha dejado paso a la televisión especializada o televisión temática, donde las audiencias se individualizan. El proceso ha sido lento en nuestro país, aunque desde 1997 el panorama ha cambiado sustancialmente con la aparición de las plataformas digitales de pago. Las televisiones de pago suponen un soplo de aire fresco y permiten programar en función de diferentes criterios; Este modelo de televisión no busca llegar a la gran masa sino a un público segmentado, diverso, al que trata de forma individual y, por lo tanto, no ha de adaptarse a los gustos de las audiencias mayoritarias. Pero, la nueva televisión digital viene asociada a planteamientos innovadores de programación que afectan a todas sus formas de distribución. En la TDT, el número de cadenas se multiplica, tienen mayor calidad de imagen y sonido, películas en varios idiomas, con subtítulos, interactividad... sin suscripciones ni cuotas mensuales con acceso a la emisión de cadenas autonómicas, nacionales e internacionales, lo que hace más plural la oferta televisiva.

Evolución de la programación en la televisión generalista

En España, la regulación de la televisión ha evolucionado en poco más de una década desde posturas iniciales que sostienen el monopolio por parte del Estado, hasta la progresiva liberalización que permite gestionar de forma privada emisoras de televisión.

En la década de los noventa ha sido cuando la televisión en España ha experimentado el cambio más profundo en sus cincuenta años de historia. La aparición de nuevos canales privados, nuevas empresas, las televisiones locales, televisión por satélite, por cable, las plataformas digitales, las ya consolidadas televisiones autonómicas, todo esto ha supuesto una modificación en el panorama audiovisual.

Como consecuencia de esta competencia entre cadenas surge una nueva tipología de

programas siguiendo la lógica de las audiencias, que ha supuesto una superficialidad y trivialización en los contenidos, poniendo en peligro la calidad en la programación, y parafraseando a André Tudesq en su libro Historia de la Radio y la Televisión, “(...) ha hecho estallar las barreras entre lo público y lo privado, entre lo político, lo económico y lo cultural” (TUDESQ, 2001, p. 159).

Esta fuerte competitividad por conseguir las mayores cuotas de audiencia y mantener las cuotas de mercado, sobre todo en horarios de máxima audiencia, obliga a las televisiones públicas a bajar su nivel y defenderse con las mismas armas que las televisiones privadas, ofertando programas de características similares a los de ellas. Componiendo su programación en base a cuatro macrogéneros: la información, el deporte, la ficción y los nuevos formatos surgidos de la telerrealidad

(talk-show, reality-show y el infoshow).

Las últimas temporadas televisivas en España se han caracterizado, una vez más, desde el punto de vista de la programación por el abuso de programas sin refinar, cuyo paradigma son estos nuevos formatos basados en la telerrealidad, que continúa triunfando, aunque cada temporada va perdiendo fuerza con respecto a las anteriores. Este último curso televisivo ha sido un reflejo de lo que está sucediendo en los últimos años.

Nuestras televisiones generalistas tradicionales han tocado fondo en cuanto al tipo de programas que emiten. Se suscitan constantes polémicas y debates que cuestionan la multiplicación de los llamados contenidos telebasura y se advierten duras críticas desde sectores políticos y sociales que pretenden limitar esta tendencia. En la televisión generalista ha terminado siendo una seña de identidad frente a formas diferentes de programar y seleccionar contenidos que caracterizan a la televisión temática.

El equilibrio existente en la programación televisiva donde se separaban los géneros y se delimitaban las franjas horarias ha dado lugar a un sistema donde se proyectan de manera confusa géneros y formatos. Todo ello dentro de un contexto económico bastante dramático de encarecimiento de producción y de intentos desesperados de reducción de costes. Se abandona, por tanto, el deseo de crear una programación equilibrada para todos los segmentos sociales y se pretende llegar al máximo de público disponible en cada franja horaria.

“En el momento actual, el criterio básico consiste en programar lo que el público pretendidamente demanda y tiene más interés en consumir. Se trata de buscar en todos los casos el mayor número de audiencia (o, al menos, de crear un equilibrio entre lo que cuesta un programa y lo que recauda por los ingresos publicitarios) y así privilegiar en cada una de las bandas horarias los programas dirigidos a los grandes consumidores de televisión” (RUANO LÓPEZ, 2005).

Estas reflexiones ponen de manifiesto que programar implica algo más que distribuir espacios televisivos y que de acuerdo al modo en que se articula la emisión se impulsan procesos que pueden afectar positiva y negativamente a la actividad televisiva.

Contenidos de los canales temáticos

Los planteamientos de programación generalista han dejado paso a la televisión especializada, en un proceso de cambio hacia la televisión temática, donde las audiencias se individualizan. Pero el proceso ha sido lento, aunque desde 1997 el panorama ha cambiando sustancialmente con la aparición de las plataformas digitales de pago, aunque la televisión convencional generalista y en abierto, hoy por hoy, sigue siendo la que predomina en los hogares europeos. En España por ejemplo la llamada televisión generalista convoca a la inmensa mayoría de la población un 71% ocupan las cadenas nacionales y un 14% las autonómicas, y el resto de las opciones congregan un 15%. Como consecuencia las audiencias se están fragmentando. Si hace un par de años una cuota de pantalla de un 15% suponía retirar el programa de manera inmediata, en la actualidad un share alrededor del 15% puede ser estimado muy aceptable.

Pese a todo ello comienzan a surgir modelos de negocio distintos de la televisión pública, o de la televisión privada que existía hasta ahora, cuya programación se realiza en función de criterios de rentabilidad publicitaria. Las televisiones de pago suponen un soplo de aire fresco y permiten programar en función de diferentes criterios; sus fuentes de ingresos se pueden repartir de forma similar entre publicidad, cuotas de abono, pay per view y transacciones y servicios.

La importancia que están adquiriendo las otras formas de ver la televisión está modificando los hábitos de consumo, y las innovaciones y avances que se están produciendo en el terreno de las telecomunicaciones, de los satélites, las redes, la TV interactiva digital, la televisión por cable, un panorama en constante evolución, están haciendo que no podamos entender en los mismo términos que hasta ahora lo hemos hecho, las distintas maneras de hacer televisión.

“El nacimiento de la televisión temática supuso una auténtica revolución para el sector televisivo. Por un lado, la programación queda delimitada a uno o varios géneros concretos y, por otro, entran en juego las multidifusiones que ponen un mismo programa o evento a disposición de la audiencia en distintos horari-

os para que se pueda ver en el horario más favorable para cada uno. Además, el telespectador adopta un papel más activo respecto a la programación y el consumo de programas. Ya no se limita a ver lo que emiten por televisión sino que selecciona aquellos contenidos que son de su agrado, lo que a priori garantiza una respuesta positiva del espectador y una mayor satisfacción. El objetivo del canal ya no es conseguir la máxima audiencia sin más, sino conseguir una audiencia satisfecha con la programación” (GOMEZ AMIGO, 2004, pp. 210-219.).

La estrategia de una televisión de pago es diferente de las otras, el objetivo no es maximizar la audiencia de cada programa, sino consolidar la audiencia acumulada (los abonos) sobre el conjunto de la parrilla y su fidelización. En las televisiones generalistas, debido a la ley de maximización de la audiencia a la que están sometidas, deben programar para ser un servicio público en caso de la televisión pública y en las privadas porque la audiencia repercute en beneficios.

Estos canales temáticos han demostrado que unos contenidos de calidad combinados con un buen estudio de mercado obtienen el respaldo de la audiencia, además de cubrir huecos que deja la programación de las cadenas generalistas. En definitiva es un paso más hacia la televisión a la carta, una nueva modalidad de entender y ver la televisión (RUANO LÓPEZ y MILLÁN PAREDES, 2005).

Nuevos planteamientos de programación

La nueva televisión digital viene asociada a planteamientos innovadores de programación que afectan a todas sus formas de distribución. En la nueva televisión digital terrestre, el número de cadenas se multiplica, tienen mayor calidad de imagen y sonido, películas en varios idiomas y con subtítulos, interactividad... sin suscripciones ni cuotas mensuales y es que el acceso a la emisión de cadenas autonómicas, nacionales e internacionales, junto a las de nueva creación hacen más plural la oferta televisiva.

El cambio es ya un hecho y aunque tiende a ser progresivo, en un principio, el acceso es limitado. El número de cadenas

no será infinito y se apuesta por los canales temáticos especializados, y se prevé que se desarrollen rápidamente porque ya está totalmente consagrado. El mayor beneficiario, sin duda, es el público que podrá decidir más activamente, y podrá elegir entre mayor número de canales. Además, como está concebida como una televisión interactiva, en un futuro mediante el acceso a Internet se podrán realizar compras o incluso ejercer el voto para unas elecciones... pero todo esto a más largo plazo.

La televisión digital inicia su andadura en nuestro país como televisión de pago con las primeras plataformas satélite, para la mayoría de los teóricos la TDT se ha de plantear básicamente como televisión en abierto y, como no, como televisión multicanal. En su financiación, por tanto, seguirán teniendo un peso importante los ingresos por publicidad y no tanto por cuotas de abonado, aunque el verdadero negocio se prevé que esté en el pago de eventos o en la venta de servicios añadidos. Todo ello va a marcar una dirección a las formas de programar.

Una vez superadas las deficiencias en la introducción de terminales digitales para TDT o se adapten los receptores analógicos, el “problema fundamental a la vista de todas las posibilidades que brinda la técnica es la incapacidad que se tiene a nivel de producción de seguir los pasos a los avances tecnológicos. Para que este sistema funcione es necesario una producción mucho mayor que la que requiere la televisión tradicional” (MILLAN PAREDES, 2002, p. 94). El hecho es que la digitalización ha dado lugar a la multiplicación de canales pero no existen contenidos específicos para estos canales ya que la mayoría de ellos son del mismo tipo, si no son los mismos.

A este respecto va bien hacer una reflexión como la que Pérez de Silva hace en su libro *La televisión ha muerto*: “¿De qué tipo de contenidos se van a llenar las nuevas ofertas televisivas? ¿Vamos a dar un poco más de lo mismo o el sector está dispuesto a arriesgar en una oferta creativa y, por lo tanto, a invertir en contenidos, sin que exista una garantía de éxito inmediato? Estos son los dilemas que se plantean las productoras audiovisuales ante el nuevo horizonte convergente que se acerca” (PÉREZ DE SILVA, 2000, p. 131).

Como conclusión, decir que la nueva televisión se caracteriza por la personalización que permite el mayor número de canales, por la especialización y por la multiplicación de contenidos. La TDT puede diferenciarse en este sentido mucho de la forma de programar de las televisiones en abierto generalistas y el planteamiento de los canales públicos podría establecer una forma de programar más acorde con su sentido de servicio. La nueva “televisión no busca llegar a la gran masa sino a un público segmentado, diverso, al que trata de forma individual” (MILLAN PAREDES, 2002, p. 183) y, por lo tanto, no ha de adaptarse a los gustos de las audiencias mayoritarias que indicábamos anteriormente.

La tecnología digital no rompe del todo con el tipo de televisión que se hacía en analógico. Los contenidos siguen respondiendo a los índices de audiencia, que están más repartidos al haber más oferta. La televisión digital de pago no va a desaparecer con la nueva TDT. Esta se reservará, como hasta ahora, la retransmisión de los grandes acontecimientos deportivos y de los estrenos más taquilleros. Con la televisión digital “el estilo de programar ha perdido el generalismo vigente hasta el momento y se ha plegado a la fragmentación de públicos. Por otra parte, el equilibrio clásico de la programación televisiva original, que separaba en géneros y en franjas horarias bien delimitadas, se ha roto dando lugar a un sistema más sincrético y magmático de estilos y formatos” (PÉREZ TORNERO, 2002, p. 28). Esto va a incidir directamente en la situación de la televisión pública que desde la creación de las privadas ha vivido en una situación de competitividad constante que la ha obligado a adaptarse a los contenidos comerciales. La Televisión Digital Terrestre planteada como oferta en abierto le ofrece una gran oportunidad, su multiplicación de canales y su acceso gratuito es una nueva opción de dar respuesta a las necesidades de pluralismo y de contenidos de calidad. Sin duda, un desafío a afrontar a corto plazo para no verse superada por otras opciones digitales.

Bibliografía

CEBRIAN HERRERO, M., *Modelos de televisión: generalista, temática y convergente con Internet*, Barcelona, Paidós, 2004.

CONTRERAS, J.M. y PALACIO, M., *La programación de televisión*, Madrid, Síntesis, 2001.

CORTÉS LAHERA, J.A. *La estrategia de la seducción: la programación en la neotelevisión*, Navarra, Eunsa, 2001.

DE MORAGAS, M.; GARITAOANDÍA, C.; LÓPEZ, B. (eds), *Televisión de Proximidad en Europa: Experiencias de descentralización en la era digital*, Barcelona, Aldea Global, 1999.

DÍAZ, L., *La televisión en España 1949-1995*, Madrid, Alianza Editorial, 1994.

FERNÁNDEZ, F., *La telebasura española*, Barcelona, Glenat, 1998.

GABINETE DE ESTUDIOS DE LA COMUNICACIÓN AUDIOVISUAL (GECA), *El Anuario de la Televisión en España*. Madrid, Geca Consultores S.A., 1998-2004.

GÓMEZ AMIGO, S., *10 años de canales temáticos*, GECA, 2004.

MILLAN PAREDES, T., *Grandes espacios tecnológicos & Grandes vacíos televisivos*, Badajoz, Marcipa, 2002.

PÉREZ DE SILVA, J., *La televisión ha muerto: la nueva producción audiovisual en la era de Internet: la tercera revolución industrial*, Barcelona, Gedisa, 2000.

PÉREZ TORNERO, J.M., “El desarrollo de la sociedad de la información: del paradigma de la cultura de masas al de la cultura multimedia”, en *Comunicación y Educación en la sociedad de la información*, Barcelona, Paidós, 2002.

RUANO LÓPEZ, S. Tesis inédita: *Contenidos culturales en las televisiones generalistas: análisis de los formatos televisivos de las cadenas públicas y privadas de ámbito nacional y autonómico*, 2005.

RUANO LÓPEZ, S. y MILLÁN PAREDES, T., “Los canales temáticos una alternativa a la programación de la televisión generalista”, Congreso Iberoamericano de Comunicación, Huelva, 2005.

TUDESQ, A., *Historia de la radio y la televisión*, México, D.F., Fondo de Cultura Económica, 2001.

WOLTON, D., *El elogio del gran público*, Barcelona, Gedisa, 1995.

Páginas consultadas de Internet:

<http://www.sateliteinfos.com/actu/tp.asp/tp/11511/productore>

Radio Televisión Española, www.rtve.es

Telecinco, www.telecinco.es

Antena 3, www.antena3.es

Sogecable, www.sogecable.es

Net TV, www.nettv.es/home.htm

Veo TV, www.recoletos.es

La Sexta, www.lasexta.com

Informação audiovisual: as webtelevisões, a proximidade via web dos conteúdos locais e regionais

Nuno Fernandes

Escola Superior de Educação de
Portalegre. C3i

Resumo: Existe em Portugal espaço para a emergência de uma informação audiovisual de proximidade via web? Em 2008 procurámos dar a resposta a essa questão. Para tal traçámos um retrato das webtelevisões então existentes em Portugal e os dados que recolhemos apontavam para a vontade de oferecer às populações via web o que o Estado não permitia, e não permite, que fosse oferecido via ondas hertzianas: informação audiovisual de proximidade. As webtelevisões surgiram um pouco por todo o país, mas com especial importância na zona norte e centro, assumindo-se como uma alternativa aos media tradicionais, não obstante muitos dos chamados media tradicionais de âmbito de proximidade terem assumido eles próprios projetos de webtelevisões com sítio online e grafismo próprios ou, em alguns casos, partindo para a incorporação de conteúdos audiovisuais integrados nas suas páginas oficiais. Os motivos para a aposta numa webtelevisão com capacidade de fornecer conteúdos audiovisuais de proximidade eram vários, mas, podemos afirmar, a aposta passava fundamentalmente pelo aproveitamento de mais um recurso comunicativo, fruto das inovações tecnológicas e da diminuição dos custos dos materiais. Dar a possibilidade ao público de aceder a outros conteúdos foi também uma das motivações para o lançamento destes projetos.

Palavras-chave: webtelevisão, proximidade, região, local, informação, audiovisual

A história da televisão em Portugal. A informação regional e local

Em Portugal a história televisiva está fortemente veiculada à RTP, a qual ao longo de 34 anos assegurou em exclusivo o serviço televisivo através das ondas hertzianas. Os anos 90 marcaram uma mudança no paradigma até então vivido. Durante os Governos de Aníbal Cavaco Silva, fruto do desenvolvimento económico, ocorrem diversas privatizações. A comunicação social que até então estava no poder do Estado, fruto das nacionalizações do pós-25 de Abril, é um dos setores que é privatizado. Legislativamente também se abre espaço para o surgimento de concorrência no

setor televisivo (Cádima, 1996). A abertura do concurso foi também pautada por diversas polémicas, uma das quais sistemática sempre que se fala em televisão em Portugal: terá o país capacidade publicitária para sustentar estes projetos? Apresentam-se a concurso três projetos: a SIC, de Francisco Pinto Balsemão; a TVI, então com fortes ligações à Igreja Católica Portuguesa; e a TV1, projeto encabeçado por Daniel Proença de Carvalho. Os três projetos concorriam a apenas duas licenças e estas são atribuídas à SIC e à TVI.

Porém, antes do nascimento destas duas televisões privadas generalistas ou da emergência das redes de distribuição de televisão por cabo, em algumas zonas de Por-

tugal continental, sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, surgiram diversas televisões de carácter regional.

O objetivo destes projetos passava pelos conteúdos de proximidade, embora suportassem nas suas emissões conteúdos como filmes. Mas estes projetos da década de 80 tinham um óbice contra a sua existência: eram ilegais.

Embora a vontade por parte do público na existência de projetos com uma forte ligação aos conteúdos de proximidade (basta lembrar que as rádios ilegais surgiam também nesta altura), os projetos televisivos foram reprimidos pelos diversos Governos e também pela própria RTP. Se existia vontade do público na existência destes projetos, a vontade política era outra.

Devido à forte fiscalização que então ocorreu, estes projetos, ao contrário do que sucedeu na vizinha Espanha, nunca se conseguiram tornar sólidos e consistentes.

As autoridades portuguesas sempre justificaram o encerramento destes projetos com a escassez de frequências hertzianas disponíveis (Vacas, 2005).

Para além da questão da ilegalidade, com as consequências nefastas que daí advinham, as televisões pirata da década de 80 tinham outro ponto em comum: as enormes dificuldades sentidas a nível económico e profissional. Os projetos eram dinamizados sobretudo por entusiastas sem qualquer formação em televisão, apesar da natural exigência de conhecimentos técnicos. Estes projetos de televisão local e regional coincidiram no tempo com o movimento das rádios ilegais, o que não beneficiou os projetos televisivos “que surgiram na sequência do esforço de legalização das rádios locais” (Mota, 2002, 115), levando ao seu rápido desaparecimento. A todas estas condicionantes acrescia o facto de muitos dos impulsionadores destes projetos televisivos estarem também ligados a projetos de rádios pirata. A perseguição estatal (Mota, 2002) – através dos CTT/TLP –, as questões económicas, a dificuldade em mudar o local de emissão televisiva (o que não sucedia com a rádio), os custos de manutenção bastante elevados e a falta de um associativismo destes entusiastas que não lograram obter uma união apesar de várias tentativas, ao contrário do que sucedeu com a rádio na procura da

legalização, foram fatores determinantes para a falência das televisões locais e regionais e, por consequência, ditaram o fim da informação audiovisual de proximidade.

Porém, o fator político foi também decisivo. Desde o início, faltou o apoio político, o que teria sido fundamental para a implementação destas televisões locais e regionais. “Ao desaparecimento de experiências frágeis, concretizadas por curiosos e voluntários de que os poderes locais se tornaram, nalguns casos, cúmplices, num primeiro momento, mas de que se divorciaram quando estes projetos apresentaram sinais de desagregação” (Coelho; 2003, 153).

A história da televisão regional e local em Portugal não é apenas contada através das experiências televisivas frustradas. Outras experiências sob a alçada do serviço público (RTP Madeira e RTP Açores) e a criação dos centros regionais, com recursos técnicos e humanos, com capacidade de assegurar o desdobramento da emissão, também fazem parte da história da televisão de âmbito regional. Todavia, a experiência das emissões em regime de desdobramento foi curta no tempo, sendo “vítimas da não renovação de contratos” (Mota, 2005, 116) e os centros regionais “foram praticamente extintos” (Coelho, 2003, 149) em dezembro de 2002, fruto da reestruturação que a televisão estatal sofreu durante a direção de Almerindo Marques. A reestruturação retirou aos centros a capacidade humana para continuar as emissões desdobradas devido a razões económicas, esquecendo “a mais-valia social que tal programação representava para cada uma das sete regiões contempladas” (Coelho, 2003, 149). A emissão regional da RTP em desdobramento foi reestruturada e a informação regional passou a ser emitida no “Portugal em Direto”, emitido antes do Telejornal. O Cabo foi palco de outras tentativas de criação de canais regionais. Porém, as primeiras apostas foram mais, sobretudo, apostas com uma forte componente comercial por parte do principal operador de telecomunicações português (Mota, 2008). Os dois canais CNL e NTV eram dirigidos aos públicos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e “não passaram, na realidade, de canais de âmbito nacional com vocação regional, uma vez que a emissão nunca foi regulamentada”

(Mota, 2002, 119). A experiência do CNL, Canal de Notícias de Lisboa, iniciada a 15 de setembro de 1999, foi curta e em menos de dois anos a SIC assumiu a gestão do canal, passando o canal, a partir de janeiro de 2001, a denominar-se por SIC Notícias. Em 2002 nasce a NTV, Norte Televisão, e, tal como o CNL, a sua existência foi curta. Em maio de 2004, a RTP assume a sua gestão e nasce a RTP N. Não obstante estes insucessos, outros projetos de âmbito regional nasceram: Porto Canal, Região Norte Televisão, atual Regiões TV. Sempre se reconheceu que o público pretendia informação televisiva de proximidade, apesar disso só em 1990 é reconhecida legislativamente a cobertura televisiva regional. Mas nas diversas revisões da Lei da Televisão a televisão de âmbito regional e local sempre permaneceu em suspenso (Mota, 2002). Politicamente tal é justificado pelo receio em relação à “proliferação anárquica de canais” (Mota, 2002, 121) e, como tal, o enquadramento legal nunca foi uma prioridade política (Mota, 2002; Coelho, 2003).

Olhar a realidade espanhola: a televisão local e a informação local

A experiência espanhola no âmbito das televisões de caráter local e regional pode ser importante para entender o surgimento das webtelevisões em Portugal e a emergência dos conteúdos audiovisuais de proximidade. Porém, fazemos a ressalva que existem diversos pontos que acabam por afastar as duas experiências no que diz respeito ao âmbito regional e local. A televisão de proximidade em Espanha surgiu mediante duas vias: uma com base no setor privado e outra nascida no seio dos Governos regionais. Para a emergência da televisão de proximidade espanhola foram também fundamentais três momentos: as primeiras experiências televisivas feitas a nível local, e iniciadas em Cardedeu¹, perto de Barcelona, sendo experiências consideradas ilegais pelo Governo central de Madrid; a legislação aprovada durante a governação do PSOE de Luis Filipe González, que permitiu ao setor audiovisual televisivo uma regulação até então inexistente; e, finalmente, a reordenação de todo o setor audiovisual pelo Governo

¹ RTV Cardedeu.

do PP conduzido por José Maria Aznar (Matos, 2004).

São sobretudo duas as características que definem as televisões de âmbito de proximidade espanholas: conteúdos com uma componente forte no que diz respeito à proximidade da comunidade na qual se encontravam inseridas e as emissões efetuadas sobretudo na língua mais utilizada na região.

Estes fatores aproximaram as comunidades dos projetos, beneficiando-os na afirmação dos seus conteúdos informativos, mas também na afirmação económica dos projetos, advinda da publicidade. Moragas e Garataonandia, em 1991, efetuaram um estudo sobre o número de televisões locais a emitir apenas para a região da Catalunha e detetaram a existência de 101 televisões a emitirem. Dados mais recentes apontam, porém, para a existência de entre 1200 e 1500 televisões de proximidade em Espanha (Matos, 2004).

A aposta na área informativa foi fundamental para o sucesso destas televisões de proximidade. Não raras vezes as festas locais eram o motivo inicial para a criação destes projetos e na qual as produtoras audiovisuais tinham um papel decisivo. O amplo destaque aos problemas locais foram fundamentais para a emergência das televisões de proximidade, local onde o local e o debate eram peças essenciais da programação e nos quais “puntualmente son invitados personajes ajenados a la localidad para participar en programas de debate” (Moragas, 1991, 14).

O estudo elaborado por estes autores destacava que no início participavam nestes projetos não só profissionais da comunicação, ligados à imprensa e à rádio, gente ligada às produtoras audiovisuais, mas também amadores, por norma entusiastas do audiovisual. A vontade das comunidades na existência de televisões locais levou a que certos projetos surgissem devido a bairrismos e a mimetismo: “cierto espíritu mimético, especialmente entre poblaciones vecinas, que se razona de esta forma: “Se X, Y e Z ya tiene su televisión por qué nosotros no?” (Moragas, 1991, 22).

Para além dos privados também os Governos regionais perceberam que existia mercado audiovisual para o surgimento de televisões regionais de proximidade. Na época em que a televisão sob controlo estatal

iniciou também a descentralização das suas emissões, nasceram os primeiros canais de cobertura autonómica. As corporações de Rádios e Televisões Autonómicas de carácter público que existem em Espanha nasceram, tal como as televisões de proximidade privadas, com a vontade de defenderem a língua, a cultura e as características regionais. Como exemplo podemos abordar o caso da Galiza, no qual a TVG defende a língua galega, a região e a sua cultura, ajudando na construção da identidade Galega e sendo considerada como “um motor dinamizador da indústria audiovisual na rexión, com capacidade para crear novos postos de traballo e aumentar o volumen de negocio” (Tenreiro, 2004, 59). Não obstante a ligação ao Governo Autonómico, estas televisões são observadas, pela população, como tendo uma clara ligação à proximidade, devendo “entenderse en el caso fundamentalmente de Cataluña y Euskadi en menor medida también en Galicia que las rádios y televisiones públicas autonómicas fueron un elemento de reincorporación a la vida pública de sus lenguas próprias” (Turmo, 2005, 3). Porém nem todos os projetos sobreviveram, alguns acabaram devido a problemas de índole política ou devido a dificuldades económicas. Atualmente, alguns foram reativados ou recriados, embora com diferenças relativamente ao passado: o apoio de grupos media foi considerado e o que hoje existe é um novo modelo de televisão pública autónoma que apresenta um formato público-privado e que “rompe, en parte, el espíritu inicial de las radios y las televisiones autonómicas, pero que permite que económicamente estos nuevos canales puedan ser desarrollados em territorios com baja población y recursos más limitados” (Turmo, 2005, 95).

A evolução da legislação até ao surgimento das webtelevisões

A primeira lei que menciona, embora o faça de forma superficial, a possibilidade de serem criados canais televisivos com um âmbito regional e local, em Portugal, data de 7 de setembro de 1990 e foi a Lei 58.

Entre 1995 e 1997, surgiu o Movimento para a Legislação das Televisões Regionais (MLTR), que promoveu o debate sobre a questão tentando sensibilizar os responsáveis

dos diversos partidos políticos para a questão. O MLTR surgiu numa altura em que Portugal debatia a questão da Regionalização Administrativa do país, a qual foi referendada negativamente em 1998. Apesar das tentativas de sensibilizar a classe política para a necessidade de autorizar legislativamente a existência de canais de televisão regionais, tal como na vizinha Espanha, os responsáveis pelo MLTR não lograram obter sucesso nos seus desígnios (Mota, 2002).

Em 1998, a Lei 31-A defende que é possível criar televisões de âmbito local ou regional nas redes de distribuição de televisão via cabo. A possibilidade foi aproveitada por um operador de distribuição de televisão por cabo para o “desenvolvimento de novos projetos” (Sousa, 2000, 12), como o CNL ou a NTV.

Em 2003, a Lei 23 prevê a possibilidade da existência das televisões locais e regionais emitirem não através das redes cabo, mas via hertziana, algo que até aqui nunca tinha sido previsto. Porém, a não publicação em Diário da República do decreto-lei fez com que na realidade a atividade nunca fosse regulamentada.

A Lei 27 de 2007, de 30 de julho, implementa novas alterações à Lei da Televisão. Pela primeira vez, a possibilidade de se utilizar a Internet como meio de emissão é prevista. Surgem assim as webtelevisões e os conteúdos audiovisuais de proximidade. A Lei, todavia, era pouco explícita, referia apenas o registo obrigatório junto da ERC. Outras questões como propriedade, competências, obrigações, critérios de emissão, entre outros aspetos considerados fundamentais, não eram especificadas nesta Lei.

Tal como no passado com as televisões hertzianas regionais e locais, mais uma vez a prioridade legislativa não passa pelos conteúdos audiovisuais de proximidade. A forma de subsistência das webtelevisões passa sobretudo pelo retorno publicitário, porém, com o mercado em quebra devido ao contexto económico, existe o risco de estes projetos procurarem apoio junto de entidades públicas. É por isso fundamental o perfeito conhecimento da realidade publicitária no qual se encontram inseridos e, mais uma vez, a realidade das rádios locais portuguesas

pode servir de guia para estes projetos, nos exemplos de sucesso e nos casos de insucesso. A estes projetos compete não só ultrapassarem as dificuldades legislativas como procurar obter, acima de tudo, a consolidação do negócio: “na medida em que se consolide o modelo de negócio, pueden abrir nuevas vias de intervención no escenario mediático” (López, 2005, 205). Só desta forma entendemos que o caminho que está a começar a ser traçado pelas webtelevisões possui o objetivo de abrir na realidade novos caminhos.

Os constantes avanços e recuos que a Lei da Televisão sofreu são, acima de tudo, fruto da falta de vontade política dos diversos Governos suportados no “medo da proliferação anárquica de canais, como ocorreu previamente com as rádios locais. Embora reconhecendo a apetência do público pela televisão centrada na sua região, a questão económica foi sempre levantada como o principal obstáculo” (Mota, 2002, 121). As televisões locais e regionais, na realidade, nunca foram uma prioridade política.

As evoluções técnicas da Internet

Fundamental para o surgimento das webtelevisões e da presença dos órgãos de comunicação social na Internet foram os diversos desenvolvimentos técnicos ocorridos ao longo dos últimos anos. A génese dos desenvolvimentos ocorreu na primeira metade da década de 60, “quando Paul Baran, trabalhando na altura na Rand Corporation (...) se propôs criar um sistema de comunicações” (Cardoso, 2003, 17).

Porém, só em 1969 nasce a Internet da forma como a pensamos nos dias de hoje. Este nascimento ocorreu debaixo da alçada do Departamento de Defesa Americano, com o nome ARPAnet e tinha claros propósitos militares. A sua tecnologia era baseada na “comutação de pacotes, isto é, a comunicação idealizada de som, texto ou imagem” (Cardoso, 2003, 18).

A ARPAnet, na década de 80, sofre uma evolução e é dividida em duas redes: a MILnet, que prosseguia os objetivos militares da sua antecessora, e a, nova, ARPAnet, com objetivos académicos e científicos. Todavia, outros desenvolvimentos foram fundamentais

para a evolução e desenvolvimento da Internet, como por exemplo: os protocolos de comunicação entre redes – Internet Protocol²; o Uniform Resource Locator³ (URL); HyperText Markup Language⁴ (HTML) e o Hipertext Transfer Protocol⁵ (http), evoluções técnicas fundamentais para o desenvolvimento dos web browsers que permitem a visualização da informação (Cardoso, 2003).

Fundamental para a evolução da Internet foi o trabalho de Tim Berners-Lee, num computador dotado de software NeXT, no Centre Européen pour la Recherche Nucléaire, em 1990, que resultou na World Wide Web.

Para ser possível a transmissão de vídeo via web foi também fundamental o desenvolvimento da Banda Larga, de forma a assegurar melhores condições de transmissão do vídeo, e o desenvolvimento do Streaming, formato simples de obter e que permite a transmissão vídeo em tempo real, apesar de necessitar de largura de banda. O acesso ao Streaming⁶ pode ser efetuado através de diversos softwares, entre os quais: Windows Media Player⁷ (wmp), Quicktime⁸ (Quick) ou Real Player⁹ (Real). O video-on-demand é também um formato utilizado para a disponibilização de vídeos, este método é considerado “mais oportuno para o internauta” (Velho, 2004, 6), já que permite a visualização de peças que se encontram arquivadas no site, dando ao utilizador a possibilidade de assistir à peça mais recente adicionada, sem necessidade de ver toda a emissão. É, pois, claro que o percurso percorrido pela Internet resulta da investigação científica e respetivo desenvolvimento tecnológico (Cardoso, 2003). Com este desenvolvimento, o acesso à tecnologia e aos serviços Web passou a fazer parte do domínio público e não de uma pequena franja populacional, isto porque o “ambiente de inovação é diverso e heterogéneo, envolvendo um elevado número de empresas e de utilizadores” (Abreu, 1999, 3). Os números apontam para um aumento da utilização da Internet em

² <http://www.livinginternet.com>.

³ <http://paginas.fe.up.pt/~mgi97018/historia.html>.

⁴ <http://piano.dsi.uminho.pt/museu/INTERNET.PDF>.

⁵ <http://www.livinginternet.com/>.

⁶ <http://www.livinginternet.com/>.

⁷ <http://paginas.fe.up.pt/~mgi97018/historia.html>.

⁸ <http://piano.dsi.uminho.pt/museu/INTERNET.PDF>.

⁹ <http://www.livinginternet.com/>.

detrimento da utilização da televisão, e o grupo dos jovens é o exemplo. Isto permite oportunidade de negócio e, por consequência, é a porta para o surgimento de webtelevisões, apesar das diferenças no que diz respeito à visualização e aos conteúdos. Porém, ainda se encara a Internet não como “um fenómeno de substituição mas um canal de comunicação complementar, mas que hoje ameaça fortemente os meios de distribuição tradicionais” (Braumann, 2008, 703). Como sublinha este autor, a Internet permite uma facilidade de acesso à informação e à comunicação e, embora esteja a ameaçar os meios de distribuição tradicionais, deve ser vista como um meio complementar de forma a evitar diferenças entre regiões e pessoas. As constantes evoluções tecnológicas, a diminuição dos custos dos computadores, a proliferação das redes de banda larga, a resolução dos diversos problemas que a tecnologia apresenta, o desenvolvimento da Internet levam a aposta neste meio como forma de transmissão de conteúdo. Se as evoluções foram fundamentais para a troca de conhecimento que hoje ocorre no mundo, o estado atual do desenvolvimento da banda larga, da transmissão de vídeo, beneficiaram a emergência das webtelevisões com características locais e regionais nas quais a proximidade informativa é o elemento denominador.

A televisão online. Webtelevisões, a informação local e regional de proximidade.

Não obstante o registo histórico da história da televisão local e regional em Portugal, a vontade popular não esmoreceu. A web foi então o caminho encontrado por entusiastas da televisão de âmbito local e regional. O “formidable desarrollo de Internet, la televisión – el principal medio de comunicación de las sociedades de la “segunda ola” –, experimenta una profunda y decisiva mediamorfosis” (Islas, 2006, 4). A web desde cedo assumiu-se como um novo suporte para os órgãos de comunicação social, permitindo-lhes chegar aos públicos e possibilitando aos utilizadores a possibilidade de interagirem com os meios de comunicação, deixando de ser apenas um recetor passivo (Cardoso, 2005). Parece-nos claro que a Internet teve um forte impacto nas formas de traba-

lho e disponibilização de conteúdos dos meios de comunicação social, embora o maior impacto que a Internet provocou na televisão não tenha sido ao nível de formatos ou distribuição de conteúdos, mas sim a nível de audiência, isto porque os públicos cada vez mais partilham o seu tempo “entre o visionamento televisivo e a utilização da Internet” (Cardoso, 2006, 20). Esta situação também é observada por Islas (2006) que destaca o avanço que a Internet está a ter sobre a televisão: “Efectivamente Internet ha transformado a la televisión y al televidente”. Estas transformações permitiram, aliadas à evolução tecnológica, o surgimento de projetos de televisões a emitir em exclusivo online, as webtelevisões. Podemos olhar para estes projetos também como exemplos de televisões fragmentadas, fruto do seu meio de transmissão e da especificidade dos públicos a que se dirigem, mas também são “uma criação, natural, da elite intelectual que, afastada dos meios de comunicação de massas, decide mobilizar-se no apoio a modelos audiovisuais dirigidos a públicos específicos menos interessados no entretenimento do que na formação pessoal” (Coelho, 2003, 58).

As webtelevisões, como exemplo da televisão de proximidade, representam em si “a proximidade, o imediato do ser humano e do seu meio envolvente social, cultural e económico” (Brauman, 2008, 702), além de darem a capacidade de o utilizador colaborar e definir aquilo a que pretende assistir. Em junho de 2007, o jornal Diário de Notícias¹⁰ detetou a existência de 43 projetos; um ano depois, identificámos 88 webtelevisões e os registos que mantemos referem a existência de 190 projetos, alguns dos quais, no entanto, foram descontinuados.

A questão que se coloca é relativa ao modelo que deve ser seguido, no que diz respeito à forma dos conteúdos, às técnicas de filmagem e edição. Deverá ser adotado o modelo convencionado pela televisão ou procurar um modelo próprio? Não esquecendo que um computador apresenta um ecrã mais pequeno. Um hipotético modelo novo deve ser definido como uma nova forma de jornalismo audiovisual, pensado para o online, ou a opção

¹⁰ http://dn.sapo/2007/06/24/media/o_video_web_matar_a_televisao.html.

por conceitos como telejornalismo digital ou online, são mais acertadas? Leila Nogueira entende que o jornalismo praticado deve ser adaptado ao meio e a “tendência é a de que ele passe a se estruturar de forma diferente da que apresentava na televisão” (Nogueira, 2004, 6). No entender desta autora, a opção passa pela adoção do jornalismo audiovisual online, devido à utilização de “formatos de notícia com imagem em movimento e som como elementos constitutivos do produto disponibilizado nos bancos de dados da web ou veiculado através deste suporte” (Nogueira, 2004, 2). Porém as técnicas adotadas pela webtelevisão são no entanto a “adaptação analógica ou criação exclusiva para a Internet” (Velho, 2004, 6). Com a proliferação das webtelevisões notou-se que a “televisión se convierte en contenido de internet” (Islas, 2006, 5), o que exige naturalmente um jornalismo pensado para o formato de webtelevisão.

A proliferação destes projetos, os conteúdos de proximidade por eles apresentados, chamou naturalmente alguma atenção dos órgãos de comunicação social para as webtelevisões.

O destaque obtido a nível nacional acabou por despertar a atenção da SAPO, o principal motor de buscas português e com uma área dedicada à proximidade, o SAPOLocal, e várias webtelevisões passaram a ter os seus conteúdos alojados nos servidores da SAPO. Webtelevisões como a TV Net, Minho Actual TV, GMR TV, VALSousaTV, entre outras passaram a partilhar a plataforma e a beneficiar das sinergias disponibilizadas pelo SAPO.

Mas as webtelevisões não despertaram apenas a atenção da SAPO. As redes de distribuição de televisão por cabo também olharam para os conteúdos de proximidade das webtelevisões. A antiga Pluricanal, da zona oeste, disponibilizava no seu canal mosaico, em alguns períodos do dia, os programas informativos disponibilizados online pela TV Tejo e pela Oeste TV. A Minho Actual TV também disponibilizou conteúdos no cabo mas através de uma parceria com a televisão Porto Canal, no qual apresentava um programa sobre o distrito de Braga.

A Localvisão, embora não seja uma típica webtelevisão, está presente em vários

distritos portugueses. Este projeto também já ultrapassou as fronteiras da Internet na disponibilização dos seus conteúdos, estando presente, por exemplo, na Rede Expressos, empresa que assegura a ligação de autocarro entre as principais cidades portuguesas, em telas-vídeo nos centros de algumas cidades e nos video-on-demand em duas das redes de fornecimento de televisão por cabo.

Algumas Câmaras Municipais também apostaram em webtelevisões como forma de divulgação dos seus trabalhos. Como exemplo, podemos abordar o caso das Câmaras Municipais de Paredes, Óbidos, ou Sabugal, embora neste caso a responsabilidade sobre os conteúdos seja pertença da Localvisão.

Panorama em Portugal

Em dezembro de 2005 nasce a Famação TV, considerada a primeira webtelevisão em Portugal. Porém, no mesmo período, em outras localidades portuguesas, já floresciam outros projetos como a Espinho TV ou a ValSousa TV. Acompanhar informativamente a sua região de implementação é o principal objetivo destes projetos. A transmissão via streaming, no qual a emissão em muitos dos casos simula um direto, ou video-on-demand, no qual o público acede às peças audiovisuais que pretende visualizar.

A TV Net, o projeto mais profissionalizado, iniciou as suas emissões em 11 de dezembro de 2006, apostando numa componente informativa muito forte, com renovação constante de conteúdos.

A aposta nos conteúdos de proximidade em formato vídeo permitiu-lhes chegar às populações das suas regiões de implementação, mas também alargar a sua audiência às comunidades emigradas.

Na análise que procedemos na realização do trabalho “As Webtelevisões em Portugal: um retrato”, depois de um primeiro momento de recolha de links e notícias online sobre os diversos projetos, elaborámos uma ficha de observação para cada projeto e enviámos, posteriormente, um inquérito a 44 webtelevisões selecionadas e analisámos 21 respostas. As questões eram abertas e fechadas

relativas a: características, recursos humanos, motivações, tecnologias usadas, entre outras.

As webtelevisões regionais e locais são sobretudo fruto de investimento privado. Os valores de investimento inicial rondaram os 15.000 euros, podendo por vezes chegar aos 25.000 euros, na compra de materiais de filmagem, computadores de edição, registo junto da ERC, desenvolvimento do back-office e sítio da webtelevisão.

Como forma de recuperarem o investimento, estes projetos encontram na publicidade a sua maior fonte de receitas (38,2 %), porém, a venda de conteúdos (23,5 %) e de serviços (20,5 %), por norma vídeos institucionais, são outra das formas encontradas de forma a captarem recursos financeiros para a manutenção dos projetos.

Clara é a vontade para o lançamento destes projetos: serem uma forma alternativa aos media tradicionais de consumo de informação de proximidade. A questão assume particular importância devido ao facto de existirem rádios e jornais locais que apostaram em webtelevisões como forma de diversificação de conteúdos e de alargamento do seu público-alvo. Apenas um jornal regional assumiu o audiovisual como um mero complemento informativo e não como uma alternativa.

Divulgar a região (88 %) na qual se inserem e intervir civicamente na região são outro dos propósitos destes projetos (84 %), porém nas webtelevisões locais e regionais consideram que não existem motivações políticas (84 %) no lançamento dos projetos. Dos inquéritos enviados não houve um único projeto a responder positivamente à questão, embora existam webtelevisões que não responderam à questão.

O interesse pelas novas tecnologias é outro dos motivos apresentados para o nascimento destes projetos por parte dos seus responsáveis. A questão económica também foi colocada. O modelo de negócio seria realmente vantajoso? Os dados obtidos indicam que a aposta foi feita na crença de que o modelo de negócio é vantajoso e recuperável.

No que diz respeito aos recursos humanos, os dados indicam que quem desempenha funções neste género de projetos raramente o faz em exclusividade; por norma existe um jornalista e um repórter de

imagem que assume as funções de editor e técnico de informática. Em vários casos, o jornalista assume funções em outros órgãos de comunicação social, quando a webtelevisão não pertence a uma rádio ou jornal. O número de licenciados neste género de projetos é elevado. Por norma, são licenciados em Ciências da Comunicação, com formação em televisão e em áreas relacionadas com o Som e a Imagem. Uma das questões que procurámos ver respondidas foi a participação nos projetos de elementos ligados às televisões pirata portuguesas da década de 80, a que não lográmos obter respostas, porém vários elementos que participam nas webtelevisões estiveram também de alguma forma ligados aos movimentos das rádios pirata.

Tecnicamente, as webtelevisões utilizavam sobretudo o Flash como formato para disponibilizar o vídeo nos sítios, embora o tecnologia Quicktime ou WMP fosse também usada. Para gerir o sítio, a aposta passava pela utilização de Bases de Dados, por norma, as webtelevisões desenvolviam o seu próprio CMS de gestão do sítio. Uma única câmara de filmar foi o dado mais comum encontrado na questão relativa a materiais de filmagem, embora, em alguns dos dados recolhidos junto de webtelevisões regionais, o número de câmaras fosse mais elevado, sobretudo devido à vontade de acompanhar de forma mais profunda a realidade informativa. O software mais utilizado na edição das peças de vídeo é o Adobe Premiere.

Embora a vontade de influir e participar na região seja um motivo para o lançamento destes projetos, a Opinião é uma área que raramente é trabalhada nestes diversos projetos, ao contrário do que seria de esperar. São raros os projetos em que, por exemplo, existem debates de carácter político sobre os problemas da região, exceção à Oeiras TV.

Na observação que efetuámos dos diversos sítios detetámos que as emissões streaming se iniciavam no momento de acesso ao sítio e só em alguns casos esporádicos é que é dada ao utilizador a escolha do que pretende ver.

Analisámos a possibilidade de comentar as peças de vídeo emitidas. Os dados recolhidos demonstraram não ser possível, em grande parte dos casos (70 %), em-

bora, por exemplo nos vídeos alojados na SapoVídeos, se o utilizador aprofundasse a sua vontade de comentar, só o poderia fazer através da SapoVídeos. A atualização dos conteúdos foi também motivo da nossa análise e com exceções a norma então encontrada era a da atualização semanal dos conteúdos audiovisuais. A possibilidade de o utilizador pesquisar o arquivo é outra das funcionalidades que se encontram nos diversos sítios, embora em poucos casos não exista essa funcionalidade. As webtelevisões regionais são as que mais valorizam a possibilidade de o utilizador pesquisar o seu arquivo.

Sendo formatos vocacionados para a informação audiovisual de proximidade, estes projetos seguem a organização tradicional da imprensa: local, regional, sociedade, desporto, cultura, e, por vezes, vox pop.

Observámos também os contactos da webtelevisão e a respetiva equipa. Por norma o único contacto existente (85,7 %) é o e-mail geral da webtelevisão, e são raros os casos em que existem os contactos pessoais dos membros das webtelevisões.

A emergência das redes sociais, nomeadamente do Twitter e do Facebook, tem sido amplamente aproveitada pelos webtelevisões para disseminar os seus conteúdos de proximidade, captando a atenção dos públicos para a sua existência.

Conclusões

A informação audiovisual em Portugal através das webtelevisões foi assumida num sentido empresarial, fruto do investimento de empresas de comunicação ou de iniciativas com um carácter amador e nos quais os objetivos económicos não foram a principal motivação para o lançamento do projeto.

Os investimentos iniciais dos projetos variaram entre os 15 e os 25 mil euros, um valor elevado e no qual a publicidade e a venda de conteúdos são a base da recuperação do investimento e a manutenção mensal dos mesmos.

A existência de rivalidades locais e as estruturas débeis destes projetos acabam por ter consequências na qualidade destes projetos. A política de contratação de profissionais qualificados é por norma

escassa. A falta de uma associação que defenda junto das autoridades competentes a existência destes projetos é outro problema que afeta estes projetos de comunicação.

O futuro pode também passar pela partilha de conteúdos entre os vários projetos, sendo este talvez um dos caminhos para assegurar a sobrevivência dos diversos projetos.

Só assim, em união, é que as webtelevisões vão conseguir assegurar a sua verdadeira subsistência, desenvolvimento e afirmação, tal como no passado as rádios locais conseguiram. Porém, devem olhar para os casos em que o insucesso afetou as rádios locais. A organização e partilha de problemas servirá para alterar o quadro legislativo e isso irá dotar as webtelevisões de uma maior capacidade de assegurarem ao mercado publicitário a valia dos seus conteúdos. A inexistência de legislação que enquadre este fenómeno pode vir a ser determinante para o seu futuro. Beneficiará também da afirmação dos conteúdos perante o seu público, perante a sua proximidade informativa, algo que nem sempre sucede.

Deixarem de ser um fenómeno marginal e passarem a apresentar-se como uma alternativa credível de informação é sem dúvida uma tarefa que os responsáveis das webtelevisões devem tomar em mãos.

O fortalecimento das webtelevisões terá necessariamente impacto na captação de receitas, mas também irá tornar o setor mais atraente para os profissionais do Jornalismo, da edição/captação de emissão e para os informáticos.

Não basta assumirem a proximidade, a captação de públicos alternativos, a intervenção cívica na região, como a matriz dos projetos. As afirmações devem ser traduzidas em profissionais capazes, no aprofundamento das questões, na investigação e aprofundamento das questões que afetam a proximidade dos projetos. A participação no espaço público não pode ser apenas uma ideia e deve ser a missão. Em 2008 detetamos que o espaço político, a opinião e a vox pop, eram espaços quase inexistentes. A última campanha autárquica pautou-se pelo diminuto trabalho das webtelevisões. Felizmente existiram exceções, como a Odivelas TV, que assumiu as eleições como uma oportunidade de con-

frontar e questionar os diversos candidatos sobre os problemas de Odivelas. Curiosamente, a informação audiovisual foi utilizada por alguns candidatos, como o caso da Oeiras TV na candidatura de Isaltino Morais à Câmara Municipal de Oeiras. Neste projeto, que funcionou apenas durante a pré-campanha e campanha eleitoral, todos os passos do candidato eram seguidos e apresentados num “telejornal”. Tal como é possível fazer em qualquer site noticioso era possível partilhar os vídeos via Facebook ou Twitter.

Mas às webtelevisões é possível assumir a informação de proximidade, dando voz às populações e às suas necessidades coletivas. A aposta neste género de informação só beneficiará os diversos projetos.

Estes projetos estão numa excelente posição para assegurarem alguns dos objetivos presentes no Estatuto da Imprensa Regional: promover a informação regional, envolver a população e contribuir para o seu enriquecimento cultural e informativo. Através do desenvolvimento das redes de comunicação informática, das tecnologias, das redes sociais, podem assegurar às comunidades emigradas informações sobre as suas comunidades de origem.

A utilização da Internet permite a estes projetos criarem pontes entre os novos e os velhos media. As boas e as más experiências dos velhos media devem ser aproveitadas para permitirem a estes projetos uma verdadeira emergência. Cabe a estes projetos, também, definirem o seu estilo/linguagem de forma a adequá-lo às suas exigências técnicas. Com características próprias, as webtelevisões necessitam de adequar às suas características a captação de imagem, a forma de redação dos off’s e a forma como os conteúdos são apresentados.

Referências

Abreu, J.T.F.; Branco, V. (2007). A convergência TV-Web: motivações e modelos. Visitado a 17 de outubro de 2007, em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/abreu-ferrazconvergencia-TV-Web.pdf>.

Braumann, P.J. (2008). A Televisão na Era Digital: novos desafios. In Martins, M.L; Pinto, M. (Orgs.) (2008). *Comunicação e Cidadania – Actas do 5.º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 6-8 de Setembro de 2007*, Braga. Visitado a 7 de junho de

2008, em <http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/5sopcom/article/viewFile/63/64>.

Cádima, F.R. (1996). *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.

Cádima, F.R. (1996). *História e Crítica da Comunicação*, Lisboa: Edições Século XXI.

Cádima, F.R. (1999). Redes à Beira de um ataque de Conteúdos. Visitado a 5 de junho de 2008, em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cadima-rui-redes-conteudos.pdf>.

Cádima, F.R. (1999). Algumas questões em torno do desenvolvimento científico e tecnológico português face às indústrias da convergência. Visitado a 5 de junho de 2008, em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cadima-desenvolvimento-cientifico-convergencia.pdf>.

Cardoso, G. (2003). *Internet*, Lisboa: Quimera Editores.

Coelho, P. (2003). *A TV de Proximidade e os Novos Desafios do Espaço Público – Um estudo sobre a situação portuguesa*, dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação (Variante Estudo dos Media e Jornalismo), Lisboa: UNL.

Fernandes, N.R. (2008). *As webtelevisões em Portugal: um retrato*, dissertação de Mestrado em Jornalismo: Imprensa, Rádio e Televisão, Universidade da Beira Interior.

Islas, O. (2006). La mediamorfosis de la televisión e Internet desde la óptica mcluhaniana. Visitado a 10 de março de 2008, em <http://www.lacoctelera.com/myfiles/octavio-islas/Television-e-internet.pdf>.

López, S.R; Paredes, T.M. (2005). Políticas de Programación de las Televisiónes Públicas Españolas. Visitado a 4 de junho de 2008, em http://www.fisecestrategias.com.ar/1/fec_01_com_ruano.pdf.

López, X. (2005). Os media na Galiza: as famílias mandam. Visitado a 4 de junho de 2008, em http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/es_um/rt/captureCite/4714/4428.

Matos, Á.B. (2004). La desregulación invisible: el caso de la televisión local por ondas en España. Visitado a 6 de janeiro de 2008, em <http://bocc.ubi.pt/pag/matos-angelcomunicacao-la-desregulacion-invisible.pdf>.

Moragas, M; Garitaonandía, C.; López, B. (eds.) (1999). *Televisión de Proximidad en Europa – Experiencias de Descentralización en la Era Digital*, Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.

Moragas, M.; Prado, E. (1991). *Televisiónes Locales – Tipologías y Aportaciones de la Experiencia Catalana*, Colegi de Periodistes de Catalunya.

Mota, D. (2008). A televisão regional e local na periferia das políticas de comunicação. In Pinto, M; Marinho, S.

(org.) (2008). *Os media em Portugal nos primeiros cinco anos do século XXI*, Porto: Campo das Letras, pp. 249-399.

Mota, D. (2008). A Televisão Adiada: as políticas para a televisão regional e local em Portugal. Visitado a 8 de maio de 2008, em http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/cs_um/article/viewPDFInterstitial/4710/4424.

Nogueira, L. (2004). O Jornalismo Audiovisual On-line e as suas fases na Web. Visitado a 10 de maio de 2008, em www.facom.ufba.br/jol/materias/v_ibero_trabalhos_selecionados.htm.

Pinto, M.; Santos, L.A. (org.) (2006). *Revista Comunicação e Sociedade – Jornalismo e Internet*, nº 9-10, Porto: Campo das Letras.

Sousa, H. (2000). Políticas da Comunicação: Reformas e Continuidades. Visitado a 9 de junho de 2008, em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1227>.

Tenreiro, C.C. (2004). Contextualización e Análise da Televisión de Galicia no Âmbito de Televisións Rexionais. Visitado a 18 de abril de 2008, em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/tenreiro-carmen-ciller-contextualizacion-e-analise-datelevision-de-galicia-no-ambito-europeo-de-televisiones-rexionais.pdf>.

Turmo, F.S. (2005). Las Nuevas Estrategias de las radiotelevisións públicas en las comunidades autónomas españolas. Visitado a 23 novembro de 2007, em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/turmo-fernando-sabes-las-nuevas-estrategias-de-lasradiotelevisións-publicas-en-las-comunidades-autonomas-espanolas.pdf>.

Vacas, F. (2005). La Televisión En Extremadura: Un Proyecto de Televisión Regional. Visitado a 4 de junho de 2008, em <http://www.juntaex.es/consejerias/infraestructuras-desarrollo-tecnologico/dg-sociedadinformacion/Publicaciones/common/TOMO1TELEVISION.pdf>.

Velho, A.P.M. (2004). À procura de uma linguagem para o Jornalismo na webtv: uma análise introdutória. Visitado a 10 de maio de 2008, em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1667-1.pdf>.

La comunicación interactiva desde las páginas Web de las capitales distritales portuguesas

Cláudia Barradas
Escola Superior de Educação de
Portalegre. C3I. CIMJ
cpacheco@esep.pt

Resumo: O presente artigo pretende abordar a comunicação online das páginas web das capitais distritais de Portugal Continental, inscrevendo-se assim numa tentativa de perceber a capacidade de interação com os seus públicos-alvo, nomeadamente com os municípios. Através da técnica de análise de conteúdo, colocamo-nos como simples usuários, procurando perceber a capacidade de resolver problemas de forma digital de cada um dos municípios em análise e simultaneamente compreender também, como é que esta capacidade pode ajudar a melhorar a comunicação municipal.

Palavras-chave: comunicação, município, interatividade

Resumen: Este trabajo pretende abordar la comunicación en línea de las páginas web de las capitales de distrito de Portugal, esto encaja en un intento de entender la capacidad de interacción con el público al que va dirigido, en particular con los residentes. A través de la técnica de análisis de contenido, nos situamos como meros usuarios, procurando entender la capacidad de resolver problemas en un formato digital de cada uno de los municipios y al mismo tiempo también entender cómo esta capacidad puede ayudar a mejorar la comunicación local.

Palabras clave: comunicación, municipio, la interactividad

Abstract: This paper aims to address the online communication of the web pages of the district capitals of Portugal. This fits in an attempt to realize the ability to interact with their target audience, particularly with residents. Through the technique of content analysis, we place ourselves as mere users trying to solve problems in a digital form of each of the municipalities and at the same time, also understand how this capability can help to improve local communication.

Keywords: communication, municipality, interactivity

1. Introducción

El tema del trabajo que nos proponemos tratar es la comunicación institucional de los municipios de Portugal Continental (las 18 capitales distritales) a partir de sus páginas Web. Lógicamente no podremos agotar este tema una vez que eso supondría un análisis de

contenido muy elaborado sobre cada una de las páginas en estudio. Sin embargo, intentaremos utilizar esa metodología para evaluar más específicamente el ítem de la interactividad con los municipios (su público más directo) a través de sus sitios en la red.

Como es común en casi todas las obras consultadas, los investigadores creen que

esta forma de comunicar en Internet aporta un beneficio muy importante para la comunicación institucional y desde luego, para la imagen positiva de las organizaciones en general.

Por supuesto que con esto estamos de acuerdo, pero no es menos verdad que si por un lado la presencia de una empresa en la red es fundamental para su identidad, su existencia, no es menos verdad que muchas veces como utilizadores nos damos cuenta de que esa existencia es simplemente virtual, porque sirve tan solo para marcar su identidad y no tanto como herramienta capaz de solucionar los problemas, dudas o dificultades que tenemos.

Aunque este trabajo no pretenda analizar esa respuesta es favorable a todos los que busquen soluciones, intentaremos observar si hay en las páginas Web en estudio mecanismos que permitan establecer más que un simple contacto por e-mail o un espacio que permita simplemente un comentario (una vez que a priori todas las páginas lo presentan).

Sin embargo, aunque que no seamos utilizadores habituales de estos sitios en particular, nos enfrentamos diariamente con esta idea de que las páginas Web en general se muestran muy útiles para identificar las organizaciones a través de los colores, eslogan, valores y prestar informaciones de varios tipos, pero a pesar de ello no permiten una interactividad, un diálogo importante con sus públicos. Nos parece desde luego, que cuando existe esa posibilidad las respuestas son lentas y además no llegan en tiempo útil. Además, creemos que es interesante observar esta realidad en organizaciones estatales como el caso de los municipios, donde el soporte financiero es público y por eso debería responder a aquello que son los problemas públicos de la gente.

Internet es hoy en plena sociedad del conocimiento y de la información un lugar donde las empresas deben estar, pero también en nuestra opinión una potencialidad nueva, una plataforma más de comunicación que permite formas alternativas de hacer intercambios con los diversos públicos, personalizando las relaciones y en definitivo resolviendo sus problemas de forma eficaz.

2. Entender la comunicación municipal

Entendemos este tipo de comunicación dentro de un concepto más alargado de comunicación institucional que visa vehicular o consolidar mensajes que hagan referencia a la imagen global de la empresa. “Para eso pueden contribuir desde el logotipo hasta los soportes físicos de la empresa, así como el personal que está en contacto con el público. Este tipo de comunicación puede ofrecer una valiosa contribución para la imagen de una entidad y así producir un impacto importante en la sociedad divulgando sus puntos de vista” (BROCHAND, 1999).

Por otra parte, no podemos olvidar que vivimos en plena sociedad de la información y que cada vez más somos ciudadanos del mundo, englobados en una red de comunicaciones múltiples e ínter ligadas. Sin embargo, estamos a la distancia de un clic de todo lo que nos pueda interesar, y las organizaciones se esfuerzan cada vez más, para marcar su identidad corporativa en los medios, incluso en Internet.

Por lo que acabamos de exponer, nos interesa también conocer cuáles son las principales características de la sociedad en que vivimos desde el punto de vista de la comunicación, así como el concepto de imagen corporativa.

En los estudios aportados se hace evidente que cuando miramos hacia la forma de comunicar de las instituciones logramos ver también una cultura empresarial y eso mismo aunque no sea nuestro objeto de estudio se puede observar desde sus páginas Web, esto porque el enfoque hacia el utilizador, en este caso hacia los municipios, puede revelar una cultura de proximidad más cuidada. Una cuestión de partida para este trabajo tuvo como línea de fondo la idea de que Internet puede y debe ser una plataforma de ayuda para la comunicación institucional, desde luego, de los municipios con sus públicos.

2.1. Para una definición de comunicación municipal

“Se entiende por comunicación municipal un conjunto de actividades, verbales

o extra verbales concretizadas por los municipios a que visa legitimar sus valores, actividades y objetivos” (CAMILO, 1999).

Puede aun ser entendida como un recurso técnico o como comunicación corporativa. En cuanto recurso técnico la comunicación municipal es utilizada para solucionar los problemas municipales específicos. No obstante, es difícil demostrar la utilidad de este tipo de comunicación para resolver los problemas concretos y esto tal vez porque muchas veces hay falta de capacidad para identificar y delimitar los problemas municipales por un lado, y por otro lado porque tampoco hay recursos humanos cualificados, capaces de verificar hasta que punto un problema puede tener una solución en orden de la comunicación.

Cada vez más los municipios están conscientes de su papel en el nuevo contexto social, además la necesidad de crear sus propios servicios de comunicación fue evidenciada con la democracia, ya que “la llegada de la democracia y el nuevo orden político obliga a los ayuntamientos a crear servicios comunicativos que revaloricen su imagen y su credibilidad frente a la opinión pública” (CÁRDENAS, 1999).

La administración así como los servicios municipales son cada vez más agentes que se preocupan con el desarrollo económico y social de las poblaciones y de las comunidades locales y por eso el objetivo último de la comunicación institucional de los municipios será hacer una gestión de consensos, ya que no podrán ejercer su política sin tener en cuenta la opinión pública. Además, las estructuras municipales son en general muy complejas y esto requiere de su parte una explicación sistemática y regular de sus intentos junto a sus públicos.

Los ciudadanos reivindican actualmente una posición en este sentido por parte de la administración, ya que esta tiene una obligación de informar a todos de las distintas materias que tratan. Esto es tanto más evidente cuando observamos los municipios portugueses ya que estos como son en general muy pequeños desde punto de vista geográfico y desde luego demográfico, son muy próximos en lo que a la afectividad respecta.

En los últimos años los municipios, desde el punto de vista administrativo y

político, asumirán un papel cada vez más importante en el desarrollo integrado de las poblaciones, muchas veces hasta son protagonistas de sus cambios estructurales. Para esto contribuye este tipo de comunicación ya que es un instrumento que puede ayudar en las campañas de sensibilización de la opinión pública.

En lo que respecta a su carácter corporativo, tampoco es fácil de entender, ya que se trata de una actividad pública y por eso tiene que, en definitiva, aportar el interés colectivo. Por lo dicho tenemos que la comunicación municipal se obliga a demostrar una capacidad simultánea de expresar consensos públicos y socialmente participados.

Sin embargo, ella tiende a ser interactiva y por eso los municipios se preocupan en crear mecanismos de auscultación y estimulación de la necesidad de los públicos de participar en la discusión de sus propios problemas.

La comunicación municipal refleja de este modo los cambios de la sociedad en general, ya que podemos ver que no solo el componente interactivo permite un feed-back, una participación y una reflexión conjunta, como igualmente otras modalidades de comunicación están en abierto...

2.2. La identidad corporativa – algunos puntos esenciales

a) Breve concepto de la imagen de empresa

De una forma muy genérica se puede entender como imagen de empresa “un conjunto de representaciones mentales que surgen en el espíritu del público ante la evocación de una empresa o institución” (TAJADA, 1994).

Esta imagen puede ser aún la personalidad de la empresa o también un conjunto de representaciones tanto afectivas como racionales que se asocian a ella, siendo que estas representaciones son el resultado de experiencias, creencias que a la empresa se conectan. Pero la imagen no es algo estático, sino que tiene una estructura sensible a los cambios del entorno social, a las estrategias empresariales emprendidas y a su propia competencia.

Por lo que vimos, la imagen tiene varios componentes, son ellos la notoriedad, la fuerza y el contenido, según Tajada. Resumida-

mente la notoriedad se refiere al conocimiento que los individuos tienen con respecto a la empresa, la fuerza de la imagen tiene que ver con la rapidez de asociación empresa/estímulo y por último el contenido de la imagen hace referencia a los atributos que se relacionan a la empresa.

Otro concepto de la imagen de una empresa tiene que ver con su aspecto intangible construido a partir de un proceso de acumulación de inputs que pueden llegar a ser decisivos a la hora de identificar una empresa.

Sin embargo, para que resulte en la mente del público una imagen eficaz y duradera y genere una imagen positiva, debe una empresa en primer lugar basarse en la propia realidad así que “una empresa comience a preocuparse por su imagen y a intentar gestionarla de acuerdo a una estrategia desde la certidumbre de que ello va a tener una repercusión positiva en su cuenta de resultados demuestra un grado de madurez y una seriedad en su gestión (...)” (VILLAFANE, 1993). Para alcanzar una imagen positiva una empresa debe también hacer prevalecer en las mentes de sus públicos los puntos fuertes de su comunicación. Por fin, un último precepto que exige una imagen positiva es la coordinación de las políticas formales con las funcionales en la gestión de la imagen.

b) La cultura de empresa – aspectos más relevantes

La cultura de la empresa configura su propia identidad a través de la definición de una misión a cumplir, condicionada por sus principios y valores. Esta misión es susceptible de ser trasladada hacia el exterior mediante diferentes formas, técnicas y procedimientos de comunicación.

La identidad por su lado constituye el sustrato propio de la comunicación de la empresa al servicio de su imagen. Para que una empresa u organización, sea de que tipo sea, pueda comunicarse con sus públicos, debe poseer una identidad bien estructurada, como entramado de distintas características típicas que denominamos atributos de identidad de la empresa” (TAJADA, 1994).

En una acepción más amplia del término comunicación, podemos decir que comunicar es dominar la propia identidad con vista

a conseguir una imagen consistente siendo ella una actividad esencial para la cultura de empresa. Esta engloba diversas variables y desde luego, componentes como sus valores, rituales, símbolos y mitos. La cultura de una empresa está estructurada en torno a un conjunto de convicciones y conocimientos organizados e interiorizados por sus miembros que permiten un sentimiento de pertenencia a la empresa.

Podemos definir cultura de empresa como “el conjunto de actitudes, sentimientos, conocimientos y factores que caracterizan el desempeño de una institución en la sociedad” (CAETANO, J. y RASQUILHA, L. 2007).

3. La sociedad de la información – el caso portugués

Toda la evolución científica y tecnológica afecta en definitivo nuestras vidas diarias. Cuando analizamos el último siglo vemos claro que varias ideas y varias innovaciones que fueron un marco en la historia de la humanidad tardaron más tiempo en popularizarse que Internet. Creada hace treinta años en el inicio de la década de los setenta, ella revolucionó la vida de las personas y de las empresas. Cada vez más Internet marca su presencia constante en nuestro día a día en todo tipo de actividades. En un plan empresarial la presión y la necesidad estratégica para la completa integración de la red en los procesos administrativos, estructurales y operacionales que respectan a la comunicación y además que eso sea de una forma real, percibida y efectiva es un gran desafío para todas las organizaciones.

Las personas y las empresas hoy tienen disponible y accesible Internet, saber como esta herramienta podrá ayudar y beneficiar su desempeño es un problema que, sin embargo, todos tenemos que solucionar ya que son tantas las innovaciones proporcionadas por su uso que aún no se encuentran exploradas todas sus potencialidades.

En el momento en que la globalización marca las reglas del juego, la opinión pública asume poderes de provocar cambios y por eso la transparencia en el uso de Internet es fundamental para el éxito empresarial.

La sociedad en red no es la futura estructura social sino la sociedad presente, en la

cual el papel del estado es muy importante ya que debe comprender que su poder se encuentra cuestionado “por encima de los flujos del poder está el poder de los flujos” (CARDOSO, 1998), no obstante, el estado es la única entidad legítima para actuar en una perspectiva global y por eso debe tener iniciativa y además intervenir de forma sensata en todas las dinámicas en la sociedad en red.

Sin embargo, hay desde luego, unas barreras que deben ser superadas, tales como las barreras educacionales que resultan del presupuesto de una interacción social en la red que requiere un dominio de hardware y software que no puede obtenerse en la escuela. También están las barreras económicas que dependen de los costes muy elevados en la adquisición del software y hardware, así como los costes del propio servicio.

Por último, las barreras culturales ya que en Internet predomina una cultura americana y el uso de inglés como lenguaje base de la comunicación en red.

En Portugal la apuesta integrada en multimedia y la construcción de las “autopistas de la información” tuvieron poca expresión hasta 1996, fecha a partir de la cual surge la Misión para la Sociedad de la Información (MSI) destinada a apoyar al Ministerio de Ciencia y Tecnología.

El Libro Verde es lo más popular de este intento, ya que este proyecto tiene como puntos clave los siguientes:

- 1 – acceso a la información y libre circulación;
- 2 – desarrollo del mercado interno de los contenidos y servicios de información;
- 3 – fomentar la democracia;
- 4 – fortalecer la competitividad de las empresas nacionales;
- 5 – ser una contribución para la formación personal de los ciudadanos;
- 6 – hacer el sector público más transparente y facilitar el acceso a la prestación de servicios.
- 7 – apoyar a los miembros de la sociedad con necesidades especiales (CARDOSO, 1998).

En Portugal predomina el papel más de distribuir la información que de su uso, una visión un poco reductora en lo que son las posibilidades de las nuevas tecnologías y de las respuestas necesarias a toda la dinámica de la globalización. Sin embargo, los proyectos de

las ciudades digitales que están directamente conectados con este trabajo son pasos muy importantes para cambiar este escenario.

4. Metodología

El método utilizado tiene por base la observación personal desde el análisis de contenido de las páginas Web de las 18 capitales distritales portuguesas. El cuerpo de trabajo está así delimitado, ya que por la configuración administrativa nacional portuguesa estas ciudades logran ser las más importantes en cada distrito y es de ellas que salen las principales decisiones que afectarán a cada distrito en particular. Además, la administración central portuguesa está distribuida de esta forma según la propia geografía regional de Portugal.

Sin embargo, lo que hicimos fue introducir los nombres de estas ciudades en www.sapo.pt, un motor de busca portugués que nos llevó hasta las direcciones de correo electrónico.

Una vez definido el cuerpo del trabajo, intentamos observar la comunicación institucional pero tan solo desde la posibilidad de una interacción efectiva con el municipio a través de la red. Lo que nos proponemos hacer fue a priori un análisis explorador capaz de clasificar las páginas de Internet según el tipo de mecanismos de interactividad que encontramos.

Básicamente hicimos también una categorización basada en este ítem en estudio – la interactividad, y observamos en el material analizado si había o no una efectiva existencia de ese ítem, cómo se procesaba y además si se mostraba capaz de ser funcional.

5. La clasificación

La interactividad se presentó de diferentes formas, unas permitiendo una mayor flexibilidad que otras y además algunas revelando hasta alguna creatividad en la forma como apelan a la participación del utilizador. Por eso, desde luego, sentimos necesidad de agruparlas según una tipología que nos permitiese ver realidades diferentes.

Tipo de interactividad:

A – Las páginas Web no permiten ningún tipo

de interactividad.

B – Las páginas Web permiten una interactividad sólo a través de registro.

C – Las páginas Web contienen varios mecanismos de interactividad.

Mecanismos de interactividad:

A – Comentarios/sugestiones

B – Pregunta/respuesta (más frecuentes)

C – Encuestas / sondeos de opinión

D – Múltiples mecanismos

Mecanismos de participación efectiva:

A – Participación on-line de las reuniones

B – Fóruns

C – Votaciones

D – Otros

Estructura de los servicios on-line:

A – Las páginas Web presentan un área del municipio.

B – Las páginas Web presentan servicios on-line mezclados en la página.

C – Las páginas Web presentan las dos configuraciones.

Tipo de servicios on-line:

A – Consulta de procesos

B – Gestión de servicios

C – Requerimientos

D – Concursos

E – Actas de las reuniones

F – Otro tipo de información diversificado

6. Resultados

1 – Tabla del Tipo de interactividad

A – No permiten	0
B – Mediante registro	5
C – Varios mecanismos de interactividad	13

2 – Tabla de los Mecanismos de interactividad

A – Comentarios/sugestiones	8
B – Pregunta con respuesta	2
C – Encuestas /opinión	4
D – Múltiples mecanismos	2

3 – Tabla de la participación efectiva

A – Reuniones on-line	1
B – Fóruns	2
C – Votaciones	1
D – Otros	1

4 – Tabla de la estructura de los servicios on-line

A – Área del municipio	6
B – Servicios on-line mezclados en la página	7
C – Las dos configuraciones	5

5 – Tabla de lo tipo de servicios on-line

A – Consulta de procesos	8
B – Gestión de servicios	4
C – Requerimientos	8
D – Concursos	4
E – Actas de las reuniones	2
F – Otro tipo de información diversificado	7

7. Discusión de resultados

De lo que pudimos observar todas las páginas presentan la posibilidad de interacción con el sitio, aunque en 5 de ellas esa interacción es mediante un registro que se puede hacer desde la página. No obstante, verificamos que en 2 de los sitios, ese mismo registro tiene que ser en el local, en el propio municipio. Así, en las 16 páginas donde pudimos estudiar, constatamos que los principales mecanismos de interactividad (8) son a través del normal tipo de comentarios y sugerencias, donde hay un espacio propio y a través del envío vía mail.

Sin embargo, fue curioso observar una forma creativa a nuestro entender para dar respuestas en 2 de las páginas de internet en estudio, esto porque una presentaba un listado con muchas preguntas frecuentes y ya con la respuesta y en otra las preguntas surgían a través de un dibujito alusivo a la temática de la pregunta sobre el cual se clicaba y teníamos la respuesta.

Otro punto que desde ya queremos aportar es que en el momento que la página nos pide que hagamos registro y exige mucha información personal, pensamos que compromete la propia interactividad. Hasta pensamos que para un individuo es más sencillo y quizá más seguro hacer eso personalmente, además cuando tratamos de muchos procesos en los municipios no se nos piden tantos datos como ahí en Internet.

También se reveló interesante observar que casi ningún municipio permite una participación efectiva en el regular desarrollo de las actividades del municipio, sin embargo, el municipio de Lisboa es el más completo en lo que respecta a la participación efectiva, permitiendo hasta votar en las deliberaciones en curso, participar online en las reuniones que además pueden ser visionadas a través de los videos en el momento real.

En otra página de internet, como el caso de la ciudad de la Guarda, también se puede participar en Chat y fóruns del interés del municipio.

Nos interesaba observar también la configuración de esta interactividad, queríamos entender si había ahí, en las páginas, un local específico donde estuviesen concentrados todos los servicios que respectan al público más directo – el munícipe. Desde luego, observamos que esta información se encuentra mezclada en toda la página en 7 de los 16 y además sólo 6 tienen esa información concentrada en un local que llamamos área del munícipe o municipal aunque otras denominaciones aparezcan como: apoyo al munícipe, voz del munícipe, tienda del munícipe o servicios de atendimento.

También se reveló importante saber qué tipo de servicios online ofrecen los municipios. Fue curioso registrar que los típicos documentos de los municipios los requerimientos están presentes en 14 de las páginas en estudio. Además, consultar procesos públicos, normalmente aquellos que respectan a las obras públicas, también se pueda hacer en 8 de las páginas. Información sobre los concursos públicos, sobre todo sus fechas de realización, pueda ser vista en 7 de las páginas estudiadas. Curioso fue verificar que las actas de las reuniones del municipio que son públicas también suelen estar disponibles en solamente 2 de los sitios analizados.

Observamos aún que en 4 páginas ya se puede hacer la gestión de servicios como la cuenta del agua y los transportes públicos escolares. De registrar también que en 7 páginas hay información diversa tal como solicitar material didáctico para las escuelas públicas, pedir la manutención del material informático de las escuelas y algunas instituciones del municipio, hacer una inscripción en un campo de vacaciones para los niños, participar una ocurrencia o solicitar tarjetas de residente y de aparcamiento en espacios públicos.

En la página de la ciudad de Oporto vimos como importante una demostración electrónica de la propia página y esto pensamos que se revela como una gran ayuda desde el punto de vista del utilizador.

8. Conclusiones

De lo mucho que se analizó mucho más se quedó por analizar, desde luego, porque en nuestra modesta opinión la página de Lisboa, tal vez porque es la capital de Portugal, está desde el punto de vista comunicativo muy elaborada y por eso merecía un estudio más particular que no fue objeto de estudio.

Pensamos que los municipios están más interesados en marcar su presencia en la red, su identidad corporativa, su imagen y cultura empresarial que en ser herramientas que pueden motivar y estimular la opinión pública, lógicamente este estudio no contempla la opinión de los utilizadores y, sin embargo, no es correcto extrapolar estos datos sin confrontar los propios. En lo que respecta a este estudio, desde el punto de vista de la comunicación institucional podemos decir que a partir de lo que analizamos no pudimos encontrar muchos mecanismos estimuladores de esta interactividad.

También partimos para este trabajo con la idea de que en las páginas de los municipios podríamos ver una zona exclusiva de los munícipes, hasta porque estos son su principal público, no obstante, no podemos confirmar esta hipótesis, esto porque aunque la mayoría de las páginas presentan un área dedicada exclusivamente a este público esto no es en definitiva una realidad total. Por cierto, lo que hemos observado es que en su diseño y su presentación muchas veces la información

que está dirigida a este público en particular se encuentra mezclada con la demás y también, aunque exista ese área, a veces hay contenidos que se refieren sólo a los munícipes que también se encuentran dispersos por toda la página.

De un modo general nos parece importante que esa información esté concentrada en un lugar específico hasta porque una página de este tipo puede tener como público más indirecto los emigrantes o el público en general que pretende conocer esta ciudad.

Otra conclusión que pudimos registrar fue que la mayoría de las páginas tiene información muy diversa, no hay un diseño común ni tampoco una línea de información homogénea. Sí que es verdad que aunque se encuadren dentro de la misma tipología institucional – los municipios de las capitales distritales, cada una se refiere a su realidad particular, a pesar de ello, entendemos que hay un encuadramiento informativo que interesa a todos los munícipes y que podría estar online.

Por último, nos llamó la atención que haya páginas que limiten sus contenidos a un registro que en 2 páginas tiene que ser hecho ahí en local físico. Por supuesto que en otras que obligan a rellenar un formulario piden muchos datos personales que uno no está cómodo en aportar. Esto nos parece una conclusión importante ya que es desde luego, inhibidora de esta interactividad. Sin embargo, cuando uno se dirige a los servicios de un municipio no le es pedida tanta información y además se conoce a las personas por su apariencia física que resulta muy importante ya que se puede responsabilizar a la gente.

Si es verdad que no todos tienen acceso a Internet no es menos verdad que aquellos que lo tienen deben exigir que sus expectativas de lograr conseguir hacer algunas tareas a partir de casa o de su local de trabajo o hasta de otro sitio cualquiera, sean concretizadas. Además, esta plataforma permite muchas posibilidades que en nuestra modesta opinión aún están lejos de estar exploradas.

Pienso que podemos terminar concluyendo que en definitiva los municipios de las capitales distritales portuguesas están invirtiendo en su presencia en Internet, identificando así su imagen corporativa más que interesadas en facilitar la burocracia que tantas

veces encontramos en estas instituciones, sin embargo, Internet se presenta como un motor facilitador de estos procesos y además dentro de lo que es la problemática ambiental resultaría muy bien por la supresión del papel.

9. Bibliografía

ARAUJO, D. (2009). Os desafios e as incertezas do futuro para as empresas e os empreendedores.(en línea). Disponible en: <http://www2.desenvolvimento.gov.br> (consulta 2009).

BARQUERO CABRERO, J. D. y BARQUERO CABRERO, M. (1996). *El libro de oro de las relaciones públicas*. Gestión 2000, Barcelona.

BARQUERO CABRERO, J. D. (1994). *Manual de relaciones públicas empresariales*. Ediciones gestión 2000, Barcelona.

BERNSTEIN, D. (1986). *La imagen de la empresa y la realidad*. Ed. Plaza y Janés, Barcelona.

BROCHAND, B. y otros (1999). *Publicitor*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

CAETANO, J. y RASQUILHA, L. (2007). *Gestão e planeamento de comunicação*. Quimera ed., Lisboa.

CAMILO, E. (1999). Estratégias de comunicação e municípios. Disponible en: www.bocc.ubi.pt (consulta 2010).

CÁRDENAS RICA, M. L. (1999). Profesionalización de los gabinetes de prensa municipales (en línea). Disponible en: www.ull.es/publicaciones/latina. 1999 (consulta 2011).

CARDOSO, G. (1998). As causas das questões ou o Estado à beira da sociedade da informação (en línea). Disponible en: www.bocc.ubi.pt (consulta 2009).

KOTLER, P. (1999). *Marketing para o sec XXI*. Ed. Futuro, São Paulo.

SANZ DE LA TAJADA (1994). *Integración de la identidad y la imagen de la empresa. Desarrollo conceptual y aplicaciones prácticas*. ESIC Ed., Madrid.

SCOTT, D. (2008). *As novas regras de Marketing e relações públicas*, Porto Editora, Porto.

VILLAFANE, J. (1993). *Imagen positiva. Gestión estratégica de la imagen de la empresa*. Pirámide, Madrid.

VILLAFANE, J. (2006). *La comunicación empresarial y la gestión de los intangibles en España y Latinoamérica: informe anual 2006*. Pearson Prentice Hall, Madrid.

As ONG nas redes sociais – A tendência de uma nova forma de acesso ao espaço público

Sónia Lamy
Escola Superior de Educação de
Portalegre. C3I. CIMJ

Resumo: A Internet é cada vez mais uma ferramenta de comunicação. As Organizações Não-Governamentais (ONG) como outras instituições tentam abraçar todas as oportunidades disponíveis no mundo digital. Apesar do acesso praticamente gratuito, é necessário investir algum tempo, capacidade humana, ou seja recursos humanos e por isso dinheiro, para alimentar estas fontes de informação. As redes sociais são hoje uma ferramenta fundamental e economicamente viável para motivar este contacto. Considerando a importância das dinâmicas que se criam nestes espaços online pretende-se discutir a presença das de algumas ONG nas redes sociais. Para analisarmos as dinâmicas destes espaços, decidimos nos debruçar sobre uma amostra de 64 entradas partilhadas nas páginas de Facebook de cinco ONG.

Palavras-chave: Redes Sociais, Organizações Não-Governamentais, Comunicação

Introdução

As Organizações Não-Governamentais têm vindo a desempenhar um papel social relevante. Consideradas fenómenos institucionais muito recentes, obedecem a valores e desenvolvem comportamentos que não pretendem a obtenção de lucro. De certa forma pretendem contribuir para a resolução de problemas sociais e económicos à escala transnacional. As ONG satisfazem necessidades materiais concretas da vida das populações organizando e desenvolvendo formas de proteger o homem relativamente ao exercício do poder aplicado pelo Estado.

Os media são um meio através do qual as ONG comunicam com o público. Saem do seu espaço de ação e penetram no espaço público, sendo esta a única forma de estenderem a sua ação e influência. A relação destas instituições com os media é fundamental para as organizações. Melissa Hopkins (2003)

admite ser cada vez mais difícil e mais competitivo e a conhecimento público das atividades desenvolvidas pelas instituições é um fator determinante. Os Internet podem ter um peso significativo na divulgação do trabalho desenvolvido pela ONG, mas são também um recurso que muitas vezes garante o respeito pelos direitos cívicos, nomeadamente em situações de catástrofe humanitária ou políticas. As redes sociais desempenham hoje um papel importante nestes procedimentos de comunicação já que são um meio gratuito de exposição e interação direta com o público. A gratuidade, facilidade de gestão, e de acesso aos recursos, para promover a comunicação das ONG nestas redes, tornam estes veículos de comunicação especialmente interessantes na estratégia das organizações. Mas que representatividade têm estas instituições nas redes sociais? Como comunicam com o público e que relevância atribuem a este meio de comunicação? Estas

são algumas das questões que pretendemos desenvolver neste artigo, tentando apontar alguns contributos que nos parecem importantes na atual discussão sobre a emergência e desenvolvimento destas novas formas de comunicação.

Sobre o conceito de ONG

O conceito de ONG é recente, contudo a sua génese, orientações e ação assentam numa terminologia anterior presente nos estudos sociológicos no início do século XX. “A questão da denominação deste setor é de extrema importância, sobretudo quando há uma proliferação de nomes associada a uma ausência de clareza quanto aos seus significados” (Andrade & Franco, 2007: 14). Consideramos que o esclarecimento de conceitos pode ser determinante para clarificar o objeto de estudo.

As ONG podem ser consideradas novos fenómenos institucionais. Como refere Rui de Matos (2001: 63) “atuam por obediência a valores, normas, ideias, e desenvolvem certos comportamentos e deixam um traço distinto (não visam o lucro) na sociedade onde atuam por contribuir para a resolução de conflitos e problemas socioeconómicos de dimensão e escala transnacional”. Por outro lado tal como as clássicas instituições, também as ONG satisfazem necessidades materiais concretas da vida das populações organizando e desenvolvendo formas de proteger o homem relativamente ao exercício do poder aplicado pelo Estado (Matos, 2001).

Apesar disto, os padrões pelos quais se regem obedecem a algumas particularidades. As ONG são resultado dos movimentos associativos, e configuram um sistema de relações que se regem por bases diferentes de outras instituições. “São fidelidades horizontais que entre elas se estabelecem e se desenvolvem. Obedecem a valores humanistas e procuram, quando não se verifica concordância de posições com o Estado fazem frente aos aparelhos de poder clássicos” (Matos, 2001: 38).

O recurso à terminologia abreviada de ONG surge a partir de 1945. Trata-se de um momento marcante em que se oficializa a existência de uma classe de instituições que já

desenvolviam atividades no seio da sociedade contemporânea, mas cuja identificação legal e enquadramento eram ainda inexistentes. A caracterização formal destes grupos foi feita exatamente em 1946, na Ata da Constituição da Organização das Nações Unidas, na qual são definidas como “entidades civis sem fins lucrativos, de direito privado, que realizam trabalhos em benefício de uma coletividade”. Apesar dos seus vestígios poderem ser detetados em vários momentos históricos, as ONG tal como hoje são vistas, constituem um “fenómeno” localizado quer em termos históricos quer geográficos.

É nesta altura que se parece revelar importante distinguir estas instituições, privadas, de outras de caráter e controlo governamental. Aliás, nas Nações Unidas, organização no seio da qual é criado este conceito, todos os tipos de entidades privadas podem ser reconhecidas como ONG. O mesmo acontece em Portugal.

No final da década de 1960 as Nações Unidas avançam com uma outra definição de ONG, que pretende ser mais pluralista e amplo: “Uma organização não-governamental/ONG remete para uma organização voluntária sem fins lucrativos, nacional ou internacional. Assim, são consideradas organizações não-governamentais associações profissionais, fundações, uniões comerciais, associações de negócios, organizações religiosas para a paz e desarmamento, grupos de mulheres e de jovens, associações cooperativistas, organizações de desenvolvimento e direitos humanos, grupos de proteção ambiental. (...) As organizações nacionais podem ser parte de uma estrutura internacional definida; outras podem operar internacionalmente sem serem filiadas numa organização internacional. As principais atividades de algumas ONG são do campo da informação e da educação; outras são operacionais e estão diretamente empenhadas em projetos técnicos, de ajuda, refugiados, ou programas de desenvolvimento, (...) podem ser financiadas através de quotas dos seus membros, coletas dos filiados, contribuições voluntárias, subsídios dos governos, ou outras destas combinações. Algumas recebem apoio para projetos específicos ad hoc ou baseados em contratos de fontes privadas, organizações de ajuda estrangeiras ou intergovernamentais”

(Willetts, 2002: 52). Mais tarde a classificação Internacional de Organizações sem fins lucrativos (International Classification of Nonprofit Organizations) vem definir o que devemos considerar enquanto ONG e foi publicada pela primeira vez em 1996.

Recorrendo a esta classificação internacional¹ Raquel Franco et al. (2005) procedem à aplicação desta catalogação à realidade das instituições nacionais do setor não lucrativo. Ora, esta resulta numa classificação diversa e abrangente já que tenta abarcar toda a realidade não lucrativa. Esta classificação reconhece algumas regras para que as instituições sejam consideradas “não lucrativas”. A autora transporta essas regras para o caso português e do mesmo modo agrupa as entidades por onze categorias – Cultura e Lazer; Educação e Investigação; Saúde; Serviços Sociais; Ambiente; Desenvolvimento e Habitação; Leis, defesas de causas e política, Intermediários, filantrópicos e promotores de voluntariado; Internacional; Religião; Associações empresariais e Sindicatos.

Neste caso iremos nos debruçar apenas sobre um grupo de ONG provenientes de interesses filantrópicos e promotores de voluntariado, ambiente e saúde. A escolha das instituições em análise pretende identificar grupos cuja origem reside em vários fatores. Por um lado o mediatismo, apurado pela observação direta nos meios de comunicação e presença de algumas entidades nas notícias, e por outro, uma tentativa de reunir um corpus que pudesse representar alguns dos ramos representados em movimentos sociais, e cujos objetivos são precisamente corresponder a teve como base a atividades destas instituições nas redes sociais.

Dos meios de comunicação de massa às redes sociais

Os media parecem ser efetivamente um meio através do qual as ONG comunicam com o público. Saem do seu espaço penetrando no espaço público, sendo esta a única forma de

¹ “International Standard Industrial Classification” – sistema geral de classificação das Nações Unidas de todos os dados económicos, com base no qual elaborou uma classificação sucinta da realidade do setor sem fins lucrativos.

estenderem a sua ação e influência. Existindo uma boa estratégia de relação com os media, esta é muito importante para as organizações em geral. Melissa Hopkins (2003) admite ser cada vez mais difícil e mais competitivo e a conhecimento público das atividades desenvolvidas pelas instituições é um fator determinante. Contudo, mesmo através dos media há diversas formas de chegar ao público – por espaços pagos, e por espaços conquistados, refere ainda sugerindo aqui a cobertura jornalística.

A massificação crescente do uso da Internet, que resulta essencialmente da facilidade de exploração dos seus serviços básicos, da proliferação de fornecedores de acesso com consequente melhoria do serviço, associada à redução de preços, a oferta gratuita de espaço em servidores e a disponibilidade de ferramentas intuitivas de formatação de conteúdos, torna-se um fator determinante no desenvolvimento dos processos de comunicação das organizações (Andrade & Franco, 2007). Raquel Franco (2007) destaca o forte papel que estes novos meios têm no modo como as organizações comunicam com o as empresas de media, mas também com os potenciais membros. A autora recorre a dois especialistas em investimento comercial – John Hagel e Arthur Armstrong (in Andrade & Franco, 2007) que explicam que as comunidades virtuais servem para satisfazerem quatro níveis básicos de necessidades: interesse, relacionamento, fantasia (no sentido de imaginário) e negócio. Natalie Fenton (2009) debruça-se precisamente sobre o papel da Internet nas Organizações Não-Governamentais. Por um lado as ONG que contratam agências de comunicação têm maiores resultados, pois os profissionais com um maior conhecimento sobre os valores notícia, e estratégias de comunicação conseguem comunicar de modo mais eficaz.

A importância das redes sociais na comunicação das ONG

A Internet transforma-se tendencialmente um meio democrático por excelência, cujos recursos geralmente livres e acessíveis, facilitam o acesso do público em geral às plataformas, às informações, e à própria

participação cívica. “Se desde o início do século XIX, os mass media se transformaram nas instituições dominantes da esfera pública, a sua posição nos últimos 15 anos, tem sido cada vez mais colocada em causa pelas novas tecnologias de informação e comunicação” (Dhalgren, 2011: 13).

As sociedades ocidentais assumiram já o uso da Internet. Mas a firmeza destas sociedades parece ter alguma influência no modo como se recorre às novas tecnologias. Dahlgren (2011) sugere que a natureza estável das sociedades ocidentais torna o seu uso para fins políticos menos frequente, do que para fins pessoais e lúdicos. Contudo, o autor admite uma “quantidade significativa de atividade política na Internet” referindo-se aos grupos locais que existem em plataformas digitais como o Facebook ou redes também muito utilizadas como o Twitter. Dahlgren (2011) refere-se à atividade política visto que ambas as redes sociais são usadas para tentar influenciar as opiniões cívicas, ou mesmo políticas.

Como adiantam Coyle e Vaughn (2008) uma grande parte dos utilizadores são jovens e a perspectiva de uso das redes sociais assenta sobretudo no contacto com os amigos. Mas apesar de tudo os indicadores que se recolhem são precoces, altamente vulneráveis e em constante mutação, dado tratar-se de um objeto tão recente e ainda tão socialmente instável.

A investigação nesta área é ainda desprovida de grandes números que comprovem os factos de modo seguro, no entanto, como adianta Dahlgren (2011: 12), “é seguro dizer que a percentagem de cidadãos ativos online sempre foi relativamente reduzida. (...) Contudo, não é apenas o número real de pessoas que utilizam a Internet com fins políticos que é significativo, é também importante o seu potencial de acesso universal”. Por isso, de acordo com o autor, pode-se falar de um princípio democrático de acesso universal dado o papel cada vez mais central da Internet na vida política.

Outro efeito do uso das ferramentas interativas multimédia tem a ver com o facto de as características deste tipo de instrumento afetarem a tomada de decisão dos indivíduos e também o seu impacto na formação da

opinião massificada (Vedder, 2007). Aliás, Vedder cita mesmo um estudo (Krahmer, Van Dorst & Ummelen, 2004) sobre a influência dos meios digitais que mostra que algumas das principais características dos documentos digitais chegam a alterar a atitude e o sentimento das pessoas relativamente a um determinado tópico. Ou seja, os estímulos usados pelas plataformas parecem influenciar a resposta emocional da pessoa e o seu julgamento sobre o caso apresentado, explica Vedder referindo-se a casos de violações de direitos humanos, por exemplo.

As ferramentas utilizadas pelo ativismo e a construção da identidade têm as suas limitações. Vedder (2007) admite as dificuldades impostas pelas novas tecnologias, visto ser difícil compor um cenário equilibrado sobre as vantagens e desafios dos novos media, assim como não é nada fácil provar as implicações, sejam elas positivas ou negativas, que a Internet pode ter na legitimação das ONG.

Tal como aconteceu no caso dos meios de comunicação tradicionais, que se desenvolveram gradualmente ao longo dos anos, o mesmo aconteceu com a Internet que “conquistou, nos últimos anos, um peso incontestável na comunicação cívica e política, em muito estimulada pelo célere desenvolvimento das tecnologias da informação, nomeadamente as da plataforma online (Rendo, 2010: 146). De facto, e apesar das questões que surgem sobre a “seriedade da Internet” enquanto meio de participação cívica, visto tratar-se de um meio com características também lúdicas, Filipa Rendo (2010) refere a este respeito precisamente que a Internet motiva a circulação variada e de fácil acesso, não estando o cidadão sujeito aos seus limites da informação que é veiculada por exemplo pelos meios de comunicação tradicionais.

Este novo meio – Internet – parece precisamente por isto complicar o ambiente informativo e a luta pelo seu controlo. Grupos de conversação online, discussões também online, promovidas por novos espaços de fãs, ou simplesmente de cidadãos que pretendam debater assuntos públicos parecem tornar-se cada vez mais comuns. Aliás os websites começam a ser fontes alternativas de informação e as opiniões sociológicas, políticas ou

económicas desafiam as funções de seleção antes importadas pelos media tradicionais (Press, 2010: 21).

Com a propagação das redes sociais, a comunicação parece também estar cada vez mais democratizada. No lugar de uma comunicação feita apenas através dos profissionais formados em marketing e relações públicas, passa a ser assumida por parte dos indivíduos e de comunidades que criam, partilham, e consomem comunicação através de blogs, entradas no Facebook, filmes e imagens, entre outros (Kietzmann et al., 2011).

As redes sociais vêm implementar mudanças substanciais na comunicação entre as organizações, comunidades e indivíduos e apresenta um enorme desafio para as diversas instituições que têm de comunicar com o público. No caso das empresas tem-se assistido a casos pontuais de má preparação de alguns grupos económicos para lidar com determinadas situações que envolvem e colocam em causa a sua relação com o cliente. Esta apresenta um enorme desafio para as empresas, as quais tentam estabelecer métodos de gestão das redes sociais, mas demonstram estar mal preparadas para lidar com os clientes, que passam a querer ter uma participação muito mais ativa, adequada e direta. No fundo, querem ouvir as empresas, participar e responder. Em nosso entender, a referência às empresas pode ser facilmente aplicável a outras instituições, organizações governamentais ou não-governamentais. As mecânicas e dinâmicas de participação parecem-nos perfeitamente moldáveis a outras realidades, que não estejam ligadas à aquisição de bens de consumo, mas por exemplo à propagação de uma mensagem, da motivação de participação cívica e então à reputação mediática.

“As empresas interessadas em assumir de forma séria a participação nas redes sociais encontrará uma ferramenta útil no âmbito do favo de mel. Ao analisar os sete blocos de construção – de identidade, conversas, presença, partilhar, relacionamentos, reputação e grupos – as empresas podem monitorar e entender como as redes sociais se comportam perante a sua atividade. E podem desenvolver uma estratégia mais consistente de

comunicação para a rede social” (Kietzmann et al., 2011: 244).

Como refere Chadwick (2006) sobre o impacto da Internet na participação civil no espaço público, “em apenas alguns anos as campanhas mediadas através da Internet eclodiram quase como cogumelos. (...) Mas a partir do início dos anos 2000, a maior parte, se não mesmo, todos os maiores grupos de interesse norte americanos se estabeleceram online e recorrem a email, websites e serviços de mensagens instantâneas para chegarem aos recetores das suas mensagens” (Chadwick, 2006: 118).

As ONG nas Redes Sociais

Para refletir sobre a presença das ONG nas redes sociais pareceu-nos importante avaliar a atividades de algumas organizações na plataforma mais utilizada para a comunicação com o público. Recorremos à Plataforma Social Facebook para avaliar o modo como as organizações contactam com o público, através desta rede. A partir de uma amostra de quatro organizações não-governamentais (ONG) com um número representativo de “amigos”, mais de 10 mil, nas páginas do Facebook. Optámos por quatro ONG ativas mediaticamente. Ou seja, com alguma presença nos media, de acordo com um levantamento que está a ser desenvolvido no âmbito de uma investigação mais abrangente.

Optou-se pela análise das páginas do Facebook de quatro organizações com fins humanitários: Assistência Médica Internacional (AMI), Oikos, Médicos do Mundo e Amnistia Internacional, e da Organização Não-Governamental de Ambiente, Quercus, no decorrer da primeira quinzena de novembro, de 2011. Debruçamo-nos sobre a atividade diária destas instituições na rede social. Inicialmente, pretendíamos também analisar a página do Banco Alimentar de Luta contra a Fome, contudo ao observarmos a plataforma concluímos que esta análise não traria qualquer contributo importante, já que a atividade online desta instituição é demasiado escassa. No período escolhido para análise havia apenas uma publicação, o que nos pareceu pouco representativo.

A AMI é a organização que apresenta um maior número de “amigos” ou “gostos” (utilizadores que seguem a página do Facebook desta instituição) com mais de 227 mil utilizadores. Os Médicos do Mundo têm 19186 seguidores, a Amnistia Internacional tem 13126, a Oikos tem 12726 e a Quercus tem 10631 “gostos” ou seguidores da página.

O que se pretende com esta análise é, a partir de alguns parâmetros quantitativos compreender o uso que as organizações dão a estas plataformas de comunicação. Sabendo que a sua representatividade é crescente, e que vem assumindo alguma importância nas rotinas das estratégias de comunicação destas instituições, pareceu-nos relevante observar algumas tendências apresentadas.

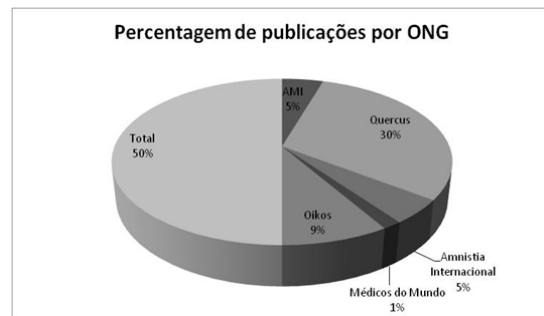
Tal como outras estratégias de comunicação, a informação ao público através da utilização do Facebook é uma das ações implementadas pelas entidades. Contudo aparenta ser uma extensão de outras tarefas, e não uma estratégia de comunicação absoluta, e com um investimento humano representativo. O Diretor da Plataforma das ONGD, Pedro Cruz, sugeriu precisamente este facto, em entrevista: “A Internet é realmente uma ferramenta para a comunicação da informação institucional, contudo não há integração de alguém para desenvolver a comunicação neste meio. Mas é uma boa forma das ONG irem mantendo o contacto com o público”.

As instituições tentam corresponder às necessidades impostas pelo desenvolvimento tecnológico, como aliás refere Fenton (2009), contudo nem sempre conseguem estar ao nível desejável. Em geral, e de acordo também com Pedro Cruz, o Facebook é atualizado pelos mesmos responsáveis pela comunicação com a imprensa. Esta plataforma parece ser vista como um espaço suplementar aos habituais meios de comunicação com o público, contudo não é assumido como um recurso relevante no contexto da relação das instituições com o público em geral.

Na realidade a publicação de informações no Facebook está longe de ser um canal preferencial de comunicação. Apenas a Quercus alimenta a plataforma de um modo mais intenso. No período selecionado, publicou 60 por cento das 64 informações disponibilizadas pelas instituições. Trata-se da organização cuja

comunicação é feita através de vários canais, e o Facebook parece servir como interface para disponibilização de materiais que vão sendo divulgados através destes, desde rádio, televisão ou imprensa. Contudo, esta ONG tem já uma política de comunicação com o público mais desenvolvida. O gabinete de comunicação contacta diretamente com a imprensa de modo regular. E o Facebook parece ser usado para contactar diretamente com o público. Aliás, de modo geral é isto que acontece. Esta rede social é um recurso usado pelas instituições para entrar em contacto direto com o público em geral. Só em escassas publicações há uma abordagem ao “voluntário” ou ao “sócio”. Em 64 publicações realizadas, apenas duas tinham os voluntários como destinatários.

Gráfico 1



A Oikos também tem alguma rotina nas atualizações que são realizadas, aliás representa 17 por cento das comunicações de informações realizadas através deste canal. Já a AMI, nesta primeira quinzena, faz apenas seis publicações o que representa 9,4 por cento das publicações. O mesmo que a Amnistia Internacional. Só os Médicos do Mundo parecem investir ainda menos neste setor, visto que apenas fazem duas publicações. Vão publicando algumas fotos, mas de acontecimentos já passados, sem que pretendam corresponder a qualquer caráter informativo para o público.

A maior parte das publicações é feita realmente pela Quercus (Gráfico 1) que, como já foi referido, tem algumas campanhas contínuas de comunicação com o público através do recurso a espaços já determinados, como é o caso do “Minuto verde” na RTP, e do “Minuto pela Terra” na Antena 1. Assim, a ONG aproveita o Facebook para veicular

a mensagem passada nestes espaços. Estes programas, da responsabilidade da ONG, motivam 17 publicações. Mas a rede social é também muito utilizada para a veiculação de apelos à comunidade. Além da Quercus, a AMI, a Amnistia e a Oikos recorrem à rede social para fazer um “Apelo”. Este facto parece-nos representativo e que parece ir de encontro ao que foi identificado por alguns dos autores já revistos neste artigo.

O uso de ferramentas interativas afeta a tomada de decisão dos indivíduos e também o seu impacto na formação da opinião massificada (Vedder, 2007). Aliás o acesso aos meios digitais parece alterar tendencialmente a atitude e o sentimento das pessoas sobre alguns temas. O Facebook também é muito usado para publicar notícias de provenientes de diversos meios de comunicação, em casos de informações que se considerem de relevância para a área de atuação da ONG. Ou no caso de a Organização ser motivo de notícia. A Quercus faz isto em 10, e a Oikos em 2 publicações.

Assim, conclui-se que o Facebook não é considerado principal recurso apenas para

publicação de informações internas, eventos ou campanhas próprias. Há um total de sete eventos publicados pelas várias instituições, em seis casos recorrem ao Facebook para publicar informações sobre “campanhas próprias”, e em cinco casos as ONG usam a plataforma apenas para dar informações institucionais. Neste ponto pareceu-nos importante distinguir a categoria “eventos” e “informações institucionais” distinguindo assim eventos programados, de informações relativos à atividade ou gestão da instituição que foram divulgados.

Os temas que mais motivam a publicação de informações são os temas de carácter ambiental (Quadro 1), um dado obviamente inflacionado pela instituição que mais publicações divulga nesta rede social – a Quercus. As informações sobre questões de carácter social e humanitário representam também cerca de 27 por cento das publicações das ONG. O recurso à rede social para promoção da instituição não é um canal preferencial contudo acontece em mais de 10 por cento das publicações das ONG realizadas no Facebook.

Quadro 1

Nome da organização	Tipo de tema que motiva a publicação					Total
	Humanitário	Ambiente	Espaço público	Outro	Promoção	
AMI	2	0	0	0	4	6
Quercus	2	37	0	0	0	39
Amnistia Internacional	5	0	0	1	0	6
Médicos do Mundo	2	0	0	0	0	2
Oikos	6	1	1	0	3	11

As notícias publicadas, através do Facebook, pelas ONG são essencialmente sobre ambiente, e temas relacionados com questões sociais e humanitárias. Os 12 apelos feitos pelas ONG utilizando a rede social inserem-se sobretudo na área ambiental, e de carácter social e humanitário. Estes são os temas que motivam mais frequentemente as instituições não-governamentais a interpelar os utilizadores de forma direta através da rede social. Isto que está diretamente relacionado com as áreas de atuação das organizações aqui em análise e com os temas que motivam

estas instituições a publicarem informações sobre assuntos relacionados com as suas áreas de atuação, sejam notícias publicadas nos media, comunicados ou informações institucionais, que considerem relevante serem de conhecimento público.

As questões de cidadania e espaço público estão na origem de um apelo direto, mas apenas uma vez na amostra aqui analisada, as ONG usam a rede social para se promoverem de forma direta, existindo contudo uma promoção de eventos das instituições não-governamentais em cinco publicações. Em

seis publicações feitas as ONG aproveitam este recurso para publicar informações sobre campanhas próprias, relacionadas com questões humanitárias ou ambientais (em dois casos).

Há uma tendência para divulgar informações relativas a atividades centradas na área geográfica portuguesa. As informações disponibilizadas são sobretudo sobre assuntos nacionais. Apenas seis entradas nesta plataforma têm como tema central temas internacionais e outros seis não se referem a nenhum espaço geográfico específico.

A verdade é que os utilizadores, na sua maior parte portugueses, que se registaram na página do Facebook da instituição e recebem na sua própria página as informações provenientes desta, as páginas são relativamente interativos. Na maior parte dos casos comentam as publicações. Todas as informações foram partilhadas, e 39 das 64 foram comentadas. Ou seja, mais de metade reage de alguma forma às informações que são avançadas nesta rede social.

Os dados relativos ao tipo de uso que é dado ao Facebook, pelas ONG aponta para a valorização da plataforma, enquanto meio de comunicação, mas para alguma falta de investimento no que diz respeito ao modo como esta comunicação é feita. Exceto o caso da Quercus em que as publicações são regulares e diárias, e feitas de modo fluente, as restantes entidades representadas nesta amostra são pouco regulares no modo como gerem a divulgação da informação na rede social. Este suporte parece ser entendido como um “extra” aos restantes canais de comunicação, à qual as instituições só recorrem quando têm tempo.

Parece haver uma tendência generalizada para tratar o visitante da plataforma “por tu”. Há um recurso constante à interpelação direta, a uma linguagem próxima e simples. A proximidade é definitivamente uma das grandes mais-valias deste género de comunicação. O facto de se criar um ambiente de proximidade numa plataforma dirigida a um relacionamento social, entre indivíduos com o mesmo género de interesses, gostos, ou círculos sociais, motiva esta mesma aproximação com o utilizador. Torna-se mais fácil chegar a um número elevado de pessoas,

e parte-se do princípio que o interesse em aceder a determinadas informações partem do utilizador, que as busca na rede social, e está por isso mais permeável à informação.

Conclusão

Os dados apontam para uma consideração do Facebook enquanto plataforma de comunicação com o público. O contacto constante com os “amigos”/seguidores das páginas para transmitir informações sobre as instituições apontam para um recurso à rede social enquanto plataforma de comunicação institucional. Fica claro o esforço de publicação de informações essenciais à publicitação de determinadas mensagens, contudo não parece existir o uso estratégico deste meio.

Contrariamente ao que seria de esperar, e de acordo com as tendências apontadas por autores como Fenton (2009) o investimento em recursos humanos preparados para implementar o recurso às redes sociais para entrar em contacto com a sociedade, parece não estar a acontecer de um modo geral. Esta gestão de informação fica entregue aos gabinetes de comunicação e assessores que vão gerindo a informação que disponibilizam sem reinventar o modo como comunicam.

Há realmente um esforço para usar o Facebook enquanto meio de interação com o público, e este parece corresponder de forma frequente, comentando e reagindo à maior parte das informações publicadas, contudo, não há propriamente um investimento, tecnológico ou humano, por parte das ONG neste novo meio de comunicação. Há sim, uma canalização de recursos humanos já existentes para a gestão das redes sociais, como se estas se tratassem de uma extensão aos canais já utilizados, aplicando quase na totalidade as mesmas regras e conceitos de comunicação. Se isto mostra por um lado que as ONG estão atentas às tendências de informação, por outro lado, fica clara alguma escassez no investimento em novos recursos e estratégias de comunicação.

Bibliografia

Andrade, A.M. & Franco, R.C., 2007. *Economia do Conhecimento e Organizações sem fins lucrativos*, Porto: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação.

Chadwick, A., 2006. *Internet politics: states, citizens, and new communication technologies*, Oxford: Oxford University Press.

Coyle, C.L. & Vaughn, H., 2008. Social networking: Communication revolution or evolution? *Bell Labs Technical Journal*, 13(2), pp. 13-17.

Dhalgren, P., 2011. As culturas cívicas e a Internet: para uma contextualização da participação política. *Centro de Investigação Media e Jornalismo*, 10(18).

Fenton, D.N., 2009. *New Media, Old News: Journalism and Democracy in the Digital Age*, Sage Publications Ltd.

Fenton, N., 2009. Has the Internet changed how NGOs work with established media? Not enough. (Disponível em: <http://www.niemanlab.org/2009/11/natalie-fenton-has-the-internet-changed-how-ngos-work-with-established-media-not-enough/> [Consultado em 22-11-2009]).

Hopkins, M., 2003. Getting Media Coverage for Your NGO. In Hamad, T.I. et al., *Culture of Responsibility and the Role of NGOs*, St. Paul MN: Paragon House.

Kietzmann, J.H. et al., 2011. Social media? Get serious! Understanding the functional building blocks of social media. *Business Horizons*, 54(3), pp. 241-251.

Lamy, S., 2009. A representação das ONG nas notícias – O caso da AMI na imprensa, Trabalho apresentado em IV Jornadas Internacionais de Jornalismo, In *Actas das IV Jornadas Internacionais de Jornalismo: Os Jovens e a Renovação do Jornalismo*, Porto.

Matos, R.P.P. de, 2001. *As ONG(D) e a crise do Estado Soberano*. C. Teses, ed., Lisboa: Universidade Lusíada.

Press, A.L. & Williams, B.A., 2010. *The new media environment: an introduction*, 1st ed., Chichester, West Sussex U.K: Wiley-Blackwell.

Rendo, F., 2010. As potencialidades da comunicação online na construção do espaço público europeu. *Centro de Investigação Media e Jornalismo*, 9(16).

Willets, P., 2002. *What is a Non-Governmental Organization?*, UNESCO.

Rádios locais e cidadania – uma perspectiva sobre novas formas de participação dos ouvintes

Luís Bonixe

Escola Superior de Educação de
Portalegre. C31. CIMJ
luís.bonixe@gmail.com

Resumo: As rádios locais são, ontologicamente, meios de comunicação social de proximidade. Primeiro enquanto emissoras piratas, depois como rádios enquadradas legalmente, sempre procuraram promover a participação e a ligação com as comunidades onde se inserem. No caso português, um conjunto de constrangimentos de ordem económica e até estrutural, tem impedido em muitos casos a prossecução de tais políticas. A migração para a Internet, com as ferramentas que proporciona, pode representar um novo caminho na abertura e pluralidade discursiva. O presente artigo procura refletir sobre essa hipótese através de um estudo de caso de cinco sites de rádios locais portuguesas.

Palavras-chave: Rádio local, cidadania, jornalismo participativo

Introdução

A participação dos indivíduos nos média tem sido um tema frequentemente debatido nos estudos mediáticos e ganhou um novo alento com a emergência das novas tecnologias e particularmente com o acesso generalizado que proporcionam aos indivíduos.

A evolução tecnológica criou um ambiente favorável à participação dos utilizadores nos conteúdos mediáticos. Criou, inclusive, um cenário no qual podemos intervir no espaço público mediatizado sem recurso aos próprios média através, por exemplo, da utilização de blogues ou redes sociais.

Os média tradicionais enfrentam, por essa razão, um enorme desafio que se traduz na necessidade de não perderem o papel de expositores dos acontecimentos do Mundo.

Por essa razão, a crise nos meios de comunicação gerada a partir do fim da exclusividade dos média enquanto espaços simbólicos de debate público, obriga a tomada de medidas que passam, inevitavelmente, pela adoção de políticas e estratégias no sentido de continuarem a ser relevantes num cenário multimediático.

Num tal enredo, a rádio, frequentemente apontada como o meio mais débil, está igualmente a adotar políticas de migração para as plataformas digitais que lhe conferem, segundo Gustavo Cardoso (2011) uma “terceira vida”.

O presente artigo pretende analisar em particular um subsector da comunicação radiofónica portuguesa detentor de um conjunto de especificidades e características: as rádios locais.

O objetivo é analisar o modo como as rádios locais portuguesas estão a atravessar o momento de migração para a Internet, olhando em particular para a sua característica ontológica de proximidade consubstanciada na abertura à comunidade onde se inserem.

Efetivamente, as rádios locais, ou livres como chegaram a ser conhecidas na Europa, representaram, e nalguns casos ainda representam, importantes veículos de expressão do sentir das populações locais, ora tratando os assuntos mais próximos ora abrindo os microfones para a participação direta dos ouvintes.

Ao estarem presentes na Internet, que modificações se registam neste aspeto em

particular da interação com os utilizadores/ouvintes? Que mecanismos/ferramentas proporcionam as rádios locais portuguesas para alargar as possibilidades de participação dos utilizadores?

Estas são duas das questões sobre as quais pretendemos refletir no presente artigo partindo de um estudo de caso de cinco sites de emissoras locais.

Rádios locais – A génese de um movimento popular

O surgimento das rádios locais, no final da década de 70, é seguramente um dos marcos mais significativos da história dos média em Portugal dos últimos anos.

O fenómeno das emissoras locais teve grandes repercussões na paisagem mediática portuguesa à semelhança, aliás, daquilo que se verificou por toda a Europa com a emergência, a partir dos anos 60 de milhares de rádios livres (Correia, 1996:45).

O aparecimento destas emissoras significou a rutura com uma tradição de monopólio do Estado na tutela do espectro radiofónico.

O movimento das rádios livres é, por isso, legitimamente considerado como a consolidação do processo democrático dos Estados. Vejam-se os casos português e espanhol, onde o movimento só floresceu depois da queda dos respetivos regimes ditatoriais.

As ideias de Eco, Guatari ou Brecht de «devolução» dos média às comunidades encontra no fenómeno de criação das rádios livres um dos seus expoentes.

Os objetivos das rádios livres passavam, como refere Emili Prado por “dar a palavra às gentes, a todas as pessoas que nunca têm a oportunidade de expressar-se através de um meio para comunicar com os outros” (Prado, 1981:245).

Estas pequenas emissoras motivaram ainda uma forte componente democrática representada através da facilidade de acesso aos média que as caracterizou. Muitas aldeias ou vilas do interior dos respetivos países, antes sem eco das suas vivências nos meios de comunicação social, normalmente centralizados nas grandes cidades, passaram a dispor da «sua» rádio.

As rádios locais representam uma espécie de novo ciclo comunicacional representado pela génese de origem popular do fenómeno.

Rádios locais e participação

Umberto Eco (1981) insere o movimento das rádios livres numa nova era da liberdade de expressão baseada na palavra direta e de livre acesso, uma vez que permitiam aos vários grupos sociais expressarem-se através de um meio de comunicação social.

Por sua vez, Patrice Flichy (1981) considera que as rádios locais ou paralelas, como também lhes chama, desempenham uma função social que se sintetiza por favorecer uma renovação da vida e das iniciativas locais. A rádio local, segundo esta perspetiva, permite à comunidade conhecer-se melhor.

Efetivamente, as rádios locais sempre se associaram à ideia de democracia na medida em que uma das suas estratégias passava por colocar um conjunto de meios ao dispor dos cidadãos para que se expressassem através das emissoras (Hendy, 2000:195), denunciando situações, criticando ou simplesmente pedindo um tema musical.

Agustín Garcia Matilla (1998) sublinha a importância dos meios de comunicação, particularmente os média públicos e locais, na criação de uma cultura de participação dos cidadãos. O autor fala de uma crise de participação e de como a resolução dessa crise poderia passar pela ação dos meios de comunicação social locais (rádio e televisão) facilitando o acesso dos cidadãos a um tipo de comunicação mais democrático e participativo.

O que o autor questiona é se passados os anos de euforia do aparecimento das rádios livres, o dispositivo colocado à disposição dos cidadãos foi por estes devidamente aproveitado de modo a criar e a formar cidadãos mais participativos no processo democrático.

A questão levantada por Matilla é tanto mais pertinente se se tiver em linha de conta a escassez de mecanismos colocados ao dispor dos cidadãos pelos média de proximidade para que tenham uma participação mais ativa no sistema democrático.

Quando hoje falamos em rádios locais, particularmente em Portugal, observamos

estruturas empresariais débeis, com dificuldades financeiras e de captação de recursos humanos. Por outro lado, muitas rádios locais acabaram por ceder a sua emissão a rádios de maior projeção e cuja política já não passa pela proximidade local.

As rádios locais portuguesas atravessam, por isso, um período de crise económica que se evidencia nas estratégias de programação que em muitos casos se afastaram das comunidades locais.

Novos média e participação

A emergência das novas tecnologias de informação e sobretudo a facilidade de acesso a um conjunto de dispositivos e ferramentas por parte dos indivíduos criou um novo cenário para a participação dos cidadãos no espaço público mediatizado.

Jay Rosen, num texto publicado online, faz referência à importância da participação como mecanismo de incremento da democracia.

“The more people involved in flying the airplane, or moving the surgeon’s scalpel during a brain operation, the worse off we are. But this is not true in journalism. It benefits from participation, as with Investigate your MP’s expenses, also called crowd sourcing, or this invitation from the Los Angeles Times: share public documents. A far simpler example is sources. If sources won’t participate, there often is no story. Witnesses contribute when they pull out their cameras and record what is happening in front of them. The news system is stronger for it.” (Rosen, 2011)

Efetivamente, aparecem frequentemente novos formatos e ferramentas que apelam à participação dos indivíduos seja na própria construção da notícia seja em forma de espaços para o debate e comentário da atualidade pública (Singer et al. 2011:2).

João Pissara Esteves (2010) defende que a World Wide Web proporciona aos cidadãos a oportunidade de se tornarem mais participativos no processo democrático e assim se constituírem como uma parte do processo de decisão.

“A hipótese aqui formulada ‘limita-se’ a reconhecer que este novo meio reúne condições e atributos que lhe permitem um certo aperfeiçoamento da democracia, se os seus próprios recursos

forem mobilizados para uma comunicação pública e interação social mais fluidificadas e, por conseguinte, politicamente também mais relevantes” (Esteves, 2010:187).

No mesmo sentido, Peter Dahlgren (2011) sublinha a importância dos média, a par de outros mecanismos como o escrutínio popular, para a participação dos cidadãos e deste modo contribuirão para a “boa democracia” (2011:17).

O autor reforça a ideia de que a função democrática da esfera pública, hoje fortemente mediatizada, se concretiza proporcionando aos cidadãos a comunicação de que estes necessitam para influenciar a tomada de decisão.

Mas o que verdadeiramente importa, na perspectiva de Dahlgren, é perceber até que ponto os indivíduos estão efetivamente a tomar partido de modo mais ativo neste processo democrático, fazendo assim uso do enorme manancial de ferramentas que lhes permitem atuar no espaço público.

A quantidade de instrumentos e ferramentas colocadas ao dispor dos cidadãos para essa participação no espaço público pode efetivamente aumentar o grau de expectativa em relação a essa influência, mas a verdade, constata Dahlgren é que, para além da participação estar condicionada por um conjunto de outros fatores, sociais, culturais ou simplesmente de oportunidade, verifica-se que à semelhança do que sucede no mundo offline, também no online a participação objetivamente argumentativa e como tal contributiva para a solidez democrática, continua muito reduzida (Dahlgren, 2011:12).

Os novos média concedem à participação dos indivíduos nos média um novo fôlego reavivando a esperança de que essa mesma participação possa tornar os meios de comunicação mais ativos e plurais no que respeita à coexistência de vários discursos e fontes no debate da coisa pública.

Num tal registo, importa avaliar as condições dessa participação e o modo como os média estão efetivamente a torná-la possível. De facto, não será suficiente a possibilidade tecnológica para permitir que a participação aconteça. As condições para essa participação argumentativa e que contribua para a tal “boa democracia”, como refere Dahlgren, implica a

adoção de uma política e estratégias dos média que realmente promovam o contributo dos indivíduos na discussão de assuntos públicos.

Metodologia

O presente artigo parte de dois pressupostos teóricos. Um primeiro que considera a rádio, e em particular as rádios locais devido à proximidade que lhes está geneticamente afeta, como um meio privilegiado para a participação dos indivíduos no discurso público. O segundo pressuposto é que as novas tecnologias, e em particular a Internet com as ferramentas que possui, podem facilitar essa mesma participação.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é identificar e refletir sobre as políticas que as rádios locais em Portugal estão a seguir em matéria de renovação dos mecanismos de participação dos seus ouvintes/utilizadores.

Formulámos duas hipóteses de trabalho.

Hipótese 1 – As rádios locais, uma vez online, privilegiam a utilização de ferramentas que promovem a participação nos conteúdos noticiosos.

Nesse sentido, analisámos cinco sites de rádios locais portuguesas com a finalidade de identificar que ferramentas online são colocadas ao dispor dos ouvintes/utilizadores para que es-

tes possam tomar parte da discussão dos temas públicos locais.

Hipótese 2 – As rádios locais registam uma evolução no que diz respeito à utilização de ferramentas online que promovem a participação nos conteúdos noticiosos.

Nesse sentido, a observação dos sites da Rádio Altitude (Guarda); Rádio Antena Minho (Braga); Rádio Elvas, Rádio Horizonte FM (Tavira) e Rádio Nazaré FM foi realizada no mês de novembro de cada ano, desde 2009. O presente artigo compila, por isso, dados de três anos com os quais se pretende contribuir para a compreensão do modo como tem evoluído a utilização de ferramentas interativas nos sites das rádios locais portuguesas.

Apresentação e discussão de dados

O quadro I mostra como as redes sociais, em particular o Facebook, vieram criar novos espaços para a participação dos utilizadores e ouvintes da rádio. Se a quantidade de ferramentas potencialmente interativas utilizadas pelas cinco rádios analisadas era inexistente em 2009, nos dois anos seguintes verifica-se que esse cenário foi radicalmente modificado com a entrada das emissoras locais nas redes sociais.

Quadro I – Ferramentas interativas nas rádios locais portuguesas

		Rádio Altitude	Rádio Elvas	Antena Minho	Nazaré FM	Rádio Horizonte
Observação em 2009						
Site	Comentários	Não	Não	Não	Não	Não
Observação em 2010						
Site	Fóruns	Sim	Não	Não	Sim	Não
	Comentários	Não	Não	Não	Sim	Não
Redes Sociais	Facebook	Sim	Sim	Não	Sim	Não
	Twitter	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Observação em 2011						
Site	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não
	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Redes Sociais	Facebook	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Twitter	Sim	Sim	Sim	Sim	Não

Como se verifica através da leitura do quadro I, todas as emissoras analisadas estão presentes no Facebook e apenas uma não está no Twitter.

As emissoras que analisamos utilizam preferencialmente estas duas redes sociais para a divulgação de espaços da sua programação e nesse sentido acabam por não representar plataformas para o debate de assuntos públicos. No entanto, registámos vários casos em que a colocação, em particular no Facebook, de títulos de notícias locais suscita a participação dos utilizadores. São, no entanto, ainda casos excepcionais embora devam ser realçados.

Vale a pena sublinhar a estratégia da Rádio Altitude, a única entre as que analisamos, que criou uma rede social própria. Através de um registo prévio, os utilizadores são convidados a participar na discussão de temas lançados pela emissora ou a sugerir programas/espaços para elaboração da grelha de programação da rádio. Esta prática tem-se revelado muito útil no que respeita à promoção da interação com os ouvintes/utilizadores, uma vez que por diversas vezes as notícias colocadas online são alvo de comentários na rede social própria da Rádio Altitude.

A possibilidade de comentar as notícias colocadas online continua a ser a ferramenta com maior resistência por parte das rádios locais estudadas. O quadro I mostra que dos cinco sites analisados, apenas a Rádio Altitude coloca à disposição dos utilizadores caixas de comentários. A política das emissoras locais segue, afinal, a mesma estratégia das emissoras de rádio de maior dimensão em Portugal, como a TSF ou a Renascença que só recentemente passaram a incluir caixas de comentários nas notícias que disponibilizam nos sites. A Antena 1, apesar de ser de Serviço Público ainda não dá a possibilidade aos seus utilizadores de comentar as notícias, com exceção da página de Desporto (Bonixe, 2010b).

Tal como se observa na tabela apresentada, as emissoras locais analisadas raramente colocam temas à discussão em Fóruns online. Apenas a Rádio Horizonte o faz.

A observação feita em três anos consecutivos permitiu-nos ainda verificar que outras ferramentas/instrumentos que promovem a participação continuam ausentes

das políticas das emissoras locais com os seus ouvintes/utilizadores, como sejam por exemplo os espaços para o chamado “Jornalismo do Cidadão”. O que melhor se assemelha a esta prática é a possibilidade que as rádios dão aos seus utilizadores para enviarem um mail relatando uma história ou algo que queiram denunciar ou difundir.

Conclusão

No presente artigo procurámos identificar a presença de ferramentas que potenciem a participação dos utilizadores nas notícias de cinco rádios locais portuguesas.

Pretendíamos com este estudo cruzar a função social desde sempre associada às rádios locais portuguesas e que se traduz na sua abertura à comunidade onde se inserem, com a sua migração para a Internet. Foram analisados os respetivos sites durante três anos consecutivos com o objetivo de determinar a disponibilização dessas ferramentas.

Na primeira hipótese de estudo considerámos que as rádios locais, uma vez online, disponibilizam as ferramentas para a participação dos utilizadores. Deste ponto de vista, a nossa observação revelou que as rádios locais ainda se afastam das potencialidades que a Internet pode trazer em matéria de interação com os ouvintes/utilizadores. À parte das redes sociais, as emissoras não potenciam os comentários, os Fóruns de debate ou até a prática do designado “Jornalismo do Cidadão”. As possibilidades de participação nos conteúdos noticiosos de índole local está limitada às redes sociais, em particular ao Facebook, e mesmo assim não registámos um uso frequente, já que estas plataformas sociais são maioritariamente utilizadas pelas emissoras estudadas para a promoção de conteúdos de entretenimento.

Na segunda hipótese, considera-se que as rádios locais registaram uma evolução no que respeita à disponibilização de ferramentas online que promovem a participação.

A análise efetuada em três anos consecutivos, permitiu-nos perceber que a principal novidade prende-se com a adesão das rádios locais ao fenómeno das redes sociais. Tal como sucede com a generalidade dos média, também estas emissoras locais em

Portugal não resistiram ao Twitter e particularmente ao Facebook.

Em termos gerais, permanece estático o uso de outras ferramentas interativas, como as caixas de comentários, os Fóruns de discussão ou a presença de espaços para o chamado “Jornalismo do Cidadão”.

Bibliografia

BONIXE, L. (2006). “As rádios locais em Portugal: uma análise do discurso jornalístico”. *Revista Comunicação & Cultura*, n.º 1, pp. 157-166.

BONIXE, L. (2010a). “Legalização, Concentração e Multimédia: Os Desafios das Rádios Locais Portuguesas”. *Revista Rádio-Leituras*. Disponível em: <http://radioleituras.files.wordpress.com/2010/12/radioleituras81.pdf>. pp.187-202.

BONIXE, L. (2010b). “A rádio informativa portuguesa na Internet – o estado da arte”. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/13256>.

CARDOSO, G. (2009). “Da comunicação de massa para a comunicação em rede”. In CARDOSO, Gustavo *et al.* (coord). *Media, Redes e Comunicação*. Lisboa: Quimera, pp. 15-54.

CORREIA, J.C. (1998). *Jornalismo e Espaço Público*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

ECO, U. (1981). “Una nueva era en la libertad de expresión”. In BASSETS, Lluís (org.). *De las ondas rojas a las radios libres*. Barcelona: Gustavo Gili, pp. 213-230.

ESTEVES, J.P. (2010). “Novos Media e Deliberação: Sobre Redes, Tecnologia, Informação e Comunicação”. *IC – Revista Científica de Información y Comunicación*, 7, pp. 171-191.

FLICHY, P. (1981). “La explosión del monólogo. Las radios paralelas en la Europa Occidental”. In BASSETS, Lluís (org.). *De las ondas rojas a las radios libres*. Barcelona: Gustavo Gili, pp. 180-188.

HENDY, D. (2000). *Radio in the Global Age*. Cambridge: Polity Press.

HERMIDA, A. (2011). “Mechanisms of Participation: How audience options shape the conversation”. In SINGER *et al.* (org.). *Participatory Journalism – Guarding Open Gates at Online Newspapers*. Wiley-Blackwell, pp. 13-33.

MATILLA, A.G. (1998). “Medios Locales para la Comunicación”. In ESCUDERO, Manuel Chaparro (ed.). *La Democratización de los medios radiotelevisión comunitaria. II Congreso de rádio y televisiones locales, públicas y alternativas*, Sevilla, pp. 194-200.

PRADO, E. (1981). “El Movimiento por la Libertad de Emisión en España”. In BASSETS, Lluís (ed.). *De las ondas rojas a las radios libres*. Barcelona: Gustavo Gili, pp. 237-256.

REICH, Z. (2011). “User Comments: The transformation of participatory news”. In SINGER *et al.* (org.). *Participatory Journalism – Guarding Open Gates at Online Newspapers*. Wiley-Blackwell, pp. 96-118.

ROSEN, J. (2011). What I Think I Know About Journalism. In: <http://pressthink.org/2011/04/what-i-think-i-know-about-journalism/> (Consulta: 12 de maio de 2011).

SILVA, D. (2008). *Rádios locais: O que mudou desde 1989?*. Tese de Mestrado em Jornalismo, Edição Polycopiada. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Jornalismo e novas plataformas – Análise comparativa entre a *Visão* e a *Visão iPad*

João Picado*
Escola Superior de Educação
de Portalegre. C3i

Resumo: Este artigo é uma análise comparativa entre os conteúdos disponibilizados na revista *Visão* impressa e as mesmas edições na versão para uma nova plataforma, no caso particular, o tablet iPad. O objetivo deste estudo foi perceber de que forma as novas plataformas e os meios de comunicação social convergem e como é que as primeiras aproveitam as potencialidades da tecnologia e do ciberjornalismo. Neste estudo de caso foi perceptível que os tablet têm todas as condições para explorar estes fatores e acrescentam novas dimensões, nomeadamente através da portabilidade, como acontece com os telemóveis, e da possibilidade de interação em modo offline.

Palavras-chave: jornalismo; ciberjornalismo; jornalismo digital; online; Internet; Web; novos media; novas plataformas; tablet.

1. Introdução

“(…) eu adoro ler o New York Times no iPad. O problema com o termo ‘produtores de conteúdos’ é que igualiza alguém que recolhe receitas de culinária com repórteres. E são trabalhos muito diferentes. Além disso, quando se fundem tais coisas, estamos perante infotainment. E não é isso que nós fazemos. Os jornalistas correm o risco de se distraírem com as novas tecnologias, de se esquecerem do principal”¹.

A dimensão tecnológica da vida das sociedades ocidentais tem ganho força e protagonismo nas últimas décadas. As ferramentas tecnológicas fazem parte do dia a dia das pessoas. Pensada, na maior parte das vezes, para facilitar a vida do ser humano, está presente em todas as atividades.

O jornalismo não é exceção e evolui a par da técnica. Os desafios que se lhe apresen-

tam são tremendos. O surgimento da Internet é o maior. A forma como penetrou na sociedade é tal que está ligado a quase tudo o que fazemos. “A Internet é o tecido das nossas vidas. Se as tecnologias de informação são o equivalente histórico do que foi a eletricidade na era industrial, na nossa era poderíamos comparar a Internet com a rede elétrica (...), dada a sua capacidade para distribuir o poder da informação por todos os âmbitos da atividade humana” (Castells, 2001: 15).

O surgimento da Internet foi entendido como a solução para o jornalismo. A missão de serviço público associada entrou em decadência a favor de uma perspetiva comercial que visa cada vez maiores margens de lucro (Scott in Bastos, 2010: 15). As empresas descuraram o dever de informar, sabendo que isso custa dinheiro, no intuito de ganhar maior rentabilidade. Com a Web, pensou-se que tal tendência poderia inverter-se e o jornalismo podia ser salvo. Mas não foi isso que aconteceu. “Em meados dos anos 90 [do século passado], tanto os críticos como os defensores do statu quo viram a Internet como uma grande oportunidade.

* Jornalista e Mestrando em Jornalismo, Comunicação e Cultura.

¹ David E. Sanger, diretor da delegação do New York Times em Washington e duas vezes vencedor do prémio Pulitzer, em entrevista à *Visão*. Disponível na edição n.º 949, de 12 de maio de 2011.

Os primeiros esperavam que a rede aliviasse as condições da crise e trouxesse o jornalismo de volta ao seu papel de servidor público. Os segundos viram-na como um vasto mercado, um sistema de distribuição e uma maneira retoricamente legítima de deflectir as exigências do jornalismo de serviço público para um enclave no ciberespaço” (Bastos, 2010: 16).

As empresas viram na Internet uma janela de oportunidade para chegarem a mais pessoas, para veicularem os seus conteúdos. Porque, como sustenta Manuel Castells (2001: 16), “a Internet, uma obscura tecnologia que tinha pouca aplicação para além do mundo exclusivo dos cientistas da informática, dos hackers e das comunidades contra-culturais, tornou-se a alavanca de transição para uma nova forma de sociedade: a sociedade em rede”. Foi esta dimensão que contribuiu para uma maior aproximação das pessoas através da informação.

Com este potencial, as vantagens de estar na Net seriam tremendas para os média convencionais, que podiam tirar “partido das potencialidades da publicação electrónica na rede mundial de computadores, meio digital onde o próprio conceito de publicação assume um significado inteiramente novo, pois não há tinta nem papel em causa” (Bastos, 2010: 16). Contudo, o “el dorado” prometido com o aparecimento da Internet não resultou em ouro e as notícias no ciberespaço não ganharam a força esperada pelas empresas de media.

Hoje já ultrapassámos diversas fases desde aquela em que os conteúdos disponíveis na Web eram iguais aos do suporte original, fenómeno que ficou conhecido como shovelware (Alves, 2006: 94). O novo meio procura a sua própria linguagem, ou seja, vive o processo de mediamorfosis idealizado por Roger Fidler (1997). Estas transformações assumem uma amplitude muito maior porque a Internet não é apenas um novo meio. “A web representa uma mudança de paradigma comunicacional muito mais ampla que a adição de um sentido. Ela oferece um alcance global, rompendo barreiras de tempo e espaço como não tínhamos visto antes” (Alves, 2006: 95). Devido à evolução do jornalismo na Web, existem novos sinais de que a Internet começa a ter a sua própria identidade, em que é preciso encontrar um modelo de negócio sustentado, criar novas

linguagens com base em três eixos base – a multimedialidade, a hipertextualidade e a interatividade – (Salaverría, 2006: 131) com a consciência de que o poder já não está apenas no emissor, mas também no recetor (Alves, 2006: 97).

2. Novas plataformas

Com o advento da Internet, a produção de informação estendeu-se ao novo meio. A tecnologia catapultou as notícias para um outro estágio e o próprio jornalismo foi renomeado com vários conceitos, como webjornalismo (Canavilhas, nd) ou jornalismo digital (Deuze, 2006 e Alves, 2006), entre outros. A Web permitiu que novas formas e outros suportes emergissem como portadores de conteúdo noticioso. A informação não tinha de se circunscrever aos computadores. Os telemóveis foram o primeiro instrumento a surgir como novo media no âmbito dos novos media gerados ou potenciados pela Web. Para além da conectividade, estes acrescentaram a mobilidade (Jerónimo, 2010: 1) numa experiência que se torna cada vez mais rica à medida que a tecnologia torna os smartphones mais completos.

A Internet assume uma maior preponderância no acesso à informação. Nos Estados Unidos da América, 57 por cento dos norte-americanos já acede às notícias através de Internet ou de uma fonte digital².

3. Estudo de caso: análise à revista Visão e à sua aplicação para iPad

Em Portugal, tal como na generalidade dos países, os tablet são uma novidade. Mas desde o primeiro momento que têm sido bem recebidos, essencialmente, pela indústria dos media. O grupo Impresa é um dos que apostou neste segmento para potenciar o negócio com base na Internet. Foi criado um departamento de Novas Plataformas liderado pelo anterior diretor do Expresso, Henrique Monteiro, e têm sido desenvolvidas aplicações para várias publicações da empresa.

² Informação retirada de um relatório do Pew Research Center, datado de 12 de setembro de 2010. Disponível em <http://people-press.org/2010/09/12/section-2-online-and-digital-news/> e consultado em 31 de maio de 2011.

A Visão foi a primeira a aderir aos novos dispositivos com o lançamento da aplicação para iPad. Ao contrário de outros operadores, a opção foi criar conteúdos pagos que funcionam da seguinte maneira: o utilizador, descarregada a aplicação que é gratuita, tem a possibilidade de comprar a edição semanal através do software tal como aconteceria quando se deslocava à banca dos jornais para adquirir a edição física. Concluída essa fase, a revista fica disponível para descarga, bem como o suplemento Sete. Este momento e o da aquisição do número em questão são duas das poucas situações em que o equipamento necessita de ter ligação à Internet.

Foi a partir daí que fizemos o nosso estudo comparativo entre a edição em papel e sua versão para iPad. Foram analisadas duas edições da revista, a n.º 948, de 5 a 11 de maio de 2011, e a n.º 949, de 12 a 18 do mesmo mês. Este trabalho insere-se numa possível linha de investigação mais aprofundada que criará novas formas de análise para este tipo de produtos informativos gerados para as novas plataformas.

Perante este cenário, impunha-se perceber quais as diferenças entre as duas edições. Antes de mais, há uma distinção no preço. A revista adquirida nas bancas custa três euros, enquanto na versão para tablet o valor é de 2,39 euros. Uma diferença, por isso, de 61 cêntimos por semana que, no final do ano, representa uma diferença de 31,72 euros. A opção da Imprensa por cobrar pelos conteúdos na aplicação para iPad quebra com a regra do que acontece com a Internet e acontece no seguimento da tendência dos meios de comunicação de não disponibilizar informação gratuitamente. Isso já acontece em alguns sítios e, no caso da Visão iPad, fazer pagar pelos conteúdos é uma regra desde que a aplicação foi criada. “Um dos princípios (na criação da Visão iPad) é tentar não cometer os erros de entrada na Web”, explica Henrique Monteiro³. Neste caso, a estratégia passa por não fazer o que a generalidade dos media fizeram quando entraram na Web, ou seja, de “uma forma destrutiva do valor”, explica o responsável.

³ Entrevista pessoal de Henrique Monteiro, diretor de Novas Plataformas do Grupo Imprensa, concedida em 3 de maio de 2011.

Por outro lado, nos dispositivos móveis como os smartphones, as aplicações do Grupo Imprensa replicam, na prática, os conteúdos da Web. “Quando chegaram os tablets propriamente ditos, e concretamente o iPad, o que nós pensamos foi em replicar, não o modelo da Web mas em replicar o modelo do impresso com alguma mais-valia que a Internet pode dar.”⁴

Os conteúdos da revista Visão em papel estão divididos por secções. Tem o Sumário; a Linha Directa, com algumas breves de atualidade; a Visão.pt, com conteúdos recolhidos no sítio online; o Correio do Leitor, com cartas enviadas por leitores da Visão. Fora essa secção inicial, a publicação divide-se em sete grandes áreas temáticas e, entretanto, uma oitava chamada Caravana Visão que é um espaço destinado a uma reportagem itinerante que a revista tem levado a cabo nos últimos meses ao volante de uma autocaravana que percorre o país. As principais secções são Radar, Portugal, Economia, Mundo, Sociedade, Cultura e Opinião, sendo que estão esquematizadas por esta ordem, com exceção da última, que está dispersa pelas 116 páginas da Visão, em qualquer uma das edições analisadas.

Ao nível da estrutura, os princípios adotados para a edição no iPad foram os mesmos. Salvo alguns pormenores, a estrutura é igual mas a interação é diferente. Em primeiro lugar, a compra dos números é feita aí. Estes ficam alojados na biblioteca. Ou seja, é possível, num único dispositivo, ter várias edições.

A leitura e a interação propriamente dita começam com um toque e, neste caso específico da Visão, o equipamento deve estar na sua posição horizontal e não vertical. Se o toque for ligeiro, surgem duas barras de menus, uma superior e outra inferior. A de cima tem duas setas de navegação, um ícone que abre uma janela com o sumário, um botão para controlar o volume e um outro para partilhar no Twitter, no Facebook e por e-mail, mas que, de momento, está desativada. Na barra inferior, existe um atalho para a capa, um outro para o sumário e um terceiro de navegação pela edição que permite saltar páginas. Existe o botão da

⁴ Entrevista pessoal de Henrique Monteiro, diretor de Novas Plataformas do Grupo Imprensa, concedida em 3 de maio de 2011.

biblioteca, a secção para comprar edições, uma de ajuda e, por fim, uma de conta de utilizador que ainda não está operacional pois as revistas são adquiridas, para já, avulso.

Os conteúdos são semelhantes na sua versão em papel ou para iPad. Mas ao contrário do que é uma realidade na edição física, o conceito de páginas não faz sentido e isso nota-se logo no sumário. Ou seja, enquanto no papel o utilizador é remetido para determinada página, na Visão para as novas plataformas basta tocar no tema que se deseja ler e o utilizador é encaminhado para o mesmo. É aplicado o princípio da hipertextualidade. Por outro lado, os artigos não estão explanados ao longo das páginas da esquerda para a direita. A sua visualização é feita de cima para baixo. Em várias ocasiões, os textos são colocados em caixas com limites invisíveis, as quais não suportam a totalidade do texto e, por isso, o utilizador é convidado a interagir com o aparelho para visualizar toda a informação. Quase todas as páginas têm elementos gráficos que contribuem para o enriquecimento da experiência.

Os textos são, por regra, os mesmos da edição impressa. Contudo, não é de shoveware que se trata. Neste caso, o objetivo é que o leitor da Visão o possa fazer independentemente do suporte, mas como cada formato tem as suas especificidades, apesar do número de caracteres ser idêntico, há particularidades que a versão para iPad tenta aproveitar. É o caso das legendas ou dos destaques interativos, em que a informação só aparece depois de um toque no ícone para esse efeito, ou soluções gráficas que permitem um outro aproveitamento do espaço virtual, ou seja, do monitor do equipamento. É possível ter caixas de texto fora das margens estabelecidas ou disponibilizar mais conteúdo, como acontece na rubrica imagens. Na edição física, esta apresenta uma fotografia em duas páginas com um texto explicativo. No iPad o leitor tem direito a cinco imagens, cada uma com o seu texto que só fica visível depois de acionando um comando. Aliás, as imagens ganham, por regra, maior destaque do que acontece no papel.

Os conteúdos gráficos são aqueles que mais beneficiam nesta passagem para as novas plataformas. Conteúdos que eram estáticos passam a ter outro dinamismo e

requerem a interação por parte do leitor. Neste caso não estamos a falar de interatividade com o meio de comunicação social, mas sim de interação com o suporte, ou seja, está ao mesmo nível do virar de página na edição em papel, embora aqui, o toque tenha outras consequências para além de virar a folha. Queremos com isto dizer que, através do manuseamento do equipamento podemos ampliar fotografias, seguir uma infografia cronológica, aceder a um vídeo, ouvir um registo de áudio, consultar a totalidade de um artigo, ampliar ou fazer aparecer legendas e destaques ou escolher que secção da revista queremos ler. “Essas são as mais-valias da própria plataforma a somar às mais valias do próprio conteúdo”⁵.

Ao contrário do que acontece na Visão impressa, os textos de opinião, salvo dois, estão todos juntos e têm um menu específico. Nas respetivas páginas há sempre um botão que nos permite voltar a esse subíndice.

Sem números de páginas na edição virtual para iPad, a Impresa recorreu a uma nova técnica que surgiu na Internet e que foi requisitada por estas plataformas. Os artigos mais extensos têm, quase todos, uma indicação, logo no início, do tempo estimado de leitura. Em ambas as edições analisadas são 19 os artigos que dispõem desta informação. Na Visão n.º 948, dos textos que têm esta estimativa, existe um intervalo nas previsões de dois minutos, como mínimo, até um máximo de 25 minutos. Na edição n.º 949, o limite mínimo também é de dois minutos, enquanto o máximo não vai além dos 15m20s. Assim, destes artigos, temos um tempo médio de leitura, no n.º 948, de 13m50s, enquanto, na edição seguinte, esta estimativa média baixa para os 9 minutos.

Relativamente à multimedialidade, ambas as edições têm outros elementos gráficos e ilustrações. Estas últimas são, em regra, as mesmas. No entanto, no estudo realizado, houve uma exceção. Na rubrica Flashback, em que a Visão convida uma personalidade para escolher o melhor e o pior da atualidade daquela semana, a edição n.º 949 da versão para iPad tem mais quatro ilustrações do que a Visão impressa. Estas estão em miniatura,

⁵ Entrevista pessoal de Henrique Monteiro, diretor de Novas Plataformas do Grupo Impresa, concedida em 3 de maio de 2011.

mas se o utilizador lhes tocar, ganham uma dimensão do tamanho da página.

Outra dimensão da multimedialidade é a do vídeo. Nesse caso, nota-se que já é aproveitado e potenciado pela aplicação da Visão para tablet. No n.º 948 há 11 vídeos, enquanto na edição n.º 949 há 9 vídeos mais um que é feito com fotografias em slideshow. Esta última ainda conta com um ficheiro áudio. Ao contrário do que acontece com os restantes elementos da revista, que podem ser consultados em modo offline, estes exigem uma ligação à Internet. Esta é uma solução para não tornar cada número pesado. Mesmo assim, já ocupam 200 MB. Por outro lado, apesar de haver uma aposta neste tipo de recurso, este está presente em apenas cerca de 25 por cento da totalidade das rubricas da revista. Grande parte não é produzida pela redação. Há vídeos feitos pelos jornalistas da Visão, mas também há trailers de cinema e videoclips. Nesta primeira fase, os responsáveis assumiram o desafio de disponibilizar conteúdos iguais aos do produto impresso e acrescentar valor potenciado pela Internet com alguma moderação. “O que publicamos nas edições iPad, ou nas edições tablet, são as edições em papel com mais aquilo que nos é permitido. Podemos ter trailers de filmes quando falamos deles, videoclips de música quando falamos de música, pequenas entrevistas com protagonistas, com eles a falar e em que mostra o sítio onde eles estão.”⁶ Apesar da moderação evidenciada por Henrique Monteiro, tudo indica que, se a tendência dos media for a de promover o jornalismo integrado com uma convergência das redações, estas funcionalidades assumam maior predominância nas edições desenvolvidas para as novas plataformas e para a Web.

4. Reflexões finais

Com meio ano de edições da Visão para iPad, o grupo Impresa entrou em velocidade de cruzeiro nas novas plataformas, embora os responsáveis admitam que, para já, o negócio ainda seja residual.

A aplicação foi desenvolvida para disponibilizar, numa plataforma nova, a revista

⁶ Entrevista pessoal de Henrique Monteiro, diretor de Novas Plataformas do Grupo Impresa, concedida em 3 de maio de 2011.

Visão tal como acontece nas bancas de jornais tradicionais.

O estudo permitiu concluir que apesar das novas plataformas darem uma nova dimensão ao ciberjornalismo, porque, afinal, todas elas necessitam de uma conexão à Internet, nem todas as potencialidades do jornalismo digital são aproveitadas. Na aplicação da Visão para iPad, são utilizadas funcionalidades como o hipertexto ou os recursos multimedia. A primeira é, contudo, aproveitada de uma forma diferente daquela a que estamos habituados na Web. Ou seja, a hipertextualidade remete-nos para as ligações que, constantes num artigo, nos remetem para outras notícias. No caso da aplicação da Impresa desenvolvida para a Visão, o hipertexto é utilizado no interior de cada edição, mas não dos artigos propriamente ditos. Ou seja, o sumário ou o índice da secção de Opinião recorre às hiperligações para que o utilizador tenha atalhos diretos para os temas que deseja consultar sem ter que passar por todos os conteúdos da revista. Não há uma interligação de notícias com assuntos relacionados como acontece na Web. Ainda assim, o hipertexto ou as hiperligações estão presentes, nomeadamente na quantidade de botões que cada artigo tem, seja para realçar uma imagem, mostrar uma legenda ou abrir um vídeo. Por fim, a interatividade não é explorada, pelo menos para já. A função de partilha nas redes sociais, ou por e-mail, está desativada. Apesar de, na última página, constar a ficha técnica, esta não dispõe de qualquer método automático que, dentro da aplicação, permita interagir com a redação. Também os artigos carecem desta funcionalidade. O nome do autor de cada artigo consta como na edição impressa, mas não há forma de o contactar diretamente.

Parece-nos que, apesar de o suporte ser outro, os princípios base do jornalismo digital, ou ciberjornalismo, estão presentes e são os que melhor se adequam na análise a estas plataformas, mas é indispensável perceber que especificidades existem e se estas podem alterar a forma de fazer jornalismo. É preciso perceber se estas plataformas promovem o infotainment, ou se, pelo contrário, podem contribuir para uma clarificação das fronteiras entre estas duas áreas e dar um novo alento aos meios de comunicação, nomeadamente à imprensa escrita.

5. Bibliografia

ALVES, R. (2006). Jornalismo digital: Dez anos de web... e a revolução contínua. *Comunicação e Sociedade* n.º 9 e 10, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 9 p.

BASTOS, H. (2010). *Origens e Evolução do Ciberjornalismo em Portugal*. Porto, Edições Afrontamento.

CANAVILHAS, J. (2005). *Os jornalistas online em Portugal*. Covilhã, Universidade da Beira Interior, 8 p.

CANAVILHAS, J. (nd). Webjornalismo – Considerações gerais sobre jornalismo na Web. In: www.bocc.uff.br/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf [Consultado em 4 de março de 2011].

CASTELLS, M. (2001). *A galáxia Internet – Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

DEUZE, M. (2006). O jornalismo e os novos meios de comunicação social. *Comunicação e Sociedade* n.º 9 e 10, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 22 p.

FILDER, R. (1997). *Mediamorphosis – Understanding new media*. Thousand Oaks, Pine Forge Press.

JERÓNIMO, P. (2010). mews: as notícias e o telemóvel numa cultura de convergência. *Prisma.com*, n.º 11, 12 p.

SALAVERRÍA, R. (2006). Construyendo un nuevo periodismo. Diez años de logros y retos en la prensa digital. *Comunicação e Sociedade* n.º 9 e 10, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 8 p.

SALAVERRÍA, R. e NEGREDO S. (2008). *Periodismo integrado: convergencia de medios y organización de redacciones*. Barcelona, Sol90Media.

ZAMITH, F. (2010). O subaproveitamento das potencialidades da Internet pelos ciberjornais portugueses. *Prisma.com*, n.º 11, 25 p.

Neste número destacamos

Jornalismo na Web: Da Pirâmide Invertida à Pirâmide Deitada¹

João Canavilhas
Universidade da Beira Interior.
Labcom

Resumo: Falar de jornalismo é falar da Pirâmide Invertida, uma técnica de redação centenária que tem resistido a todas as mudanças no jornalismo. Com o aparecimento da Internet, alguns dos pressupostos que levaram os jornalistas a adotar esta técnica de redação deixaram de fazer sentido devido às características do novo meio. Desde logo porque o espaço disponível num jornal Web deixa de ser finito, anulando a necessidade de escrever condicionado pela possibilidade de o editor ter de efetuar cortes no texto para o encaixar num determinado espaço. Por outro lado, o hipertexto permite ao utilizador definir percursos de leitura em função dos seus interesses pessoais pelo que a redação da notícia deve ter em conta esse fator.

Recorrendo à técnica da Pirâmide Invertida, o jornalista organiza a notícia colocando a informação mais importante no início e o menos importante do final, pelo que o leitor apenas pode efetuar a leitura seguindo o roteiro definido pelo jornalista.

Mas o que fariam os leitores se essa notícia fosse dividida em vários blocos de texto ligados através de links, dando-lhe a possibilidade de efetuar uma leitura pessoal?

Para observar os percursos de leitura de notícias na Web organizou-se uma experiência onde se convidavam os leitores a efetuarem a leitura de uma notícia constituída por vários blocos de informação ligados através de hipertexto. A análise dos dados permite concluir que existem diferentes padrões de leitura, o que deixa antever a necessidade de adotar um novo paradigma na organização de informação de cariz jornalístico.

Palavras-chave: Webjornalismo, ciberjornalismo, técnicas de redação.

Introdução

O desenvolvimento dos meios de comunicação social está intimamente relacionado com os avanços que ocorreram nas formas de distribuição. A imprensa norte-americana, por exemplo, registou um período de franco desenvolvimento em paralelo com o crescimento do caminho de ferro norte-americano, pois desta forma os jornais puderam aumentar de forma substancial

a sua área de influência. Aconteceu o mesmo com a rádio e a televisão: graças aos avanços técnicos na distribuição do sinal, estes meios conseguiram a cobertura total dos respetivos países por via hertziana e, mais recentemente, uma dimensão global graças aos satélites. No caso da televisão, a própria difusão hertziana atravessa um período de mudança, com a implementação do TDT e consequente melhoria das condições de distribuição e receção.

Tal como aconteceu nos meios tradicionais, o desenvolvimento do Webjornalismo está umbilicalmente ligado aos processos de aperfeiçoamento da sua difusão. A

¹Versão atualizada de “Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada”. Texto original publicado em 2006.

identificação de uma linguagem que tire partido das características oferecidas pelo meio, por exemplo, tem sido condicionada pela instabilidade resultante do rápido desenvolvimento das tecnologias de acesso e pelo desequilíbrio geográfico que se verifica no campo do acesso à Internet.

De acordo com a Internet World Stats², em novembro de 2005 existiam cerca de 972 milhões de utilizadores de Internet no mundo. Porém, a taxa de penetração era ainda muito baixa (15,2 %) e, sobretudo, bastante assimétrica. Enquanto América do Norte (68 %) e Oceânia (52,9 %) apresentam taxas interessantes, outras regiões como a América Latina (13,3 %), a Ásia (9,2 %) e a África (2,7 %) tinham ainda taxas de penetração bastante reduzidas.

Seis anos depois os dados mudaram substancialmente: em março de 2011, o número de utilizadores ultrapassava ligeiramente os 2 mil milhões, mais do que duplicando os números de 2005. Neste período a taxa de penetração mundial subiu (30,2 %) melhorou e as assimetrias esbateram-se, mas as diferenças ainda são notórias: as duas regiões com melhores taxas (América do Norte – 70,3 % e Oceânia – 60,1 %) estão muito longe das que têm taxas mais baixas (América Latina – 36,2 %, Ásia – 23,8 % e África – 11,4 %).

No caso de Portugal³, os dados de 2005 revelam que o número de ligações aumentava a um ritmo muito interessante, mas fundamentalmente nas ligações de baixa velocidade do tipo dial-up: Se em 1998 existiam em Portugal 172.698 utilizadores, no ano de 2005 eram já 5.593.770, mas apenas 19 % dispunham de uma ligação em banda larga. Estes números apontavam para uma taxa de penetração de 10,2 %, um valor que colocava Portugal ligeiramente abaixo da média da União Europeia, mas à frente de países como a Alemanha, a Espanha ou a Itália, por exemplo. Seis anos depois, a taxa de penetração em Portugal subiu para os 48 %, valor que mantém Portugal

abaixo da média europeia (58,3 %), porém verificou-se uma alteração importante: das ligações dial-up, Portugal passou para a banda larga, sendo mesmo o quarto país europeu com maior penetração de banda larga⁴.

O baixo ritmo de crescimento da banda larga até 2005 condicionou o tipo de conteúdos oferecidos pelo jornalismo na Web. Sem consumidores com ligações de alta velocidade, as publicações apostaram nas notícias baseadas em texto verbal escrito, já que o download das páginas era relativamente rápido para este tipo de acessos. Talvez por isso, o texto tem sido o elemento mais usado no Webjornalismo, mas este não é o único motivo para que tal se verifique.

No final da década de 80, a edição eletrónica já se tinha generalizado entre a imprensa escrita. Um pouco por todo o mundo, os jornais começaram a investir em informática e em softwares de edição que lhes permitiam trabalhar de uma forma mais rápida, permitindo um fecho de edição mais tardio. Por isso, no momento em que ocorreu o grande boom da Internet, os jornais já tinham as suas notícias digitalizadas, podendo avançar para as edições online quase sem custos adicionais, (Edo, 2002), pois colocavam online as mesmas notícias da versão impressa.

Para além das questões de cariz técnico, as dificuldades económicas também obstaculizaram o desenvolvimento do Webjornalismo. Os dados antes apresentados permitem concluir que as taxas de penetração mais altas coincidem com os países mais desenvolvidos, porém, as questões de ordem económica não se resumem à infraestrutura de distribuição, nem ao número de equipamentos de acesso, pois embora sejam dados importantes, situam-se ambos no lado da receção. No setor da emissão, as dificuldades inerentes à viabilização económica dos meios online levou as empresas a recorrerem aos conteúdos já existentes e o elemento comum aos vários meios – imprensa escrita, rádio e televisão – era o texto que serve de base às notícias. Desta forma, foi com alguma naturalidade que o jornalismo na Web se desenvolveu num modelo muito semelhante ao do jornalismo

⁴ “New Decade Heralds the Age of Digital Mobility-Europeans are more engaged with online than ever”, da Mediascope – EIAA.

² <http://www.internetworldstats.com/stats.htm>

³ Informação retirada de Serviços de Transmissão de Dados/ Serviço de Acesso à Internet – 2.º trimestre de 2003 (http://www.icp.pt/template12_print.jsp?categoryId=6247) e Informação Estatística dos Serviços de Transmissão de Dados da Anacom (<http://www.anacom.pt/template12.jsp?categoryId=161942>).

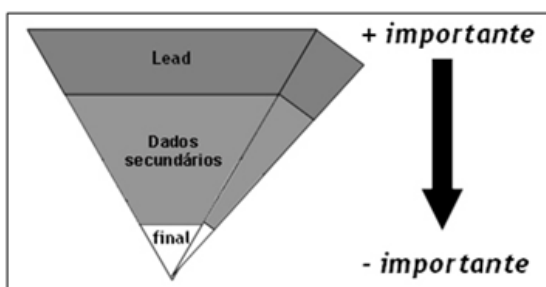
escrito, adotando as mesmas técnicas de redação usadas na imprensa escrita.

1. Técnicas de redação

As técnicas de redação jornalística para os vários meios de comunicação fazem parte do grupo de disciplinas obrigatórias em qualquer curso de Ciências da Comunicação. De uma forma geral, os programas destas disciplinas referem que se trata de uma introdução teórico-prática às escritas, linguagens, estilos e gêneros jornalísticos, matérias onde a Pirâmide Invertida é referenciada como uma das técnicas fundamentais no jornalismo escrito.

A técnica da Pirâmide Invertida pode resumir-se em poucas palavras: a redação de uma notícia começa pelos dados mais importantes – a resposta às perguntas O quê, Quem, Onde, Como, Quando e Porquê – seguido de informações complementares organizadas em blocos decrescentes de interesse.

Figura 1: Pirâmide Invertida



Esta arquitetura noticiosa nasceu no século XIX, durante a Guerra da Secessão, nos Estados Unidos da América. O telégrafo, a grande inovação técnica daquela época, possibilitava aos jornalistas o envio diário das suas crônicas de guerra. Porém, naquela altura a tecnologia apresentava problemas de fiabilidade técnica e a rede de distribuição ainda estava em desenvolvimento. Para além disso, os postes que suportavam os fios do telégrafo eram um alvo muito apetecido para as tropas: sempre que um dos lados perdia uma batalha procurava que a informação não chegasse à opinião pública, sabotando os postes. Por isso, o sistema estava muitas vezes inoperante, deixando de funcionar repentinamente. Para assegurar iguais condições de envio, jornalistas

e operadores de telégrafo estabeleceram uma regra de funcionamento que não prejudicasse o trabalho dos profissionais da informação: cada jornalista enviaria o primeiro parágrafo do seu texto e, após uma primeira ronda, iniciava-se uma outra volta para que todos enviassem o segundo parágrafo do texto. (Fontcuberta, 1999, 58 e ss.).

Esta regra de funcionamento obrigou os jornalistas a alterarem a técnica de redação mais utilizada até então. Em lugar do habitual relato cronológico dos acontecimentos, os jornalistas passaram a organizar os factos por valor noticioso, colocando os dados mais importantes no início do texto e garantindo assim a chegada dos dados essenciais aos seus jornais. A técnica viria a ser batizada como Pirâmide Invertida por Edwin L. Shuman no seu livro *Practical Journalism*, (Salaverria, Ramón, 2005, 109), tornando-se numa das regras mais conhecidas no meio jornalístico. Posteriormente a regra facilitou igualmente o trabalho dos compositores, antecessores dos paginadores, que confrontados com a necessidade de incluir mais uma notícia ou publicidade na edição, sabiam que podiam cortar o final de uma notícia já paginada.

Apesar da eficácia na transmissão rápida e sucinta de notícias, a aplicação desta técnica tende a transformar o trabalho jornalístico numa rotina, deixando pouco campo à criatividade e tornando a leitura das notícias pouco atrativa, pelo que a importância desta técnica tem sido objeto de muitas polémicas.

Com o aparecimento do jornalismo na Web, esta discussão ganhou novo fôlego. Autores como Jacob Nielsen (1996), Rosental Alves⁵ ou Álvarez Marcos (2003), insistem na importância da Pirâmide Invertida nos meios online. Outros, como Ramon Salaverria (2005) reconhecem a importância desta técnica nas notícias de última hora, mas consideram-na uma técnica limitadora quando se fala de outros gêneros jornalísticos que podem tirar partido das potencialidades do hipertexto.

Partilhamos desta última opinião, pois consideramos que a técnica em causa está intimamente ligada a um jornalismo muito limitado pelas características do suporte que utiliza:

⁵Ver entrevista efetuada por Carlos Castilho em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=311ENO002>.

o papel. Usar a técnica da Pirâmide Invertida na Web é cercear o Webjornalismo de uma das suas potencialidades mais interessantes: a adoção de uma arquitetura noticiosa aberta e de livre navegação.

Nas edições em papel, o espaço é finito e, por isso, toda a organização informativa segue um modelo que procura rentabilizar a mancha disponível. O jornalista recorre a técnicas que tentam encontrar o equilíbrio perfeito entre o que se pretende dizer e o espaço disponível para o fazer, pelo que o recurso à Pirâmide Invertida faz todo o sentido. O editor pode sempre cortar um dos últimos parágrafos sem correr o risco de amputar o sentido da notícia.

Nas edições online o espaço é tendencialmente infinito. Podem fazer-se cortes por razões estilísticas, mas não por questões espaciais. Em lugar de uma notícia fechada entre as quatro margens de uma página, o jornalista pode oferecer novos horizontes imediatos de leitura através de ligações entre pequenos textos e outros elementos multimídia organizados em camadas de informação.

Esta proposta não é inovadora nem se aplica exclusivamente ao jornalismo. Autores como Robert Darnton (1999) salientam a importância do hipertexto nas publicações académicas, por exemplo. Este investigador salienta as potencialidades do ambiente Web como alternativa para as publicações que não encontram espaço no papel. Porém, Darnton (1999) avisa que publicar na Web implica uma nova arquitetura e propõe uma estrutura piramidal por camadas. A arquitetura sugerida pelo autor evolui em seis camadas de informação: 1) a primeira deve ser o resumo do assunto; 2) a segunda contém versões alargadas de alguns dos elementos dominantes, mas organizadas como elementos autónomos; 3) a terceira deve oferecer documentação de vários tipos sobre o assunto em análise; 4) a quarta camada force o enquadramento, com referências a outras investigações no campo de investigação; 5) a quinta camada tem um nível pedagógico, e deve incluir propostas para discussão do tema nas aulas; 6) por fim, a sexta e última camada está reservada para as reações dos leitores e suas discussões com o autor. “Um novo livro deste tipo daria origem a uma nova forma de leitura. Alguns leitores pode-

riam ficar satisfeitos com o estudo das narrativas superiores. Outros poderiam preferir uma leitura vertical, seguindo certos temas até às zonas mais profundas da documentação.” (Darnton, 1999, s/p)

Embora este modelo tenha sido proposto para documentos académicos, a sua adaptação ao jornalismo faz todo o sentido. Por isso procurou-se observar o comportamento dos leitores de notícias online quando lhes é permitida a leitura de uma notícia organizada com uma arquitetura por níveis.

2. Amostra e metodologia

Preparou-se uma notícia com 10 páginas Web ligadas através de links em menu e links embutidos⁶ no texto. A organização da notícia seguiu uma arquitetura por níveis de informação (fig. 2), com um texto inicial⁷ contendo 5 links embutidos direcionados para um segundo nível de informação. Três dos 5 textos de segundo nível incluíam um link embutido para um terceiro nível e um menu de navegação com links para todos os textos do mesmo nível ou nível anterior.

Os links embutidos conduziam sempre ao nível de informação seguinte:

Figura 2: Arquitetura da notícia usada na experiência



⁶Por “links embutidos” consideram-se os links colocados em palavras no corpo da notícia.

⁷O texto aqui referido como “inicial” era, efetivamente, o segundo. Porém, como tinha apenas um link para “mais informações”, não foi considerado neste estudo, servindo apenas para anular a análise se os usuários estavam familiarizados com a utilização de hipertexto. Esta estratégia permitiu anular cinco leitores que não executaram nenhuma ação para além da leitura deste texto.

Aos elementos da amostra, 39 alunos da Universidade da Beira Interior, foi dito que deveriam ler a notícia da forma como o fazem habitualmente, não havendo limite de tempo para a leitura.

No computador usado para a experiência foi instalado o programa Camtasia Studio com o objetivo de filmar o comportamento dos utilizadores, seguindo os movimentos efetuados com o rato e, conseqüentemente, os percursos de leitura.

3. Resultados

O tratamento dos dados permitiu retirar as seguintes conclusões:

a) 76,5 % dos utilizadores passaram do primeiro ao segundo nível seguindo o primeiro link embutido no texto. Deste grupo, 57,7 % passaram para o terceiro nível da notícia, seguindo o único link embutido neste segundo texto.

No outro texto de segundo nível com enlace embutido, 67,6 % dos utilizadores seguiram esse link para o terceiro nível.

b) 23 % dos leitores têm uma rotina de leitura por nível: seguem o link no local onde está inserido, regressando de seguida ao texto inicial.

c) 77 % seguem o seu próprio percurso de leitura: no primeiro momento em que os leitores foram confrontados com vários links (5) identificaram-se 5 percursos diferentes; no segundo passo a variedade de percursos subiu para 11 e no terceiro já existiam 22 percursos de leitura diferentes, em 55 possíveis;

d) 11,1 % dos leitores seguiram um percurso de leitura idêntico, fazendo 11 passos iguais.

Conclusão

O trabalho de redação implica trabalhar as duas variáveis: “dimensão” (quantidade de dados) e “estrutura” (arquitetura da notícia). A correta manipulação destas variáveis obriga os jornalistas a escolherem as técnicas de redação que mais se adequam às características do meio, dando primazia a uma ou outra variável. Compreende-se, pois, que as prioridades do jornalista da imprensa em pa-

pel sejam diferentes das prioridades do jornalista na Web: enquanto o primeiro dá primazia à dimensão do texto, recorrendo a rotinas estilísticas que permitem encaixá-lo no espaço definido, o segundo deve centrar a sua atenção na estrutura da notícia, uma vez que o espaço é tendencialmente ilimitado.

a) Estrutura da Webnotícia

Estruturar uma notícia na Web implica a produção de um guião que permita visualizar a sua arquitetura, nomeadamente a organização hierárquica dos elementos multimédia e suas ligações internas. “A flexibilidade dos meios online permite organizar as informações de acordo com as diversas estruturas hipertextuais. Cada informação, de acordo com as suas peculiaridades e os elementos multimédia disponíveis, exige uma estrutura própria” (Salaverria, 2005, p.108).

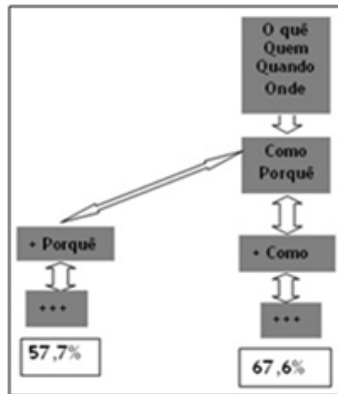
Estas estruturas podem ser lineares, reticulares ou mistas (Dias Noci e Salaverria, 2003). No caso da estrutura linear, a mais simples, os blocos de texto estão ligados através de um ou mais eixos. O grau de liberdade de navegação é condicionado, uma vez que o leitor não pode saltar de um eixo para outro. Se existir apenas um eixo, teremos uma estrutura unilinear. Se existirem vários eixos, a estrutura passa a ser multilinear, com várias histórias contadas em diferentes eixos sem ligação entre si. Por sua vez, e como o próprio nome indica, uma estrutura reticular não tem eixos de desenvolvimento predefinidos: trata-se de uma rede de textos de navegação livre que deixa em aberto todas as possibilidades de leitura. Por fim, as estruturas mistas apresentam níveis do tipo linear e outras de tipo reticular: quando comparado com o modelo anterior, neste modelo o leitor perde alguma liberdade, mas tem a vantagem de ter pistas de leitura bem definidas.

Independentemente do tipo de estrutura hipertextual, o recurso a estas arquiteturas informativas implica um afastamento em relação à Pirâmide Invertida. E é aqui que os investigadores divergem, pois embora quase todos defendam uma nova linguagem para o jornalismo na Web, muitos insistem ainda na aplicação da Pirâmide Invertida, reforçando a lógica organi-

zativa em que os factos mais importantes aparecem no início e os menos importantes no final da notícia.

Os dados recolhidos nesta investigação apontam noutro sentido. Apesar de a notícia ter sido construída numa lógica de camadas de informação, os leitores optaram por seguir determinados assuntos até ao limite da informação disponível, seguindo os links embutidos e saltando de nível de informação. (figura 3).

Figura 3: Percursos de leitura



Este comportamento indica que as técnicas de redação na Web devem seguir um paradigma diferente daquele que é seguido na imprensa escrita. Se no papel a organização dos dados evolui de forma decrescente em relação à importância que o jornalista atribui aos dados, na Web é o leitor quem define o seu próprio percurso de leitura. A técnica da Pirâmide Invertida, preciosa na curta informação de última hora, perde a sua eficácia em notícias Web mais desenvolvidas, por condicionar o leitor a seguir rotinas de leitura semelhantes às da imprensa escrita.

b) Um novo paradigma

Na experiência desenvolvida neste trabalho, a identificação de 22 percursos de leitura diferentes logo no terceiro momento de interação levanta uma questão importante: a aplicação de uma técnica baseada na organização dos factos pela importância que o jornalista lhe atribui é a mais aconselhada para o jornalismo que se faz num meio interativo?

Consideramos que não. Os dados recolhidos neste estudo aconselham a adoção

de um paradigma diferente daquele que está subjacente à utilização da Técnica da Pirâmide Invertida. A lógica organizativa assente na “importância” dos factos, típica da imprensa escrita, corresponde na Web uma outra assente na quantidade de informação oferecida aos leitores. Se o eixo vertical que vai do vértice superior à base da Pirâmide Invertida significa que o topo é mais importante que a base, então a pirâmide deve mudar de posição, procurando-se desta forma fugir à hierarquização da notícia em função da importância dos factos relatados. Como se viu, os dados recolhidos indicam que a organização escolhida pelo jornalista não coincide com o interesse do leitor, pelo que a Técnica da Pirâmide Invertida pode significar a perda de leitores, uma das razões que justificam a sua utilização no papel.

No Webjornalismo, a quantidade e variedade de informação disponibilizada é a variável de referência, com a notícia a desenvolver-se de um nível com menos informação para sucessivos níveis de informação mais aprofundados e variados sobre o tema em análise, ou seja, para níveis com mais informação sobre cada um dos aspectos mais relevantes.

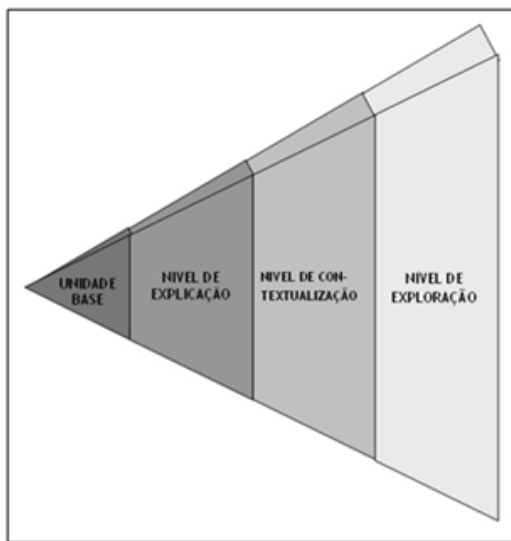
Figura 4: Representação gráfica do novo paradigma



Embora estejam claramente definidos os níveis de informação, não há uma organização dos textos em função da sua importância informativa, mas uma tentativa de assinalar pistas de leitura.

Por aproximação à representação gráfica da técnica da Pirâmide Invertida, verificamos que esta arquitetura sugere uma pirâmide deitada: por isso propõe-se que esta técnica de redação por níveis se chame Técnica da Pirâmide Deitada (figura 5). Tal como acontece na Pirâmide Invertida, o leitor pode abandonar a leitura a qualquer momento sem perder o fio da história, porém neste modelo é-lhe oferecida a possibilidade de seguir apenas um dos eixos de leitura ou navegar livremente dentro da notícia.

Figura 5: Níveis de informação na Pirâmide Deitada



Propõe-se uma Pirâmide Deitada com quatro níveis de leitura:

A Unidade Base (lead) responderá ao essencial: O quê, Quando, Quem e Onde. Este texto inicial pode ser uma notícia de última hora que, dependendo dos desenvolvimentos, pode evoluir, ou não, para um formato mais elaborado.

O Nível de Explicação responde ao Porquê e ao Como, completando a informação essencial sobre o acontecimento.

No Nível de Contextualização é oferecida mais informação – em formato textual, vídeo, som ou infografia animada – sobre cada um dos W's.

O Nível de Exploração, o último, liga a notícia ao arquivo da publicação ou a arquivos externos. “Da mesma forma que a quebra dos limites físicos na Web possibilita a utilização de um espaço praticamente ilimitado

para disponibilização de material noticioso, sob os mais variados formatos (multi)mediáticos, abre-se a possibilidade de disponibilização online de toda a informação anteriormente produzida e armazenada, através de arquivos digitais, com sistemas sofisticados de indexação e recuperação de informação” (Palácios, 2003, 25).

Esta arquitetura exige “um novo tipo de jornalista, um profissional que tem neste tipo de trabalho uma alta percentagem de documentalista, que seja capaz de expor com eficácia o relato dos acontecimentos e os comentários produzidos nos distintos suportes possibilitados pelo ecrã do computador. (Edo, 2002, 70). Em suma, a Pirâmide Deitada é uma técnica libertadora para utilizadores, mas também para os jornalistas. Se o utilizador tem a possibilidade de navegar dentro da notícia, fazendo uma leitura pessoal da informação, o jornalista tem ao seu dispor um conjunto de recursos estilísticos que, em conjunto com novos conteúdos multimédia, permitem reinventar o Webjornalismo em cada nova notícia.

Bibliografia

Albertos, José Luís Martínez (2004). *Curso General de Redacción Periodística*. Madrid: Thomson Editores.

Álvarez Marcos, José (2003). El periodismo ante la tecnología hipertextual. Em Javier Díaz Noci e Ramón Salaverria Aliaga, *Manual de Redacción Periodística* (pp. 231-258).

Canavilhas, João (2001). Webjornalismo: considerações gerais sobre o jornalismo na web. Em <http://www.bocceubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf>.

Darnton, Robert (1999). The New Age of the Book. Em <http://www.nybooks.com/articles/546>.

Díaz Noci, Javier (2001). *La escritura digital: hipertexto y construcción del discurso informativo en el periodismo electrónico*. Bilbao: Servicio Editorial UPV.

Díaz Noci, Javier e Salaverria, Ramón (coord) (2003). *Manual de Redacción Ciberperiodística*. Barcelona: Ariel Comunicación.

Edo, Concha (2002). *Del papel a la pantalla: la prensa en Internet*. Sevilla: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones.

Fontcuberta, Mar de (1999). *A Notícia: pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.

Nielsen, Jakob (1996). Inverted Pyramids in Cyberspace. Em <http://www.useit.com/alertbox/9606.html>.

Palácios, Marcos e Machado, Elias (org.) (2003). *Modelos de Jornalismo Digital*. S. Salvador: ed. GJOL.

Pinho, J. P. (2003). *Jornalismo na Internet: planejamento e produção da informação on-line*. S. Paulo: Summus Editorial.

Salaverria, Ramón (1999). De la pirámide invertida al hipertexto. Em <http://www.unav.es/fcom/mmlab/mmlab/investig/piram.htm>.

Salaverria, Ramón (2005) *Redacción periodística en Internet*. Pamplona: EUNSA.

Valcarce, David P. e Marcos, José A. (2004). *Ciberperiodismo*. Madrid: Síntesis.

Projeto

O testemunho das Jornadas da Comunicação: Elogiar o passado e projetar o futuro

As Jornadas da Comunicação carregam a herança de serem uma das iniciativas mais antigas realizadas consecutivamente na Escola Superior de Educação de Portalegre e têm a particularidade de serem organizadas exclusivamente pelos alunos do curso de Jornalismo e Comunicação. Ano após ano, há década e meia, representam um palco privilegiado para estudantes, profissionais e professores trocarem ideias e experiências. O artigo que publicamos resulta dos contributos de três ex-alunos do curso que a seu tempo contribuíram para o sucesso deste evento.

Elisabete Pato¹, Patrícia Matos² e Ricardo Batista³
Ex-alunos da Escola Superior de Educação de Portalegre

As Jornadas da Comunicação são a marca do curso de Jornalismo e Comunicação da ESEP.

Adoradas por muitos, menosprezadas por outros, a verdade é que são o primeiro contacto dos alunos com a realidade, com a vida de jornalista, com os protagonistas. Com as pessoas que admiram e compõem o seu imaginário.

O envolvimento começa cedo e não há tempo a perder. Os alunos de Jornalismo da ESEP conseguem em poucos meses organizar um evento que já é um ponto incontornável a nível nacional.

Os tempos mudaram e as Jornadas também. O carácter mais amador, no início, rapidamente evoluiu. A comissão é formada no início do ano letivo, os programas são elaborados mais rapidamente, as decisões são mais assertivas e há menos tempo para errar.

¹ Aluna de Jornalismo e Comunicação e organizadora das Jornadas da Comunicação entre 1997 e 2001. Jornalista freelance.

² Aluna de Jornalismo e Comunicação e organizadora das Jornadas da Comunicação entre 2002 e 2006. Jornalista da TVI.

³ Aluno de Jornalismo e Comunicação e organizador das Jornadas da Comunicação entre 1999 e 2003. Jornalista. Diretor da revista *Traço* e do jornal *Construir*.

Os alunos acompanharam a evolução e modernizaram-se, superaram-se ano após ano. Estão mais alerta, mais atentos à notícia e ao que interessa aos estudantes, ao jornalismo e ao país. Porque afinal ser jornalista também é isso. É perceber qual é a importância, o que vale a pena debater e procurar. Saber o que merece a atenção dos jornalistas, o que faz sentido analisar também no vasto mundo da comunicação. Mas o objetivo é ainda marcar o posicionamento e destacar as Jornadas. Por isso mesmo, além dos debates, a certa altura a organização decidiu criar também Tributos, exposições de fotografia e workshops.

Além de tudo isto... não esquecer a cidade. Envolver Portalegre nas Jornadas foi sempre uma preocupação da organização. Dar a conhecer a cidade, o norte alentejano, o Politécnico é uma parte indissociável do evento. As jornadas contam com empresas da região, divulgam empresas da região e não funcionam sem este apoio. Porque não realizar um debate sobre jornalismo de guerra no espaço adequado do quartel da GNR? Só com a articulação de vontades é possível fazer um bom trabalho e marcar a diferença.

Fazer as Jornadas da Comunicação não é apenas organizar mais um programa de

debates. É aprender, debater, procurar, articular-se e afirmar-se.

As Jornadas são os alunos que ao longo de 16 anos investiram e incentivaram este legado. Aqueles que souberam enfrentar as dificuldades, as respostas negativas, os encolher de ombros e não desistiram. Estes e aqueles que não de vir.

O papel dos estudantes

As Jornadas da Comunicação Social são apresentadas logo à chegada à Escola Superior de Educação de Portalegre, em jeito de boas-vindas, aos alunos do curso de Jornalismo e Comunicação. Porquê? Porque não há tempo a perder e são eles que têm que organizar as jornadas. Só eles. E esse é um dos desafios maiores deste evento que é cada vez mais reconhecido pelas universidades, pelos agentes da comunicação e do jornalismo nacional. Muito longe dos tempos em que, até, tínhamos de explicar que havia um curso de Jornalismo e Comunicação em Portalegre. Já 16 anos? Tudo era embrionário e, por vezes, pensado, improvisado e resolvido, à última hora.

Um trabalho que foi sendo aperfeiçoado, e bem, com o passar dos anos. Os alunos foram mestres em terem arriscado numa iniciativa desta dimensão no interior do país. Conseguiram. Chegam da região, de todo o país, das ilhas e projetam o nome de Portalegre e do seu Instituto Politécnico com o prestígio destas jornadas. A escolha dos temas tem de ser a mais acertada, tendo em conta a atualidade, os géneros e as variadas plataformas de informação, para tornar os debates atrativos aos convidados e, ao mesmo tempo, potenciar novas ideias. É preciso, também, estar atento ao que se passa noutras instituições de ensino superior para que as nossas Jornadas da Comunicação possam ser as mais inovadoras.

Nada pode falhar. Tudo tem de estar pronto e a horas. É o trabalho da escola, do curso e dos alunos que está em causa. Os convidados levam a imagem e a palavra para as redações e empresas onde trabalham. Um dos objetivos é fazê-los voltar. É uma pressão para a organização. Uma pressão saudável que serve de estágio para a profissão. As jornadas são uma novidade, ao nível da logística

e dos conteúdos, para quem as integra pela primeira vez. Quem faz parte delas tem de saber conciliar com as aulas, os trabalhos, os exames. Há tempo para tudo? HÁ. Os dias que as antecedem são de nervosismo, de stress e de noites mal dormidas ou em branco. Mas no fim há um sentimento incrível de missão cumprida carregada de orgulho. E há uma grande recompensa: o COMPANHEIRISMO.

O fator interioridade

As Jornadas da Comunicação, que se realizam anualmente na Escola Superior de Educação, são um caso sério de perseverança e sucesso. São 16 anos consecutivos de discussão das mais variadas temáticas relacionadas com as áreas da Comunicação e Jornalismo, tornando esta organização num caso único dentro desta área.

E um caso único por duas ordens de razões. Desde logo porque coloca o curso de Jornalismo e Comunicação e a Escola Superior de Educação como a instituição de ensino com o fórum mais antigo a nível nacional ligado a estas temáticas, algo que o fenómeno da interioridade tem de algum modo ofuscado e que o afastamento à sociedade civil não tem ajudado.

Ao longo dos anos surgiu, de facto, um conjunto de painéis de grande valor teórico mas muito voltado para a comunidade escolar, sem que as sucessivas organizações tenham procurado integrar a massa crítica da cidade e da região na discussão (salvo honrosas exceções). Há, no entanto, um aspeto que a interioridade não conseguiu (ainda?) afetar.

Por mais dificuldades que o fenómeno traga (e traz, certamente), a experiência de alguns anos na profissão diz-nos que a formação recebida pelos alunos do curso de Jornalismo e Comunicação está muito acima da média em comparação com a formação recebida pelos alunos de instituições de ensino porventura com mais renome, essencialmente no capítulo prático.

A segunda ordem de razões é precisamente o capítulo teórico e nisso as Jornadas da Comunicação têm tido um importante contributo. 16 anos e um sem número de convidados que aportam ao plano curricular – e sobretudo à formação contínua

de quem assiste –, enormes mais valias, pelas experiências que trazem, pelas perspectivas que demonstram, pelos estudos que apresentam. São, regra geral, temáticas que estão na ordem do dia e que, quando bem aproveitadas, constituem interessantes e importantes fontes de enriquecimento da formação de quem assiste.

Seria importante, ainda assim, tornar a organização das jornadas não num evento que se encerra em si mesmo, mas num ciclo de discussões cujas conclusões podem ser aproveitadas daí para a frente.

Notas sobre jornalismo e história em Eça de Queirós

Adriana Mello Guimarães
Escola Superior de Educação de Portalegre.
Universidade de Évora

Resumo: Breves anotações sobre a relação entre jornalismo e história na obra de Eça de Queirós como jornalista.

Palavras-chave: Eça de Queirós; Jornalismo; História.

Abstract: Brief notes on the relationship between journalism and history at the work of Eça de Queirós as a journalist.

Keywords: Eça de Queirós; Journalism; History.

“Era aos mass media que começava a pertencer o monopólio da história. A partir de agora, pertence-lhes. Nas nossas sociedades contemporâneas é através deles, e só através deles, que o acontecimento nos toca e não pode evitar-nos.” (NORA, 1977, p. 245)

A questão do conhecimento histórico na cultura de um povo, com seus desdobramentos na vida individual, tornou-se um tema recorrente na obra de importantes pensadores a partir do século XIX. No atual mundo globalizado é impossível darmos conta da existência humana em bases sustentáveis sem considerá-la em sua condicionalidade histórica. Se tomarmos como premissa a moderna compreensão de que toda a atividade humana é parte de um projeto, tudo pressupõe fatores históricos: a atividade económica, política, social, artística, científica, e até mesmo a atividade filosófica. Mas a atividade jornalística aparentemente tem uma relação especial com o conhecimento histórico: o jornalismo, a partir do final do século XIX, passa a refletir historicamente a vida dos povos em seus mais diferentes setores de atividade. Mas qual a relação entre a história e o jornalismo? Como é que a história tem visto os media na sua atividade de promover a interação do indivíduo com os acontecimentos da vida em sociedade?

Ora, no nosso mundo contemporâneo, hipermoderno, já se considera o jornalista como um “historiador” do tempo presente. De facto, existe uma espécie de partilha entre esses dois lugares de produção do saber, pois se o jornalismo conta histórias do acontecimento presente, o historiador também não cria factos, mas os “descortina”, fazendo-os sair da sua invisibilidade.

Entre os pensadores oitocentistas que abordaram a problemática, e assinalando uma visão histórica da questão, destacamos o escritor-jornalista Eça de Queirós que, no nosso entender, nas suas crónicas para a imprensa, sentiu alguma familiaridade entre o jornalismo e a história. Afinal, importa observar que Eça viveu num mundo sob o forte impacto do surgimento das “ciências do espírito”, por oposição às “ciências da natureza”, mundo esse em que se destaca a influência do pensamento de Hegel, nomeadamente no seu estudo *A razão na história*, para quem a verdade está na sua história, e esta história encontra-se em transformação perpétua. Tal indicação nos parece clara, pois se, no primeiro número de *O Distrito de Évora*, Eça de Queirós procura um conceito de jornalismo, no segundo número ele subordina seu pensamento ao título “As ciências históricas”. Em Eça, as atitudes do

jornalista e do historiador são partes de uma mesma intenção informativa. Ambos têm uma grande preocupação com a procura da verdade. Para ele, “as ciências históricas são a base das ciências sociais” (QUEIRÓS, 2000, p. 22). Ou seja, para o escritor, como acaba de se tornar patente, não se pode compreender nada da realidade, não se pode conhecer fora do âmbito da história, porque tudo o que é real e existe tem história, é histórico. De acordo com esse viés, tanto o saber quanto a divulgação do saber estão subordinados à historicidade dos factos. Seria, assim, do ponto de vista da história, que o jornalista adquire uma visão global dos acontecimentos, e procura, como numa investigação, aqueles factos que são considerados os mais importantes na ordem causal. Sem o sentido da historicidade dos factos, faltaria ao jornalista esta visão global do tempo, e ele se perderia na superficialidade e no impressionismo dos factos ditos interessantes:

O jornalismo ensina, professa, alumia sobretudo; é ele o grande constituidor do futuro [...] A história leal, verdadeira e elevada, pela filosofia que encerra, pelos métodos políticos que esclarece, pelas tradições que destrói e que consagra, pelas individualidades cujas influências estuda e penetra, esclarece e funda a política do futuro (idem, pp. 11 e 22).

Problemáticas oitocentistas que ainda hoje permanecem atuais. Além desta interdisciplinaridade, as fronteiras dessas duas áreas também se cruzam na narrativa. Afinal, nos dois campos temos também um narrador – o historiador e o jornalista – que têm “empreitadas” narrativas a cumprir. Tanto o jornalista como o historiador devem reunir os dados, seleccionar, constituir conexões e interseções entre eles, elaborar um enredo, apresentar soluções para decifrar uma trama e utilizar estratégias de retórica para convencer o leitor, com vistas a oferecer uma versão o mais possível aproximada do real acontecido. Enfim, ambos trabalham sobre os factos sociais (acontecimentos) e organizam uma memória coletiva. Sobre essa sobreposição de papéis, Cádima vai mais longe e alerta:

No passado, o poder tinha a palavra. Hoje, a história é o discurso, e a palavra tem o poder. No limite poder-se-ia dizer que o que resta de histórico na história é o sujeito da enunciação – o historiador – e o discurso

por ele produzido. Mas se há um século atrás cabia aos historiadores a legitimação do passado, hoje é o jornalista e o campo dos media que ocupam o lugar do historiador. (CÁDIMA, 2002, p. 75).

Cabe, ainda, destacar o seguinte: é verdade que o objeto de estudo do historiador está no passado, mas o historiador vive no presente e esse presente é construído pelos jornalistas. Hoje, não só se reconhece essa interdisciplinaridade como também se assume que divergências entre as duas disciplinas não fazem sentido:

Seja qual for o ponto de partida, torna-se necessário que aqueles que se preocupam com a história e a comunicação e a cultura – tema que cada dia ganha mais adeptos – levem com mais seriedade e atenção a história, e os historiadores – seja qual for o tema ou período que estudem – considerem de maneira mais cuidadosa em seus estudos a comunicação. (BURKE & BRIGGS, 2002, p. 12)

Enfim, para enfrentar esta a aproximação entre estas formas de conhecimento ou discursos sobre o mundo, é preciso assumir, em uma primeira instância, posturas epistemológicas que diluam fronteiras e que, em parte, relativizem a dualidade jornalismo/história ou atualidade/passado. Podemos afirmar que as duas instâncias de conhecimento, apesar de suas diferenças, realizam abordagens e interpretações que, quando entram em sintonia, se enriquecem na compreensão dos factos e nas repercussões destes na sociedade.

Em suma, entendemos que estas questões revelam a riqueza de uma antiga questão. No entanto, estas preocupações podem proporcionar uma abertura dos campos de pesquisa para a utilização de novas fontes e objetos, e enriquecer o campo jornalístico.

Bibliografia

BURKE, P. & BRIGGS, A. (2002). *Uma história social da mídia – de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CÁDIMA, F. R. (2002). *História e crítica da comunicação*. Lisboa: Edições Sécuro XXI.

HEGEL, G. W. F. (2004). *A razão na história*. São Paulo: Centauro.

LIPOVESTSKY, G. & SÉBASTIEN, C. (2004). *Os tempos hipermodernos*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla.

NORA, P. (1977). O regresso do acontecimento. In: *Fazer História*/1. Lisboa: Bertrand.

QUEIRÓS, E. de (1995). *Textos de Imprensa VI (da Revista de Portugal)*. Edição Crítica das obras de Eça de Queirós. Edição de Maria Helena Santana. Coordenador Carlos Reis. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

_____ (2000). *Da colaboração no “Distrito de Évora”*. Lisboa: Livros do Brasil.

_____ (2002). *Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*. Edição Crítica das obras de Eça de Queirós. Edição de Elza Mine e Neuma Cavalcante. Coordenador Carlos Reis. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

_____ (2004). *Textos de Imprensa I (da Gazeta de Portugal)*. Edição Crítica das obras de Eça de Queirós. Edição de Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho. Coordenador Carlos Reis. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

_____ (2005). *Textos de Imprensa V (da Revista Moderna)*. Edição Crítica das obras de Eça de Queirós. Edição de Elena Losada Soler. Coordenador Carlos Reis. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Resposta educativa às necessidades dos alunos imigrantes: o caso espanhol

Inmaculada Aznar Díaz
M^a Pilar Cáceres Reche
Francisco Javier Hinojo Lucena
Universidad de Granada (Espanha)

Cordelia Santiño
Escola Superior de Educação de Portalegre

Introdução

O fenómeno da emigração, presente desde os origens do homem, está a introduzir atualmente mudanças mais ou menos profundas, em relação ao grau de identidade ou similitude nas conceções culturais e na própria língua, entre o país de origem e o país de destino, as mesmas que serão um referente fundamental para planear medidas de atuação nas escolas, como principais facilitadores duma integração real na sociedade, partindo da sua aceitação, respeito e consequente enriquecimento intercultural conjunto.

Para o caso de Espanha, atendendo aos dados facultados pelo estudo demográfico realizado por María Angustias Ruiz, como parte da Equipa “Integra” (Universidade de Granada), confirma-se um facto-chave, a saber, que a chegada de estrangeiros tem vindo a sofrer um forte aumento de intensidade desde 1997. Assim, numa análise mais específica por nacionalidades e centrada no período de 1996 a 1999, observa-se o predomínio de marroquinos e britânicos, sendo estes últimos, com 17,3 %, o fluxo migratório mais numeroso até finais dos anos noventa, seguidos dos alemães.

De tudo isto, se pode deduzir a existência, cada vez mais, duma sociedade espanhola multicultural. O incremento da população imigrante nos nossos povos e cidades é algo que observamos habitualmente.

A desigualdade, a injustiça e a globalização económica resultam no caldo de cultura da imigração nos nossos dias: o

instinto de conservação leva à procura de melhores condições de sobrevivência. Perante este facto, a instituição escolar não pode ficar indiferente e impassível, pois já a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), no seu Art. 26.º, assinalava que “a educação (...) deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos”. Neste sentido, há já algum tempo, tem-se aludido ao conceito de Educação Intercultural, se bem que os resultados conseguidos parecem não coincidir com os objetivos prévios de tolerância, atenção à diversidade, etc., prescritos legalmente. Alguns dos obstáculos que dificultam a integração dos imigrantes centram-se na presença de preconceitos e estereótipos e nas discrepâncias das culturas de origem, de acordo com Mohammed Nour Eddine Affaya (Professor de Filosofia, Université Mohammed V, Rabat). Segundo Tajfel, cada grupo social precisa de formar a sua identidade, a qual se organiza em três níveis: indivíduo, grupo e comunidade (Rik Pinxten), num processo dinâmico.

Todos esses preconceitos são o reflexo, em múltiplas ocasiões, duma Psicologia do Guetto, tal como afirma García Picazo (2005), em que os sentimentos de desconfiança, o medo, o fatalismo, o vitimismo, etc. propugnam o etnocentrismo, levados por políticas assimilacionistas, em detrimento da “construção da pluralidade de identidades culturais”.

Existe uma ampla bagagem literária e uma extensa bibliografia que compila as correntes e paradigmas teóricos mais impor-

tantes para dar resposta aos alunos imigrantes nos centros educativos, mas são escassas e insuficientes as experiências e estudos que transmitem os resultados que se obtêm da aplicação duma educação intercultural no contexto educativo. Por isso, falar muito da teoria e muito pouco da prática leva-nos a pensar se será factível ou não uma educação intercultural nas escolas e através de que propostas concretas é possível atender à variedade de alunos e alunas “estrangeiros”. Deste modo, descrevem-se as diretrizes impulsionadas através de planos de acolhimento nos quais se especificam as diretrizes a seguir e as mudanças metodológicas e organizativas necessárias para conseguir uma escolarização ótima destas pessoas.

1. Análise da realidade escolar

Antes de tratar das medidas a adotar numa escola, as mudanças que têm de ser previstas, as transformações ou reajustes metodológicos, espaciais, didático-organizativos, etc., é necessário descrever e compreender em conjunto a natureza do contexto escolar com o qual vamos trabalhar e as necessidades que estes alunos apresentam, mediante uma avaliação inicial ou tomada de contacto com a população escolar.

No caso da presença de uma pluralidade étnica, intercultural, como é o caso que nos ocupa, seria bom definir cada um dos grupos culturais que compõem o grupo de alunos, a fim de não os catalogar todos com a mesma denominação e fazer distinções que favoreçam uma maior compreensão e aproximação às suas peculiaridades e vias de acesso à cultura escolar, dando valor, especialmente, ao seu nível de domínio da língua do país de destino ou recetor.

Para isto é preciso definir e conceptualizar uma série de termos.

Em primeiro lugar, o grupo de alunos estrangeiros, entendido por Blanco Barrios (2001: 19) como “aqueles alunos/as procedentes de outros países que vêm para Espanha para se instalarem e viverem definitivamente, quer porque os seus pais ou tutores já estão reformados e estabelecem a sua residência definitiva em Espanha, quer porque o seu trabalho lhes permite estar uma longa temporada no nosso país”.

Estes alunos podem não falar a língua castelhana, mas costumam mostrar uma grande predisposição para aprendê-la. Para além disto, o seu nível económico costuma ser médio-alto, o nível cultural da família é também médio-alto, portanto, têm recursos suficientes para se desenvolverem na nova sociedade.

Pelo contrário, os alunos imigrantes são aqueles que vão para um determinado país em busca de melhores condições de vida, porque nos seus respetivos países vivem na miséria, sofrem de perseguição, fogem da guerra. Procedem dum nível socioeconómico baixo, diferente do dos alunos estrangeiros, no qual a motivação para a aprendizagem é, normalmente, nula, porque as suas principais preocupações derivam dos seus temores, dos seus medos, por terem abandonado aquilo que lhes era familiar e querido. Tudo isto se projeta numa maior dificuldade no processo de ensino aprendizagem, especialmente pelo desconhecimento da língua e cultura espanhola.

Apesar das diferenças socioeconómicas e particulares dos alunos imigrantes e estrangeiros, ambos os grupos apresentam problemas similares do ponto de vista educativo:

– Necessidade de adquirir um nível suficiente de domínio da língua que lhes permita poder interagir com os seus colegas e construir os seus próprios conhecimentos.

– Necessidade de conhecer e participar da nova cultura, trazendo as características da cultura própria.

Torre Vieja é uma das cidades espanholas exemplo da pluralidade de povos, culturas, línguas, religiões, etc. na qual convivem uma população imigrante e estrangeira e os espanhóis de origem. A sua atividade hoteleira e turística constitui uma das principais fontes de emprego e, por isso, uma das principais razões capazes de explicar as multidões e a fixação de estrangeiros nesta zona.

Alguns dos dados mais representativos, de um ponto de vista quantitativo, dos alunos estrangeiros que frequentavam estabelecimentos de ensino públicos em Torre Vieja, durante o ano letivo de 2000/2001, são os seguintes:

Países	C. P. Nº 8	C. P. Cuba	C. P. Virgem del Carmen	C. P. Salvador Ruso	C. P. Acequiión	C. P. Romualdo Ballester	Total
Alemanha	16	0	1	9	0	27	53
Argentina	1	4	5	3	0	4	17
Bélgica	13	1	7	4	0	12	37
Colômbia	27	6	7	13	0	14	67
Equador	3	0	1	9	1	0	14
Federação Russa	24	7	10	18	0	17	76
Marrocos	12	5	2	5	0	4	28
Noruega	14	0	0	1	0	4	19
Reino Unido	32	3	7	8	0	33	83

Fonte: Modificada de Blanco Barrios (2001:26).

Observando esta tabela pode comprovar-se como a cultura e língua destes alunos apresenta certas diferenças em relação à espanhola. Assim sendo, destacam-se, como população mais numerosa, os alemães (total de 53 rapazes/raparigas), belgas (37), colombianos (67), russos (76), etc. Mas, sem dúvida, a maioria são do Reino Unido (83). Estes dados obrigam a tomar decisões que considerem esta realidade do contexto escolar e proponham linhas de atuação que visem facilitar a comunicação, o entendimento e a integração destas pessoas, enriquecendo-se numa diversidade de formas variadas na interação com o meio sociocultural e natural.

2. Propostas de intervenção: o Plano de Acolhimento

A presença da interculturalidade na sala de aula, reflexo de uma realidade social iminente, leva-nos à adoção duma série de medidas de urgência enquadradas numa mudança de mentalidade na escola:

- Recolher informação real, por parte das Administrações respetivas dos professores que trabalhem em zonas com elevado número de alunos estrangeiros, sobre a problemática que implica o ensino a esses alunos, atendendo às soluções oferecidas pelos professores.

- Conhecer as metodologias existentes para dar resposta aos alunos estrangeiros, assim como a necessidade de flexibilizar horários e

espaços, coordenar os professores, estabelecer vias de comunicação com as famílias e adquirir recursos materiais básicos, como uma das funções a desenvolver pela Equipa Diretiva.

- Os professores, conhecendo a problemática, devem abrir-se a possíveis mudanças metodológicas e organizativas, ativando vias de diálogo, procurando soluções concretas para os objetivos que se lhes propõem, abrindo as portas das suas salas de aula à participação cordial das famílias.

- Implicação ativa das famílias no processo educativo dos seus filhos, desde a coordenação com os professores até ao respeito pelo trabalho que os tutores realizam, colaborando nas atividades escolares, que promovam atividades de lazer nas localidades onde vivem, etc.

Todas estas medidas de urgência exercem um trabalho muito importante na atenção à diversidade para com a população escolar estrangeira e imigrante, mas não deixam de ser atuações pontuais, assistemáticas, que sucedem dum modo imprevisível sempre que surge este fenómeno, com a conseguinte desorganização e falta de referentes associadas a este processo.

Numa tentativa de superar estes inconvenientes ou limitações imediatas, muitos estabelecimentos de ensino têm elaborado um programa de trabalho, perfeitamente estruturado, planificado, orientado para objetivos específicos, com a possibilidade de conhecer o grau

de consecução dos mesmos e delinear novas alternativas. Este programa de trabalho recebe o nome de Plano ou Programa de Acolhimento.

Trata-se dum documento que necessariamente deve formar parte do P.A.T. (Plan de Acción Tutorial), pois refere-se a todos os alunos que frequentam um estabelecimento de ensino, e fundamenta-se nos princípios recolhidos em:

– O P.E.C. (Proyecto Educativo de Centro) sobre o processo de adaptação e integração de todos os alunos ao estabelecimento de ensino que frequentam para realizar o seu processo de ensino e aprendizagem.

– O P.A.T., que deve mostrar as atuações específicas que têm de ser feitas no grupo para favorecer a integração de todos os alunos, a inter-relação de todos os membros que vão conviver durante o ano escolar.

– A Comissão de Convivência do Conselho Escolar que tem como finalidade zelar pelo bom clima do estabelecimento de ensino e pelas relações fluidas de todas as pessoas que formam o coletivo educativo: pais, professores, alunos, pessoal não docente.

As características que poderiam definir este Plano de Acolhimento são:

- Flexibilidade.
- Abertura.
- Atenção à diversidade.
- Educação Intercultural.

Na elaboração deste documento devem considerar-se três critérios ou variáveis que determinam a resposta aos alunos estrangeiros, tais como:

– Conhecer o Ciclo Educativo no qual se encontra o aluno (Pré-Escolar, Primeiro Ciclo, Segundo Ciclo, Terceiro Ciclo).

– Diagnosticar o grau de domínio da língua, tendo presente que:

- Nível 0: Não falam, nem compreendem.
 - Nível 1: Não falam, mas compreendem os conceitos elementares.
 - Nível 2: Não falam, mas compreendem grande parte dos conteúdos.
 - Nível 3: Compreendem os conteúdos e podem comunicar de forma básica.
 - Nível 4: Bom nível de expressão e compreensão da linguagem.
- Determinar o historial académico:
- Estudos feitos.
 - Anos de escolaridade concluídos.

- Dificuldades de aprendizagem encontradas.

Um aspeto fundamental para pôr em prática o Plano de Acolhimento faz referência à preparação dos recursos materiais e humanos para a sua aplicação: assim, será necessário espalhar pictogramas pelo estabelecimento de ensino, para que os alunos estrangeiros conheçam cada uma das dependências e o uso que fazemos delas.

Os pictogramas são um recurso comunicativo chave para os alunos imigrantes, sobretudo, para aqueles que falam uma língua distinta do espanhol, com tradições e cultura muito distantes entre si. Definem-se como desenhos simples realizados em formato A4 ou A3, cuja finalidade é transmitir uma mensagem através da imagem. Dentro do estabelecimento de ensino distinguem-se diferentes tipos de pictogramas:

a) Pictogramas do estabelecimento de ensino. São desenhos que indicam aos alunos as diferentes dependências do estabelecimento de ensino, ajudando-os a orientarem-se durante os primeiros dias na escola.

b) Pictogramas de sala de aula. São utilizados pelos professores para comunicarem com os alunos imigrantes.

c) Pictogramas pessoais. Referem-se a uma listagem pictográfica das principais ações que um/a aluno/a precisa de conhecer para poder comunicar de forma básica com os professores (palavras-chave).

A implementação do Plano de Acolhimento estabelece-se em distintas fases de aplicação, dependendo de quando se integrem os alunos imigrantes no estabelecimento de ensino. Desta forma distinguem-se as seguintes:

1. Acolhimento aos alunos no começo do ano letivo. Um desenvolvimento bem-sucedido deste Plano exige o cumprimento destes requisitos:

– Coordenação da Equipa Diretiva (elaborar documentação para o acesso ao estabelecimento de ensino; favorecer vias de comunicação com as famílias; favorecer a flexibilização de horários, espaços e metodologias; promover a dotação de recursos humanos e materiais necessários; implementar, rever e avaliar o Plano de Acolhimento, etc.).

– Consenso e coordenação do grupo de professores (programação da entrada gradual dos alunos; elaboração e posicionamento dum mapa do mundo; colocação dos pictogramas no estabelecimento de ensino; posicionamento do organigrama do estabelecimento de ensino com as fotografias da equipa docente, como tutores, professores especialistas e equipa diretiva, etc.).

– Implicação dos pais (Associações de Pais e Conselho Escolar).

– Professores de Acolhimento (responsáveis pelo atendimento aos alunos estrangeiros que ingressam aos poucos nos estabelecimentos de ensino e pela aplicação do Plano de Acolhimento, com uma avaliação inicial que indique as decisões organizativas e metodológicas mais adequadas para cada caso concreto).

2. Fase de acolhimento aos alunos durante a primeira quinzena do ano escolar. Nestes dias explica-se aos alunos a importância da educação intercultural e a necessidade de que todos se sintam acolhidos na sala de aula.

A colaboração, respeito e solidariedade entre os alunos promover-se-á criando uma figura, como é a do Aluno-Tutor. Este poderá ser qualquer aluno do grupo (turma) que não fale a língua do colega estrangeiro que assiste à aula, e a sua missão será a de o acompanhar em cada uma das ações rotineiras que se realizam na aula, explicar-lhe as atividades a realizar, mediante pictogramas, ser um elo de ligação entre o professor e os alunos estrangeiros, etc.

3. Fase de acolhimento aos alunos que ingressam ao longo do ano escolar. Para acolher os alunos que chegam ao estabelecimento de ensino ao longo do ano, cria-se uma equipa de professores encarregados de realizar o acolhimento junto com um membro da equipa diretiva, se bem que o ideal seria ter um professor dedicado única e exclusivamente ao acolhimento e atendimento dos alunos em questão.

Em resumo, a atenção ao imigrante ou ao estrangeiro implica respeitar e valorizar a diversidade. Este conceito foi introduzido, no caso espanhol, nos anos noventa, através da LOGSE (Ley Orgánica General del Sistema

Educativo), que introduz um marco conceptual da educação, baseado num enfoque compreensivo, tal como o concebe Sola Martínez (2002:45) com estas palavras: “considerar las diferencias es promover un conjunto de valores en la comunidad educativa tales como: la igualdad de oportunidades, el respeto a la diversidad, la dignidad de todo. El rechazo o cualquier tipo de discriminación, así como asumir la tolerancia desde una perspectiva racional y de justicia”.

Certamente, uma das vantagens do Paradigma Humanista na educação é a capacidade de “pôr-se no lugar do outro”, criar empatia com a sua história pessoal e circunstâncias ambientais concretas, para articular e aproximar todos os recursos e meios educativos do sistema a uma pessoa ou coletivos determinados, com o fim de conseguir a sua promoção, o seu desenvolvimento integral e, com isto, a sua integração na sociedade.

Bibliografía

ABDALLAH-PRETCEILLE, M. (2001). *La Educación Intercultural*. Barcelona: Idea Books.

AGUADO, T. (2003). *Pedagogía Intercultural*. Madrid: Mc Graw Hill.

AZNAR DIAZ, I. (2003). Cómo trabajar la educación intercultural en el ámbito no formal desde la propia práctica docente. En *Revista de Educación en el Tiempo Libre y Acción Social*. Monitor Educador, nº 99, pp. 26-29.

AZNAR DÍAZ, I., MARTÍNEZ OSORIO, P. P., EL HOMRANI, M. y FERNÁNDEZ MARTÍN, F. D. (2005). Claves pedagógicas para atender la interculturalidad en la escuela. En E. Soriano Ayala (Coord.). *Calidad educativa en la escuela intercultural*. Almería: Servicio de publicaciones de la Universidad de Almería. I.S.B.N.: 84-688-8388-3, pp. 35-38.

AZNAR DÍAZ, I., CÁCERES RECHE, M^a P. e HINOJO LUCENA, F. J. (2007). Estudio de la Violencia y Conflictividad Escolar en las Aulas de Primaria a través de un cuestionario de Clima de Clase: El caso de las provincias de Córdoba y Granada (España). En *REICE (Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación)*, 5 (1), pp. 164-177. <http://www.rinace.net/arts/volnum1/art9.pdf>.

BARTOLOMÉ PINA, M. (Coords.) (2002). Educar para una ciudadanía intercultural. En *Identidad y ciudadanía. Un reto a la Educación Intercultural*. Madrid: Narcea, pp. 131-162.

- BEDMAR, M., CABRERA, P., CARMONA, A. et al. (2003). *Educación Intercultural. Integración social de inmigrantes en los centros de adultos*. Consejería de Educación. Junta de Andalucía.
- BLANCO BARRIOS, M. (2001). *El alumnado extranjero: un reto educativo*. Madrid: EOS.
- CÁCERES RECHE, M^a. P. (2003). Concepción de la Interculturalidad en la LOCE desde una perspectiva crítica. En *Actas de las IV Jornadas Interdepartamentales de Psicopedagogía, "La intervención psicopedagógica en contextos multiculturales"*. Granada, (En Prensa).
- CÁCERES RECHE, M^a. P. y GARCÍA GUTIÉRREZ, M^a. T. (2003). Un marco teórico de la Educación Intercultural. En *Actas de las IV Jornadas Interdepartamentales de Psicopedagogía, "La intervención psicopedagógica en contextos multiculturales"*. Granada, (En Prensa).
- CÁCERES RECHE, M^a. P. e HINOJO LUCENA, F. J. (2006). ¿Es factible la educación intercultural en los centros educativos? El plan de acogida. En *VI Congreso Internacional Virtual de Educación (CIVE 2006)*. Palma de Mallorca: Universitat de les Illes Balears.
- CONNELL, R. W. (1990). La justicia curricular. En *Escuelas y justicia social*. Madrid: Morata, pp. 63-79.
- DÍAZ-AGUADO, M. J. (2003). *Educación Intercultural y Aprendizaje Cooperativo*. Madrid: Pirámide.
- GARCÍA MARTÍNEZ, A. y SÁEZ CARRERAS, J. (1998). *Del racismo a la interculturalidad. Competencia de la Educación*. Madrid: Narcea.
- GARCÍA PICAZO, P. (2005). El presente distante. Fundamentalismos y multiculturalidad en un mundo globalizado. En G. SUÁREZ PERTIERRA y J. M^a. CONTRERAS MAZARÍO, *Interculturalidad y educación en Europa*. Valencia: Tirant Lo Blanch.
- HINOJO LUCENA, F. J. y SOTO CALDERÓN, R. (2004). La colaboración entre maestros/as y padres/madres para atender la diversidad en las instituciones educativas. En *Revista de Educación Universidad de Costa Rica*. Vol. 28, n^o 2. San José (Costa Rica), pp. 185-201.
- HINOJO LUCENA, F. J., ALONSO GARCÍA, S. (2005). Praxis para llevar a cabo una educación intercultural en la etapa infantil. En E. SORIANO (Coord.). *Calidad educativa en la escuela intercultural*. Almería: Servicio de publicaciones de la Universidad de Almería.
- LÓPEZ LÓPEZ, M. C. (2001). *Educación para la ciudadanía y la paz como proyecto intercultural*. Grupo Editorial Universitario.
- LORENZO DELGADO, M. (2005). Ponencia. "La formación del líder en el mundo universitario. Motivación desde el liderazgo educativo". Centro Mediterráneo, Universidad de Granada, Motril 27-29 Julio.
- SANTAMARÍA, E. y GONZÁLEZ PLACER, F. (Coords.) (2003). *Contra el fundamentalismo escolar. Reflexiones sobre educación, escolarización y diversidad cultural*. Barcelona: Virus Editorial.
- SOLA MARTÍNEZ, T. (2002). Delimitación Conceptual de la E.E. Su relación con otras disciplinas. En M. LORENZO DELGADO y T. SOLA MARTÍNEZ, *Didáctica y Organización de la E. E.* Madrid: Dykinson.

Identidade cultural musical portuguesa vs. globalização

Susana Maia Porto
Escola Superior de Educação de Portalegre
sporto@esep.pt

Resumo: Desde cedo que o etnomusicólogo se depara com a árdua tarefa de encontrar a origem das raízes musicais, tarefa praticamente inacessível quando nos referimos, precisamente, à música transmitida oralmente através dos tempos. Contudo, os trabalhos de recolha permitem-nos, de alguma forma, individualizar distintos géneros musicais como sendo característicos de um povo ou de uma região. O artigo aqui exposto parte do problema sobre identidade cultural e globalização e apresenta dados de um estudo etnomusicológico, desenvolvido ao longo de oito anos, sensivelmente, sobre música tradicional portuguesa.

Palavras-chave: etnomusicologia, música tradicional portuguesa, identidade cultural.

1. Introdução

Ethnomusicology is not the study of ethnic musics. Indeed all musics are ethnic... it is not, the study of any one group of musics, but, ideally, the study of all of the world's music from particular perspectives. (Nettl, 1996:24)

Podemos entender a etnomusicologia como a ciência que estuda a cultura musical de um povo, no entanto a sua definição não se traduz de forma tão simples. Segundo Ivan Vador, o conceito musical resulta de produtos (dos quais a musicologia histórica se ocupa, das obras musicais e dos seus criadores) e de comportamentos (estudo centrado na prática social da música como gerador de comportamentos, cujos criadores são desconhecidos, ou seja, a etnomusicologia) (Ulloa, 2001). Contudo, é possível comprovar que tanto a musicologia histórica como a etnomusicologia se ocupam dos dois enfoques. Independentemente do contexto cultural, a música é detentora de uma identidade própria e específica, resultado de produtos e comportamentos culturais.

Numa visão contemporânea, os etnomusicólogos têm um campo de estudo bastante alargado e abrangente, não se ocupam apenas de culturas musicais não ocidentais, como

acontecia na musicologia comparativa (termo aplicado até à 1.ª metade do século XX) mas estudam também a sua própria cultura (património e identidade cultural) e os produtos inerentes à difusão e à globalização cultural do mundo atual.

A informação contida no presente artigo resulta de uma investigação etnográfica levada a cabo por uma equipa de trabalho constituída por formandos do curso de Animação Educativa e Sociocultural¹, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre, sob coordenação da docente da unidade curricular de A Música e as Raízes Rítmicas e Sonoras Locais. Do estudo constaram recolhas áudio nas várias regiões portuguesas, entrevistas junto das populações mais idosas e de grupos etnográficos das distintas regiões.

Das recolhas efetuadas foram analisados cantos e danças segundo vários parâmetros de construção musical, nomeadamente no que concerne à forma, ao compasso e ao andamento. Este último permitiu caracterizar com algum rigor o tipo de dança ou canção em análise e, por conseguinte, reorganizar

¹ A recolha de dados decorreu entre os anos de 1999 e 2007.

os mesmos segundo a especificidade de cada género musical. O facto de a investigação ter decorrido ao longo de oito anos, sensivelmente, abrangendo uma vasta equipa oriunda de vários pontos do país, inclusive dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, foi indubitavelmente um contributo para a viabilidade e fidelidade do estudo em questão.

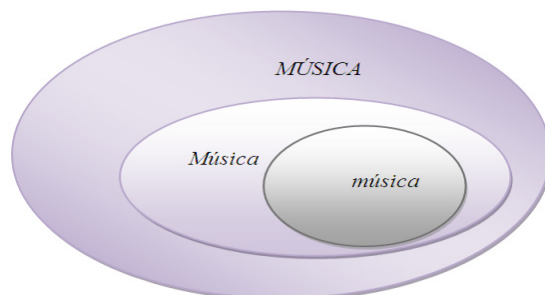
2. Etnicismo e interculturalidade musical

A música desempenha um papel vital não só no conhecimento da própria cultura mas também no conhecimento de outras culturas. Podemos encontrar valores, rituais, costumes, crenças e inclusive definir condutas sociais. O problema com que nos deparamos hoje em dia, e de forma crescente, prende-se com a individualidade (própria de cada cultura) e com a globalização (inerente a uma sociedade cada vez mais multicultural). A aculturação surge a vários níveis, quotidianamente não se trata apenas de apropriação de distintas manifestações culturais mas também de fusão musical a pontos de o erudito e o tradicional/popular se fundirem numa única obra de arte. A interculturalidade permite a fusão de elementos e de estilos musicais que nos remete para uma civilização global, como por exemplo a harmonia, própria da música ocidental, já considerada um elemento estético importante em outras culturas, nomeadamente em cantos sul-africanos. Também a escala pentatónica ou a chamada escala oriental, está cada vez mais presente na criação ocidental, em especial no ensino da música para crianças.

Para alguns pedagogos, nomeadamente Swanwick (1999), o propósito da educação musical deve prender-se antes de mais com a exploração de distintas abordagens que permitam encontros interculturais e que possam levar a um conhecimento profundo e generalizado sobre as potencialidades da diversidade musical. Segundo Less (1994:224), “a range of styles can thus be experienced not as examples of other cultures... but as objects and events carrying expressive meaning within coherent form”.

Também Elliott (1996) concebe a música segundo uma visão multidimensional, sendo a MÚSICA produto de diversas

culturas musicais (Música) que por sua vez são um aglomerado de obras musicais específicas de cada cultura (música). Ou seja, há um sistema integrado em que a MÚSICA abraça todas as culturas musicais e as inerentes músicas, produto de cada cultura:



Visão Multidimensional da Música, de David Elliott (1996)

O desenvolvimento do indivíduo deve induzir à vivência e à exploração da música através de uma considerável diversidade cultural/musical (Elliott, 1996; Less, 1994). Godkin (Less, 1994) e Yudkin (1993) referem que a educação musical deve valorizar não só a diversidade cultural, especificando as premissas de cada cultura (particularismo cultural), mas também aquilo que é comum e universal a todas as culturas (pluralismo cultural). Reimer defende três atitudes no que concerne ao conhecimento de outras culturas: Individualistas, a identidade cultural deve ser preservada e protegida; Universalistas, todas as manifestações culturais/musicais são herança de todos os seres humanos; e Individualistas/Universalistas, o significado musical prende-se com uma identidade cultural e remete para o conhecimento de outras culturas (Less, 1994). Deste modo vamos ao encontro da genuinidade e da autenticidade, uma vez que ambas têm um peso significativo na identidade cultural de um povo mas que deixam de ser centrais quando falamos de civilização global.

Enquanto a identidade como cultura nacional corresponde a práticas que se perdem na memória do tempo e resulta na música maioritariamente transmitida oralmente de geração em geração, a globalização entende-se como um fenómeno cultural unificado, esmagador de todas as unidades. Ou seja, a globalização é um processo de transformação/mutação a que qualquer cultura está sujeita dado a influência de elementos exteriores.

A questão com que todos os etnomusicólogos se deparam hoje em dia prende-se com a verdadeira identidade da música, por exemplo, o Fado considerado como um dos produtos da identidade cultural portuguesa, apesar de a sua história não ter mais de 100 anos, utiliza muitas harmonias da Bossa Nova brasileira (Nery, 2004). Podemos encontrar influências significativas em muitos outros géneros musicais e instrumentos tradicionais de distintas culturas, o que nos leva imediatamente a questionar sobre a genuinidade e a autenticidade de uma identidade e de um património cultural.

A música é, por conseguinte, produto de universalidades e de multiculturalidades presentes na nossa sociedade. Veja-se por exemplo todos os novos projetos musicais que de algum modo conseguem aliar a tradição e a contemporaneidade, utilizando inclusive elementos eruditos nas suas recriações. A título de exemplo temos os projetos de música portuguesa *Segue-me à Capela*, *Gaiteiros de Lisboa* e *Yolanda Soares*. Referente a esta matéria, podemos encontrar ainda projetos musicais que fundem culturas de forma singular, recriando melodias e ritmos tradicionais do mundo como acontece em *At-Tambur*. Segundo Less (1994), é impossível compreender tradição e mudança como pólos divergentes no nosso mundo contemporâneo. O processo de mudança que acontece em todas as culturas – aculturação – resulta na adoção de novos conceitos estéticos, novas formas de pensar e consequentemente de agir. As mudanças são necessárias de forma a responder às necessidades culturais e educacionais do mundo contemporâneo, no entanto, há que ter cuidado para não corromper os valores artísticos e a essência espiritual de cada cultura.

3. Contextos de execução

Podemos encontrar distintos contextos de execução da música vocal e instrumental tradicional portuguesa. A saber, contexto religioso, contexto de trabalho e contexto de vida social.

Inseridos no contexto religioso, estão os géneros musicais da liturgia (evocação e celebração), das festas religiosas (romaria) e do quotidiano (orações, ladainhas e rituais

cíclicos). Em relação ao contexto de trabalho, encontramos cantos e danças que acompanham o trabalho funcionalmente, por exemplo, a *Cantiga de Aboio* (canção do Minho que acompanha o ritmo de trabalho dos bois) ou *Leva, Leva* (cantado em Portimão quando os pescadores elevam a rede), que acompanham o trabalho de forma lúdica e que preenchem o intervalo do trabalho, por exemplo, *Da-la-dou* (comunicação entre os pastores de Trás-os-Montes). No que concerne ao contexto de vida social encontramos os cantos e danças executados em sociedade ou no seio familiar, que não tinham a função primordial de acompanhar o trabalho ou qualquer tipo de função litúrgica. Destacam-se as canções de cortejar, as canções de embalar, as modas coreográficas (bailes), as lengalengas e o fado. Ainda inserido no contexto social e paralelamente no contexto de trabalho, deparamo-nos com o romance, canto característico de várias regiões de Portugal, em particular de Trás-os-Montes.

Sintetizando, apesar da sua especificidade, há exemplos musicais que se englobam em mais do que um contexto, como referido anteriormente, o romance (canção característica da Península Ibérica que retrata episódios históricos) pode ser inserido no contexto de vida social e de trabalho, uma vez que era executado por mulheres enquanto fiavam o linho ao serão. Também as canções de cortejar, segundo os informantes, poderiam ser executadas em contexto de trabalho ou em bailes da mocidade aldeã (contexto de vida social).

4. Conclusões do estudo

No âmbito do tradicionalismo musical, provavelmente devido à difusão cultural próprio das migrações populacionais portuguesas, podemos encontrar a coexistência de elementos construtivos em distintas regiões de Portugal, remetendo-nos mais uma vez para a questão da identidade e do património. Apesar do tradicionalismo indubitável, produto das recolhas efetuadas com início na segunda metade do século XIX por vários etnomusicólogos, a origem de canções e danças populares é desconhecida devido à oralidade na sua transmissão e aos escassos registos escritos.

Apresenta-se, seguidamente, a síntese de instrumentos e de géneros musicais (can-

tos e danças) que se pensam característicos das distintas regiões portuguesas, referente às recolhas efetuadas na presente investigação etnográfica e apoiadas por pesquisas bibliográficas e discográficas.

4.1. Instrumentos tradicionais

Destacam-se dois cordofones da música tradicional, os quais serão expostos em primeira análise de modo a evitar confusões terminológicas: a viola portuguesa e a guitarra portuguesa. Ambos os cordofones são instrumentos de cordas dedilhadas e com trastes, no entanto têm formatos e funções muito distintas. A viola portuguesa assemelha-se à atual guitarra clássica que possui 6 cordas afinadas em mi² – lá² – ré³ – sol³ – si³ – mi⁴ e que descende da vihuela de mano espanhola do século XVI. A guitarra portuguesa tem a caixa de ressonância com uma forma abaulada como o antigo cistre, mais tarde conhecido por guitarra inglesa, possui um braço curto e é o instrumento por excelência do fado português. As guitarras de Lisboa e Coimbra têm divergências ao nível de ornamentos, cravelhame, afinação e sonoridade.

A viola portuguesa e a guitarra portuguesa têm cordas duplas que lhes permitem executar melodia e fazer simultaneamente um acompanhamento harmónico. Contrariamente à guitarra portuguesa que é específica de duas regiões, a viola portuguesa encontra-se por todo o país, no entanto com designações, afinação e um número de cordas distintos: braguesa e amarantina, no Minho e Douro Litoral (dez cordas – cinco cordas duplas); viola toeira ou viola de Coimbra (doze cordas – três cordas duplas e duas cordas triplas); ramaldeira, nas regiões da Beira Litoral e Beira Alta (dez cordas – cinco cordas duplas); viola beiroa, na Beira Baixa (doze cordas – seis cordas duplas); viola campaniça, com maior incidência no Baixo Alentejo, apesar de conter doze cravelhas, normalmente são utilizadas dez ou mesmo oito cordas; e a viola de arame, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, que varia entre nove cordas (quatro cordas duplas e uma singela, na Ilha da Madeira), doze cordas (três cordas duplas e duas cordas triplas, na Ilha de S. Miguel), quinze cordas (três cordas duplas e três cor-

das triplas, na Ilha Terceira) e dezoito cordas (três cordas duplas e quatro cordas triplas, também na Ilha Terceira) (Lúcio, 2000). A viola portuguesa de S. Miguel pode ainda ter a designação de viola micaelense ou viola da terra, assim como a viola da Ilha Terceira se denomina habitualmente por viola terceirense.

No que concerne à guitarra portuguesa, encontramos a guitarra portuguesa de Lisboa e a guitarra portuguesa de Coimbra, ambas com doze cordas, precisamente seis cordas duplas.

Em relação à distribuição dos instrumentos tradicionais pelas várias regiões do país, podemos encontrar o mesmo instrumento em mais do que uma região, por exemplo, a rabeca do Minho e Douro Litoral aparece de igual modo nos Açores, o cavaquinho é encontrado no Minho e em Trás-os-Montes, o violão na Beira Alta e nos Açores, a flauta e o tamborim em Trás-os-Montes e no Alentejo e o harmónio ou harmónica de mão na Beira Baixa, no Ribatejo e no Algarve. Em síntese e distribuídos por regiões, enumeram-se os instrumentos com maior destaque nas recolhas referentes à investigação: Minho e Douro Litoral (bandolim, cavaquinho, rabeca chuleira², viola braguesa e viola amarantina); Trás-os-Montes (castanholas, cavaquinho, flauta e tamborim, gaita de foles, pandeiro e viola portuguesa); Beira Litoral (bandolim, violão, violino³, guitarra portuguesa e viola toeira); Beira Alta (viola ramaldeira); Beira Baixa (adufe, flauta travessa, harmónica de mão, zamburra e viola beiroa); Estremadura (guitarra portuguesa e violão); Ribatejo (bilha com abano, cana e harmónio⁴); Alentejo (flauta e tamborim, gaita de foles, pandeirata⁵ e viola campaniça); Algarve (harmónio, flauta travessa e ferrinhos); Madeira (braguinha, rabeca, rajão, brinco, pandeiro e viola de arame); e Açores (rabeca, violão e viola de arame – com a designação de viola da terra na Ilha de S. Miguel e de viola terceirense na Ilha Terceira).

¹A sua designação deriva da sua função: acompanhar a chula (dança do Minho e Douro Litoral).

²A incidência destes cordofones (bandolim, violão e violino) é uma das características das tunas, agrupamento musical que teve origem na região de Coimbra.

³A junção destes três instrumentos é característica do fandango, dança de despique entre dois homens.

⁴Instrumento muito utilizado para acompanhar as saias, nomeadamente em Campo Maior, Alto Alentejo.

Mais uma vez se coloca a questão da origem e da autenticidade da música tradicional: onde se encontra a verdadeira raiz? O que acontece nos dias de hoje, e de uma forma crescente, é a utilização nos grupos folclóricos e nos grupos de música tradicional/popular de instrumentos que se pensam oriundos de diversas regiões, o que pode resultar numa reinvenção do tradicionalismo nas futuras gerações, que por sua vez irá dificultar em grande escala a resposta ao problema da origem e das raízes musicais.

Apesar da incidência de certos membranofones e idiofones nalgumas regiões, por exemplo o pandeiro de Trás-os-Montes e da Madeira, o adufe da Beira Baixa, a pandeireta do Alentejo, a bilha com abano e a cana do Ribatejo e o brinco madeirense, todos os outros se encontram de igual modo nas manifestações culturais tradicionais portuguesas.

Há a destacar ainda a adoção e adaptação de instrumentos, produto da aculturação e das influências externas, como por exemplo a gaita de foles e as castanholas que se encontram em Trás-os-Montes, as quais, tudo indica, sejam provenientes da vizinha Espanha.

4.2. Géneros de música tradicional portuguesa

À semelhança dos instrumentos tradicionais, encontramos os mesmos géneros musicais em várias regiões portuguesas. Em relação às danças, por exemplo, encontramos a tirana essencialmente no Douro Litoral e na Beira Alta; o vira, apesar de se apresentar um pouco diferente no que concerne ao andamento e ao compasso, também surge no Minho, na Beira Litoral e Beira Alta; o fandango não é oriundo apenas do Ribatejo, mas podemos encontrá-lo também em Trás-os-Montes, tocado pela gaita de foles; o corridinho também se encontra na Beira Litoral, Beira Alta e no Algarve; a valsa, a mazurca e a polca são danças características da Beira Litoral, Beira Alta e das zonas da Estremadura e Alentejo; e por último podemos assinalar a chamarrita (dança comum aos arquipélagos dos Açores e da Madeira).

Resumidamente, apresenta-se o resultado da distribuição das danças tradicionais portuguesas em maior número por zonas geográficas, recolhidas e analisadas ao longo

da investigação etnomusicológica: Minho e Douro Litoral (chula, tirana, malhão, vira e cana-verde); Trás-os-Montes (fandango, dança dos pauliteiros, carvalhesa e murinheira); Beira Litoral e Beira Alta (vira, corridinho, contradança, valsa, mazurca, polca, tirana e rusga); Estremadura e Alentejo (marcha, polca, mazurca, schottische, valsa e saias); Ribatejo (fandango); Algarve (bailes de roda e corridinho); Madeira (bailinho, charamba, mourisca e chamarrita); e Açores (pezinho, chamarrita e sapateia).

Deparamo-nos, portanto, com géneros musicais tradicionais, nomeadamente danças palacianas europeias e danças rurais oriundas de outros países, como por exemplo a valsa, a mazurca e a polca do século XIX e a contradança, dança inglesa do século XVI. O fandango, segundo as suas características musicais, é uma dança de despique que poderá ter também a sua origem em Espanha.

No que concerne aos cantos que acompanham o trabalho de forma funcional, de forma lúdica ou que preenchem o intervalo de trabalho, não há muita distinção entre as várias regiões de Portugal, uma vez que em termos culturais a tradição se prende muito com os trabalhos rurais e com as migrações dentro do próprio país. Podemos assinalar a existência de segadas, cantos executados na altura das ceifas, cantos próprios para as sachas, descamisadas, malhadas do centeio e maçadelas do linho (estes últimos surgem de forma funcional uma vez que o centeio e o linho são batidos ritmicamente com um maço ao longo da canção). Outros cantos de trabalho como a apanha da azeitona ou a canção da tosquia, apresentam características comuns (melodia, ritmo e inclusive a letra da canção) e são fruto de recolha por todo o país. Destacam-se, contudo, o aboio da pastora que teve maior incidência no Minho e Douro Litoral.

O mesmo sucede com os cantos religiosos, encontramos os mesmos géneros um pouco por todo o país: devoção, amenta ou encomendação das almas, canto executado num local estratégico da vila, normalmente na praça central e após a meia-noite de forma a ser audível a todos os habitantes, com o intuito de induzir uma oração pelas “almas do purgatório”; almas santas, canto que se executa de porta em porta, objetivando-se a angari-

ação de fundos (peditório) para celebrar uma missa pelos defuntos; cânticos de romaria, festas profanas em honra de um padroeiro da povoação e que no Alentejo podem ter a designação de círios; cânticos dos reis ou Janeiras; cânticos quaresmais, cânticos executados durante o trabalho na altura da Quaresma devido à interdição dos cantos profanos; e ladainhas, orações cantadas.

De igual modo, à exceção do fado, cuja tradição remonta a Lisboa e Coimbra, os cantos de vida social não são específicos de uma determinada região de Portugal, por todo o país podemos encontrar canções de embalar, lengalengas e canções de cortejar (estas canções podem ter a forma de serenata ou de cantiga bailada). Há no entanto a assinalar os Caretos de Trás-os-Montes: são um grupo de rapazes vestidos com roupas muito coloridas, máscaras e chocalhos, andam pelas ruas na época natalícia a “chocalhar as moças” e cantam em coro a quatro vozes. Uma vez que se trata de uma manifestação profana que segundo a tradição ocorre pela altura do Natal e dos Reis, problematiza-se vivamente a sua contextualização.

Apesar da individualização dos cantos em termos de contextos (trabalho, religioso e vida social) como referido anteriormente, muitos dos cantos fundem-se em diversos contextos, por exemplo o romance (contexto histórico, vida social e trabalho) e o canto alentejano, também designado por canto polifónico (contexto de trabalho e vida social).

5. Considerações finais

Apesar da caracterização e definição do tradicionalismo musical português e da incidência maior ou menor relativamente à execução de instrumentos e de géneros musicais tradicionais nas várias regiões estudadas, é certo que a aculturação é um fator fulcral em oposição à individualização regional, dificultando, por sua vez e em larga escala, a tarefa do investigador na procura das raízes.

Além da interculturalidade e da fusão musical de distintas manifestações culturais, tem-se demonstrado de forma tendencial a apropriação de música de outras regiões e a recriação de novos cantos. Por exemplo, foram encontradas cantigas bailadas assumidas nos

dias de hoje pelas gentes da Estremadura e do Alentejo como sendo originais de ambas as regiões. Assistimos inclusive à coexistência de semelhantes melodias em letras diferenciadas e executadas por diferentes intérpretes. Por conseguinte, e mais uma vez, é notório o resultado de difusão cultural que nos remete para algum tipo de adulteração ou mesmo de perversão da raiz musical.

Permitindo o confronto de práticas performativas a futuros investigadores, o estudo que aqui se apresenta não tem a pretensão de contrariar teorias já existentes, contudo, objetiva-se contribuir para o mapa do património musical português a fim de individualizar, o quanto possível, as suas particularidades no quadro da mudança e da globalização atual.

Referências bibliográficas

Elliott, David (1996). Consciousness, culture and curriculum. *International Journal of Music Education – ISME (International Society of Music Education)*, 28, 1-15.

Less, Heath (1994). *Musical Connections: Tradition and Change*. New Zealand: International Society for Music Education.

Lúcio, José (2000). *Cordofones Portugueses*. Porto: Areal Editores.

Nery, Rui Vieira (2004). *Para Uma História do Fado*. Lisboa: Público – Comunicação Social, SA.

Nettl, Bruno. (1996). An Ethnomusicological Perspective. *The Journal of Aesthetic Education*, 30 (2).

Swanwick, Keith (1999). *Teaching Music Musically*. London: Routledge.

Ulloa, Jorge Martinez (2001). *La Etnomusicología y las Premisas para la Investigación Científica de un Campo Unitario Musicológico*. Universidad de Chile.

Yudkin, Jacqueline (1993). Choosing Pluralism or Particularism. *Music Educators Journal*, April, vol. 79 (8), 46-48.

O ensino superior politécnico e a investigação científica: Outros caminhos e novos desafios/ oportunidades para a ESEP¹

João Emílio Alves

Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação (C3I), Portalegre, Portugal;
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal
joaoemilioalves@gmail.com
joaoemilioalves@esep.pt

Resumo: Com este texto propomo-nos contribuir para o debate em torno do lugar e da pertinência da investigação científica e tecnológica no âmbito da missão, das atribuições e das competências do ensino superior politécnico. Como referente empírico e fio condutor analítico discute-se a atual situação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre (ESE/IPP) no campo da investigação, incluindo uma referência à recente dinâmica observada no que concerne à frequência de programas doutorais por parte dos seus docentes e, perspetiva-se, embora num tom embrionário, um novo enquadramento institucional em matéria de investigação, atualmente em fase de discussão e arranque no âmbito do IPP, materializado na criação e consolidação de um Centro de Investigação próprio. Paralelamente, sintetiza-se um conjunto de referências explícitas ao tema da investigação espelhadas em vários normativos legais, à escala nacional e local/institucional. Finalmente, complementa-se a análise com recurso a alguns indicadores estatísticos recentes sobre a prática da investigação científica a nível nacional, com particular incidência na região do Alto Alentejo, território de influência e de ação direta da ESE/IPP.

1. Entre a “investigação fundamental” e a “investigação aplicada”: algumas notas introdutórias sobre a investigação científica e tecnológica no ensino superior politécnico

As questões da investigação científica e tecnológica surgem tradicionalmente associadas ao ensino superior universitário e politécnico, embora não de forma exclusiva². Em estreita articulação com as atividades

de investigação acrescenta-se muitas vezes a prestação de serviços à comunidade, funções que, juntamente com a qualificação de alto nível e a formação cultural, artística, tecnológica e científica dos diferentes públicos escolares, completam a clássica tríade característica do ensino superior: ensinar, investigar e prestar serviços, técnica e cientificamente complexos e exigentes, à sociedade.

Porém, têm sido amplamente referenciadas e discutidas as desigualdades

¹ Este texto retoma e aprofunda a intervenção proferida no âmbito do II Fórum ESEP, organizado pela Direção da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre, aquando do seu 25º aniversário, em 28 de junho de 2010. Procurou-se reproduzir em texto, de forma fiel, os conteúdos apresentados nessa data, o que explica a ausência de qualquer referência ao atual contexto económico e financeiro do país, refletido necessariamente no universo de atuação das instituições de ensino superior e, de modo específico, no domínio do seu financiamento, no que concerne, por exemplo, às respetivas atividades de investigação científica.

² Incluindo-se neste domínio os laboratórios, as empresas e outras entidades de perfil organizacional variado, designadamente instituições privadas sem fins lucrativos.

verificadas no plano da concretização prática dos processos de investigação científica e tecnológica entre as universidades e os institutos politécnicos, com dificuldades adicionais e limitações de tipo estrutural geralmente com prejuízo para os segundos. Alguns exemplos desta realidade passam, a título de ilustração, por: i) um conjunto de especificidades inerentes às políticas de financiamento que, historicamente, têm privilegiado as universidades, os seus laboratórios e centros de investigação em detrimento dos institutos politécnicos; ii) as dificuldades de acesso aos meios e recursos necessários à existência de uma verdadeira cultura de investigação, incluindo aqui as condições organizacionais, técnicas e logísticas imprescindíveis a um correto e mais eficiente desempenho neste âmbito; iii) a recorrente dificuldade em compatibilizar a disponibilidade do corpo docente, sobretudo no ensino superior politécnico, para a produção e difusão de conhecimento científico, com as demais funções e atribuições docentes, designadamente o cumprimento de distribuições de serviço letivo, caracterizadas, em muitos casos, por um excessivo número de horas letivas e uma não inferior diversidade de conteúdos e unidades curriculares.

Este conjunto de handicaps tem-se refletido, de modo permanentemente intenso e estrutural, praticamente desde a constituição do sistema binário do ensino superior português, repartido entre o ensino universitário e o ensino politécnico, terminologia que se manteve – como se sabe – no âmbito da mais recente reforma do setor, ocorrida em 2007³, e na qual se volta a explicitar algumas das especificidades e diferenças que caracterizam ambos os modelos: o primeiro orientado sobretudo para “a oferta de formações científicas sólidas, juntando esforços e competências de unidades de ensino e de investigação”; e o segundo, concentrado “especialmente em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente” (Lei 62/2007, de 10 de setembro, Artigo 3.º, ponto 1).

A natureza binária do nosso sistema do ensino superior, clarificando as diferentes missões e atribuições, quer de um, quer de outro dos subsistemas, mantém, em nosso

³Referimo-nos ao RJIES – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei 62/2007, de 10 de setembro).

entender de forma relativamente ambígua⁴, um conjunto de aspetos relacionados diretamente com as exigências dirigidas aos docentes do ensino superior politécnico, que, em circunstâncias ainda bastantes desiguais comparativamente aos seus colegas congéneres do ensino universitário, têm de concretizar um conjunto de objetivos em matéria de investigação científica e de conclusão de graus académicos, num quadro temporal definido e transitório, muitas vezes compelidos à frequência de programas de doutoramento, mas sem o enquadramento e os recursos organizacionais e logísticos desejáveis e necessários a uma investigação de natureza científica que se pretende inovadora e altamente exigente nos planos teórico, metodológico e empírico. Esta discussão reenvia-nos para as desvantagens que atrás se enumeraram, muito embora exista hoje um mecanismo de financiamento e a definição de um horizonte temporal de seis anos no sentido de agilizar e facilitar a recuperação do défice de formação avançada de um número ainda significativo de docentes na generalidade dos institutos superiores politécnicos⁵.

Não menosprezando a importância e o momento em que se inicia a aplicação daquele mecanismo legal, criado como estratégia de redução do referido défice de qualificação de muitos docentes do ensino politécnico, regista-se, contudo, algumas nuances que tendem a persistir e a dificultar o desejável acesso, em igualdade de circunstâncias, aos meios e recursos considerados imprescindíveis à prática da investigação científica no quadro mais alargado do ensino superior politécnico. Vejamos quais as razões.

Em primeiro lugar, importa relembrar que, globalmente, as instituições de ensino superior politécnico em Portugal são relativamente mais jovens comparativamente à generalidade das universidades. Muitos dos institutos politécnicos que hoje se encontram disseminados no território nacional têm entre vinte e trinta anos de existência. Apesar de terem constituído uma estratégia de democratização e alargamento de oportuni-

⁴Vejam a este respeito as diferentes manifestações de posição, algumas tornadas públicas por parte dos agentes sociais representativos do setor: professores, estruturas dirigentes e sindicatos.

⁵Designadamente o programa PROTEC.

dades de formação de índole mais qualificada nas regiões afastadas das áreas densamente urbanizadas e economicamente mais competitivas, continuam, no presente, a desempenhar um importante papel na dinamização dos tecidos económico e social das regiões onde se encontram implantados. Porém, esse trabalho que hoje é reconhecido na generalidade dos discursos académicos e políticos, acerca dos impactos económicos, sociais, culturais e tecnológicos dos institutos politécnicos, tem sido desenvolvido num quadro relativamente assimétrico em comparação com as universidades, porquanto – como se sabe – legalmente nunca foi conferida aos institutos superiores politécnicos, de forma explícita, “a possibilidade de desenvolver atividades de investigação fundamental” (CCISP, 2006:29). Essa vertente terá ficado reservada às universidades, característica que se terá mantido, e em certos momentos reforçada, até aproximadamente 2005. Com efeito, aos institutos politécnicos incumbia-se “a possibilidade de realizar investigação aplicada” e práticas de “desenvolvimento experimental, em domínios especializados”, bem como a prestação de serviços às respetivas comunidades (Veiga Simão e Almeida Costa, 2000:81).

Esta dupla leitura, tida para muitos investigadores e especialistas no conhecimento a respeito da evolução do ensino superior em Portugal como ambivalente, não obviou a que a generalidade dos institutos politécnicos, uns mais do que outros, segundo ritmos, calendários e contextos diferenciados, se empenhassem e se envolvessem no processo de qualificação dos respetivos corpos docentes, nomeadamente incentivando a obtenção de graus de mestre e de doutor. Uma parte muito significativa das pesquisas desenvolvidas por estes docentes acabava por ser concretizada, não tanto no quadro institucional dos seus institutos a que pertenciam (e a que pertencem) onde lecionavam (e muitos ainda lecionam), mas sobretudo no âmbito dos cursos de mestrado e de doutoramento das universidades que frequentavam (ou que ainda frequentam), beneficiando dos centros de investigação a estas associados, que proporcionavam os meios, as condições organizacionais e o acesso a

programas e linhas de financiamento dos seus projetos de investigação.

Na sequência destes processos de investigação, muitos dos docentes implicados mantinham-se posteriormente ligados àquelas ou a outras universidades após a obtenção dos respetivos graus académicos, integrando os seus centros de investigação e permitindo que estes passassem a contabilizar nos seus indicadores de desempenho e de avaliação o trabalho e os produtos científicos resultantes das pesquisas daqueles docentes/investigadores.

Neste contexto, muitos dos institutos politécnicos a que pertenciam (e a que ainda pertencem os mesmos docentes, com os custos associados a essa condição), acabavam – o que ainda hoje sucede – por não retirar, em termos mais diretos, benefícios das investigações realizadas pelos seus recursos humanos, incluindo neste capítulo, a título de ilustração, a publicação de artigos de natureza científica, o registo de patentes e de protótipos, entre outros produtos científicos, com importância acrescida para a afirmação das instituições de ensino superior no espaço nacional e internacional.

Assim, a produção científica dos docentes/investigadores ligados ao ensino superior politécnico, tem sido, na realidade, apropriada e contabilizada no âmbito da atividade científica das universidades e dos seus centros de investigação, alguns dos quais integrando um número não desprezível de recursos humanos a desempenhar atividade docente nos institutos politécnicos. Apesar deste quadro institucional assimétrico e relativamente penalizador para o ensino superior politécnico, em 2006, existiam formalmente constituídos e reconhecidos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), oito centros de investigação no universo dos institutos politécnicos portugueses (CCISP, 2006:30).

Os dados mais recentes e as dinâmicas registadas em matéria de procura de qualificação dos docentes e investigadores deste subsistema de ensino apontam para uma tendência de crescimento do número de centros associados aos institutos politécnicos, uma vez que tem-se observado um esforço gradualmente crescente de investimento na dimensão investigativa, na presta-

ção de serviços de apoio, de consultoria, de peritagem, de acompanhamento e de avaliação, solicitados aos mesmos institutos⁶. Esta situação tem proporcionado a elaboração de projetos e a concretização de dinâmicas de criação de outros centros de investigação, de dimensão mais ampla ou mais reduzida, funcionando em rede com outras instituições sediadas nas respetivas regiões desses institutos (empresas, instituições ligadas à economia social, órgãos e estruturas da administração central, regional e local, entre outras), como estratégia de resposta às solicitações de colaboração dirigidas aos institutos politécnicos e, simultaneamente, meio de afirmação da potencial capacidade de produção de conhecimento, inovação e mudança social, económica e culturalmente imprescindível a essas mesmas regiões.

Decorrente deste quadro evolutivo, é expectável que no âmbito dos cenários que possam ser desenhados a respeito da evolução do ensino superior politécnico, este passará sempre por um novo enquadramento da investigação no conjunto das atribuições e prioridades definidas para este subsistema de ensino, ainda que relativamente conotadas com uma dimensão da investigação mais próxima de uma vertente de índole aplicada e relativamente dirigida para uma componente mais experimental em setores e domínios em que os diferentes institutos politécnicos entendam ser portadores de capital técnico-científico, inovador e competitivo. Cremos que esse parece constituir hoje o paradigma emergente no ensino superior politécnico, em linha, aliás, com um conjunto de orientações associadas e decorrentes do conhecido e relativamente mediatizado “Compromisso com a Ciência”, complementado posteriormente com a apresentação pública do “Contrato de Confiança no Ensino Superior para o futuro de Portugal”.

Da articulação destes dois documentos é perceptível a afirmação de uma aposta estratégica no ensino superior e na ciência, enquanto alavancas estruturais e produtoras de inovação para o futuro do país, traduzida em metas e objetivos programáticos. Do conjunto

⁶Tendência mais acentuada na sequência da entrada em vigor do atual Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

dessas metas enumeram-se a “abertura social do ensino superior a novas camadas de estudantes jovens e à população ativa”⁷; o reforço da “qualidade”, da “relevância social das formações” e da “empregabilidade”; a ligação “cada vez mais íntima entre o ensino superior e a vida económica, social e cultural do país”; a “internacionalização das instituições”; e o reforço do “papel da atividade científica na sua condução estratégica”.

Prolongando um pouco mais a análise desta última meta, acrescenta-se que a centralidade que se tem observado, quer no discurso político da tutela, quer no discurso académico perceptível no quotidiano das instituições de ensino superior, em torno da importância que comumente se atribui à investigação científica no quadro das instituições politécnicas, o reconhecimento do papel da atividade científica tem sido acompanhado por um amplo conjunto de políticas e de medidas (normalmente promovidas e geridas pela FCT) no sentido de reforçar o investimento público na ciência, a par da criação e da consolidação das condições favoráveis à expansão do investimento de origem privada nos projetos de investigação e desenvolvimento. Adquire também neste novo quadro de financiamento do ensino superior a sua ampliação, mediante, porém, novas contrapartidas e compromissos a cumprir por este último, fixando-se assim as condições de estabilidade desse mesmo financiamento⁸.

Esta nova política de financiamento tem como pressuposto a existência de um enquadramento internacional em torno das questões da ciência em geral e da qualificação académica em particular, traduzida, por exemplo, na necessidade de fixação de recursos humanos qualificados e do produto

⁷ Traduzida, por exemplo, no sistema de acesso ao ensino superior vulgarmente conhecido por “Maiores de 23”.

⁸ Este novo enquadramento da política de financiamento do ensino superior e da ciência, ainda que esteja por fazer uma avaliação mais pormenorizada e distanciada em termos temporais, constitui, para já, uma nova oportunidade de afirmação e de modernização das estruturas do setor, correspondendo, aliás, a um conjunto de expectativas e exigências por parte de alguns intervenientes no campo, incluindo docentes, investigadores e estudantes, sobretudo porque, como se sabe, o problema do ensino superior e das instituições produtoras de investigação científica e tecnológica, tem sido, historicamente, um problema de subfinanciamento.

do seu trabalho, tecnicamente mais informado e qualificado, com resultados que se pretendem incorporados nas dinâmicas económicas, sociais, tecnológicas e culturais nos territórios e nas comunidades envolventes às instituições de ensino superior, em ordem à aproximação de um novo patamar de exigência e de excelência à escala internacional.

No caso específico do ensino superior politécnico, apesar de se verificar na atualidade, de modo relativamente transversal ao universo dos docentes e investigadores, uma grande abertura para a definição de percursos de investigação (de tipo “fundamental” ou “aplicada”, para recuperar a terminologia atrás aludida), de opções por diversas formações pós-graduadas em contextos muito diversificados (num regime mais autónomo ou mais enquadrado em centros e laboratórios de investigação formalmente constituídos ou em fase de consolidação), é notória a existência de uma tónica geral dirigida, de forma mais estreita, para a orientação das prioridades em matéria de I&DT dos institutos politécnicos junto dos respetivos meios empresariais e organizacionais, numa lógica de proximidade com os tecidos económicos e sociais locais, nos territórios das suas áreas de influência, com vista ao desenvolvimento científico e tecnológico do país geral e desses territórios em particular. Para a concretização desta orientação são sugeridas e fomentadas iniciativas que possam culminar na criação e consolidação de unidades de investigação (aplicada), em consonância com as áreas estratégicas de formação e intervenção, tidas como relevantes para o desenvolvimento regional.

Sobre este ponto em particular, é possível encontrar nos documentos programáticos do Ministério da tutela (alguns dos quais ainda em vigor), no domínio específico do ensino superior e da ciência, um conjunto de orientações, metas, medidas e instrumentos concretos, tendo em vista o desenvolvimento científico e tecnológico do país, melhorando a sua posição à escala internacional.

Neste sentido, tendo em conta o rigoroso processo de avaliação internacional dirigido à ação desenvolvida pelas estruturas ligadas ao ensino superior e à ciência, com base em indicadores que medem internacionalmente o grau de desenvolvimento científico e

tecnológico dos países, tem sido assumido nos últimos tempos e de um ponto de vista político, um “compromisso com a ciência”, materializado num conjunto de iniciativas, dirigidas não só aos profissionais de base científica e técnica (investigadores, docentes, especialistas, ...) mas também às organizações públicas e privadas que os enquadram, aos estudantes e às suas famílias, às empresas, bem como à população em geral, visando uma renovação e uma expansão da base social do desenvolvimento científico e tecnológico e, conseqüentemente, uma promoção e uma apropriação crescente da cultura científica e tecnológica por toda a sociedade portuguesa⁹.

Entre as metas assumidas, as orientações definidas e as medidas preconizadas para a concretização das primeiras no domínio da ciência, destacam-se os seguintes compromissos: no que concerne às metas assumidas: i) “passar de 1000 para 1500 novos doutoramentos por ano, aumentando ainda a fração de doutoramentos em ciências e engenharia”; ii) “aumentar em 50 % a produção científica referenciada internacionalmente, passando de 400 para 600 publicações científicas por milhão de habitantes e por ano”; iii) “duplicar o investimento público em investigação científica, passando de 0,5 % para 1,0 % do PIB”; iv) “triplicar o investimento privado em I&D, que em 2003 era apenas de 0,24 % do PIB”.

No capítulo das orientações: i) “apostar nos recursos humanos e na cultura científica e tecnológica”; ii) “apostar nas instituições de I&D, públicas e privadas, no seu reforço, responsabilidade, organização e infraestruturação em rede”; iii) “apostar na valorização económica da investigação”.

No âmbito das medidas preconizadas, salientam-se apenas as que revelam uma relação estreita com o domínio da investigação, designadamente: i) “dinamização do programa de projetos de investigação em todos os domínios científicos, selecionados em competição aberta e avaliados internacional-

⁹Prova disso mesmo é o impacto assinalável em múltiplos domínios das iniciativas enquadradas no Programa Ciência Viva, dirigido a vários públicos, visando a divulgação da ciência em particular junto dos estudantes do ensino básico e secundário num processo que tem ganho – segundo alguns autores – as características de um “movimento social”, sem paralelo na sociedade portuguesa. Ver a este respeito Costa et. al., 2005.

mente”; ii) “revisão do programa de financiamento plurianual de todos os centros de I&D reconhecidos por avaliação internacional”; iii) “projetos de I&D orientados para apoio às políticas públicas (riscos naturais e ambientais, transformações sociais,...)”; iv) reforço e dinamização do programa de investigação em consórcio entre empresas e centros de I&D”; v) “programa de reequipamento científico das instituições científicas e do ensino superior”; vi) “criação de redes de parcerias internacionais de ciência e tecnologia (C&T) de grande dimensão, compreendendo instituições de ensino superior e de investigação, assim como empresas, em associação com organizações científicas internacionais, universidades estrangeiras e outras entidades científicas e tecnológicas de topo”; vii) programa de redes temáticas de investigação, visando a integração de capacidades, a formação avançada, a demonstração, a difusão e a cooperação internacional”; viii) “liberdade de participação de doentes e investigadores em centros de investigação reconhecidos, públicos e privados, exteriores à instituição de ensino superior a que pertencem”; ix) “e maior integração de estudantes de licenciatura e mestrado, como jovens investigadores, em projetos de I&D” (in MCTES, Um compromisso com a Ciência para o futuro de Portugal, 2005).

No cômputo geral, tanto as metas, como as orientações e as medidas assumidas, quer no plano nacional, quer internacional, convergem para um conjunto de mudanças estruturais no campo da ciência, no âmbito das quais tem sido assumido uma maior dinamização de instrumentos de apoio ao financiamento, equipamento e funcionamento, em rede, dos centros e unidades de investigação acreditadas pela FCT, no âmbito de uma reforma que está em curso, permitindo por essa via uma melhor e mais segura resposta do sistema científico aos desafios colocados no quadro da complexidade social, económica, tecnológica e cultural, que caracterizam as sociedades contemporâneas.

2. A investigação científica em Portugal e na região do Alto Alentejo: O que revelam as estatísticas?

Reflexo da recente dinamização do campo da ciência e do ensino superior e do

consequente reforço do investimento em vários domínios específicos, designadamente no fomento do emprego científico e no aumento da qualificação do corpo docente do ensino superior em Portugal no seu conjunto, têm sido produzidos alguns resultados que, longe de colocarem o país no topo dos rankings de C&T, merecem, contudo, uma apreciação globalmente positiva, na sequência dos processos de avaliação internacional¹⁰.

Com efeito, o impacto do reforço da capacidade científica e tecnológica nacional tem sido medido com base num conjunto de indicadores de elevado grau de exigência internacional. Seleccionamos apenas dois como ilustração: a taxa de crescimento do n.º de publicações referenciadas internacionalmente por milhão de habitantes, entre o ano de 2004 e 2008; e a evolução da taxa de emprego científico e qualificação do corpo docente no ensino superior português.

No que concerne ao primeiro, o aumento da produção científica nacional referenciada internacionalmente, atingiu as 12.108 publicações em 2008 (por método de contagem global), tendo este número representado, em termos percentuais, uma variação positiva na ordem dos 68 % no período de 2004 a 2008 (traduzindo-se numa taxa de crescimento anual de 12 %), significando um dos maiores crescimentos no conjunto dos países da União Europeia, cuja taxa média de crescimento se situou nos 35 % (GPEAR/MCTES, 2010:1). Acresce o facto de esta tendência ser transversal à generalidade das áreas científicas para o mesmo período, conforme é evidenciado pelo indicador “taxa de crescimento das publicações científicas portuguesas por área científica, 2004-2008” (quadro 1).

¹⁰No que se refere especificamente ao financiamento das instituições de investigação científica, entre 1996 e 2007, é possível observar um acréscimo global do financiamento, passando de 7,5 milhões de euros para 75,6 milhões de euros, motivado pela política científica entretanto posta em execução, bem como pela adoção de um novo modelo de avaliação e de financiamento e ainda pela criação dos Laboratórios Associados. Paralelamente, acresce um outro dado: o aumento do número de investigadores equivalente a tempo integral (ETI), pertencentes às unidades financiadas pela FCT, na ordem dos 53 % (passando de 5744 em 2000 para 10835 em 2007, contemplando apenas o universo dos doutorados), traduzindo-se este crescimento, não só num reforço quantitativo, mas sobretudo qualitativo (FCT, 2010).

Quadro 1 – Taxa de crescimento das publicações científicas portuguesas por área científica, 2004-2008

Área científica	Taxa média de crescimento (%)
Ciências Exatas e Engenharias	19
Ciências Naturais e Agrárias	71
Ciências Médicas e da Saúde	68
Ciências Sociais e Humanas	85

Fonte: GPEARI / MCTES, (2010).

Uma das explicações para este crescimento contínuo do número de publicações nacionais referenciadas internacionalmente relaciona-se com o aumento do número de investigadores e de despesa de I&D, sobretudo a partir do ano 2006; mas também decorre, tanto da produtividade científica, como da eficácia do sistema científico quando contabilizado em termos internacionais.

Em relação ao segundo indicador, que traduz uma tendência igualmente crescente de qualificação do corpo docente das instituições de ensino superior, explica-se pela prioridade conferida ao desenvolvimento científico e tecnológico do país, acompanhada por uma dinâmica de mobilização da comunidade científica nacional, em crescimento e em diversidade, no âmbito internacional. Este indicador mostra que em Portugal a comunidade científica tem um perfil sinteticamente caracterizado do seguinte modo: “jovem, fortemente internacionalizada, equilibrada entre homens e mulheres¹¹, muito produtiva e em franco crescimento” (idem:3).

Para além destas características, de acordo com os dados disponíveis, foram registados em 2008 cerca de 1500 novos doutoramentos, traduzindo um aumento de 50 % face a 2003, tendo em conta que 51 % desses doutoramentos foram realizados por mulheres – uma

¹¹ Neste domínio em particular, Portugal ocupa o primeiro lugar no que refere à presença de mulheres no total de investigadores em países da OCDE, atingindo os 44 %, considerado um valor inédito a nível europeu, em 2007 (GPEARI/MCTES, 2010).2009 (idem).

das percentagens mais elevadas da Europa. Paralelamente, importa referir que a percentagem de docentes doutorados do ensino superior público universitário atingiu o valor de 66 % em 2008 (em 2004 era apenas de 54 %), correspondendo a 34 % no ensino superior privado e cerca de 17 % ao ensino superior politécnico público.

O aumento da despesa em I&D e da base científica nacional reflete-se igualmente num outro conjunto de domínios, designadamente: no envolvimento crescente das empresas em atividades de I&D; no empreendedorismo e comercialização de ciência e tecnologia; no número de patentes portuguesas publicadas no registo europeu; na evolução da atividade de I&D pelas empresas; e na contratação de investigadores doutorados, incluindo investigadores estrangeiros¹². Este último dado permitiu contribuir não só para concretizar as aspirações de jovens investigadores no âmbito do sistema científico, como possibilitou rejuvenescer o corpo de investigadores das instituições de I&D, para além de ter contribuído significativamente para o reforço da capacidade das mesmas instituições no plano da competitividade internacional.

Os avanços medidos no setor da C&T que os indicadores atrás referenciados mostram para o conjunto do país, traduzidos numa cultura científica e num movimento social com muitas e significativas repercussões em vastos setores da sociedade portuguesa (escolas, jovens, empresas, organizações da sociedade civil e população em geral), não são traduzidos de forma idêntica e com iguais impactos nas diferentes regiões do país. Efetivamente, num olhar à escala micro e na sequência de uma análise mais fina dos mesmos indicadores, é possível encontrar algumas assimetrias e desigualdades no acesso aos recursos financeiros, organizacionais, logísticos e humanos imprescindíveis à produção científica e tecnológica que, em conjunto, convergem para uma realidade fortemente contrastante entre, por um lado o país no seu todo e, por outro lado, as suas regiões em particular. Muitas dessas assimetrias reproduzem, aliás, outras já consideradas clássicas, como por exemplo, a que se verifica a

¹² Contabilizaram-se mais de 1200 contratos no final de 2009 (idem).

nível territorial, opondo uma região litoral mais urbanizada, economicamente mais dinâmica e socialmente mais rejuvenescida no tocante à sua população ativa, face a um território do interior, demograficamente envelhecido, em declínio populacional, economicamente desvitalizado e deprimido no contexto da economia nacional e internacional.

A associar a estas desvantagens estruturais, acrescem outras evidenciadas de modo específico no domínio das atividades de I&D e correspondente ao diminuto impacto social, económico e tecnológico proporcionados nas regiões de influência, quer das instituições de ensino superior, quer dos centros de investigação e inovação, em número reduzido, aí sedeados.

Tomemos como ilustração a região do Alentejo e especificamente a região do Alto Alentejo, território onde a ESE/IPP desempenha a sua missão, selecionando apenas alguns indicadores (quadro 2 e 3).

Numa leitura global e transversal aos indicadores de I&D por NUTS II e III, é notória a diferença entre as regiões do país, as quais se acentuam muitas vezes no interior destas, quando analisadas de forma mais pormenorizada. No caso que interessa examinar e ilustrar – a região Alentejo e mais especificamente o Alto Alentejo – observa-se que, invariavelmente, constituem as regiões menos bem posicionadas no conjunto das regiões do país, quer tomemos em consideração o conjunto de indicadores que medem percentualmente, por exemplo, a “repartição da despesa total em I&D no ensino superior e o “pessoal em I&D na população ativa”, quer analisemos em números absolutos os indicadores como: “os diplomados do ensino superior em C&T por mil habitantes (20-29 anos)”; “o número de doutorados em C&T por mil habitantes (25-34 anos)”; o “número de unidades de investigação”; ou ainda, “a despesa em I&D no setor de execução do ensino superior”.

Com efeito, não só as assimetrias regionais e as desigualdades no acesso aos recursos e às condições privilegiadas se concentram num número muito reduzido de regiões do país; como, adicionalmente, se verifica que em termos de recursos humanos mais qualificados (licenciados e doutorados), a região Alentejo e,

de modo particular, a região do Alto Alentejo, apresentam valores manifestamente incipientes no quadro mais alargado do país. Acresce o facto de, no interior da própria região Alentejo, se destacar a sub-região do Alentejo Central, que, pela dinâmica mais alargada em torno da sua universidade acaba por sobressair no âmbito dos restantes territórios geograficamente mais próximos.

Quadro 2 – Indicadores de I&D por NUTS II e III, 2005 e 2007

	Despesa em I&D (%) (2005)	Repartição da despesa total em I&D: Ens. Sup. (%) (2005)	Pessoal em I&D na população ativa (%) (2005)	Investigadores (ETI) em I&D na população ativa (%) (2005)	Diplomados do Ens. Sup. em C&T por mil hab. (20-29 anos) (N.º) (2007)	Doutorados em C&T por mil hab. (25-34 anos) (N.º) (2007)	Unidades de Investigação (*) (N.º) (2007)	Despesa em I&D por setor de execução: Ens. Sup. (milhares de euros) (2007)
Portugal	0,81	35,4	0,46	0,38	14,2	0,42	2179	425 187
Continente	0,83	35,3	0,47	0,39	15,0	0,44	2123	415 078
Norte	0,69	40,4	0,33	0,26	12,4	0,32	608	116 033
Centro	0,66	48,0	0,35	0,29	15,3	0,44	499	89 524
Lisboa	1,17	27,6	0,89	0,75	20,7	0,67	869	177 782
Alentejo	0,47	44,3	0,25	0,19	9,7	0,11	112	20 780
Alentejo Litoral	0,04	32,7	-	-	0,0	0,00	12	244
Alto Alentejo	0,25	21,0	-	-	7,6	0,00	12	772
Alentejo Central	1,10	70,2	-	-	20,0	0,50	52	15 781
Baixo Alentejo	0,36	47,1	-	-	15,1	0,00	15	2 539
Lezíria do Tejo	0,48	9,9	-	-	4,8	0,00	21	1 445
Algarve	0,21	85,4	0,21	0,20	10,5	0,40	35	10 958
Açores	0,37	59,3	0,32	0,26	1,1	0,12	30	6 705
Madeira	0,28	27,6	0,24	0,14	2,3	0,19	26	3 404

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2007.

ETI = Em tempo integral.

(*) Inclui Ensino Superior, empresas, Estado e instituições privadas sem fins lucrativos.

Quadro 3 – Despesas em I&D a preços correntes, segundo áreas científicas ou tecnológicas, por NUTS II e III, 2005 (em milhares de euros)

	Ciências Exatas	Ciências Naturais	Ciências de Engenharia e Tecnologia	Ciências da Saúde	Ciências Agrárias e Veterinárias	Ciências Sociais e Humanas
Portugal	86 811	98 462	207 158	86 822	88 636	171 207
Continente	84 609	9 674	204 518	86 379	80 910	168 207
Norte	15 500	19 388	52 126	29 206	14 946	41 825
Centro	19 324	12 642	27 773	16 564	6 397	33 782
Lisboa	45 887	51 859	119 947	40 158	48 083	82 138
Alentejo	2 928	4 184	2 962	223	9 261	7 885
Alentejo Litoral	0	231	0	0	12	0
Alto Alentejo	221	0	254	47	2 324	311
Alentejo Central	2 538	3 529	1 321	94	2 621	5 805
Baixo Alentejo	100	305	1 162	33	1 172	1 191
Lezíria do Tejo	69	120	224	50	3 232	578
Algarve	971	4 600	1 712	227	2 222	2 576
Açores	980	4 255	1 513	99	1 881	2 425
Madeira	1 222	1 533	1 126	345	5 845	576

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2007.

Se a este retrato estatístico juntarmos um olhar dirigido ao indicador “despesas em I&D a preços correntes, segundo áreas científicas ou tecnológicas”, em 2005, os números apresentados revelam um conjunto de défices de qualificação mais avançada praticamente transversal a todas as áreas do conhecimento científico, que fragilizam, também por esta via, as necessárias dinâmicas de empreendedorismo e de mudança social e económica, normalmente expectáveis aquando da existência de recursos humanos técnica e cientificamente mais qualificados.

Em síntese, o que estes indicadores estatísticos mostram, numa perspetiva abrangente, é um quadro macrossocial e científico-tecnológico assimétrico a nível nacional, fortemente penalizador no que respeita às regiões do interior e, especificamente no caso da região Alentejo e do Alto Alentejo, uma combinatória de fatores estruturais que em nada facilitam e promovem o desejável desenvolvimento de atividades de I&D e, conseqüentemente, a mudança social nos respetivos territórios e comunidades.

Perante este conjunto de variáveis e de condições genericamente obstacularizadoras de um desejável contexto qualificacional, científico, tecnológico e económico mais competitivo, impõem-se duas interrogações: qual o lugar, o papel e a margem de atuação para uma instituição de ensino superior, localizada num território pouco competitivo e qualificado em termos de C&T, como é o caso da ESE/IPP? Como pensar o seu futuro em termos do potencial contributo que esta pode proporcionar no domínio da I&D?

Um olhar cruzado dirigido aos vários normativos legais que enquadram o setor do ensino superior e das estruturas ligadas às atividades de I&D fornece algumas pistas de reflexão com utilidade para a discussão e solução deste problema.

3. As propostas de âmbito legislativo em matéria de investigação no ensino superior: contextos e orientações

Se por via de uma análise estatística, centrada nos indicadores de C&T e de I&D, é possível observar uma realidade contrastante, entre por um lado os avanços e as taxas de

crescimento dos principais indicadores a nível nacional e internacional e, por outro lado, uma desigual distribuição de capacidades e recursos (financeiros, humanos e organizacionais) à escala das diferentes regiões do país; uma análise dirigida à legislação que enquadra, tanto o ensino superior, como as estruturas mais diretamente vocacionadas para as atividades de investigação científica, verifica-se, por mais que uma vez, uma convergência e até sobreposição do articulado legal em torno da importância estratégica associada a uma maior aposta no domínio da produção científica. É o caso dos documentos: RJIES – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei n.º 62/2007), do Regime Jurídico das Instituições de Investigação Científica (DL n.º 125/99), do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (DL n.º 207/2009), dos Estatutos do IPP (Despacho Normativo 39/2008) e, por fim, dos Estatutos da ESE/IPP (Despacho 24222/2009).

Todos estes normativos legais estabelecem orientações, nuns casos em sentido mais genérico, noutros estabelecendo princípios mais específicos, embora fortemente relacionados e transversais aos mesmos documentos, no que concerne às questões diretamente relacionadas com a I&D. Tomemos como ilustração algumas dessas articulações.

A começar pelo Regime Jurídico das Instituições de Investigação Científica, salienta-se, desde logo no seu preâmbulo, a possibilidade de abertura “aos mais variados modelos institucionais e formas jurídicas, aceitando-se e, mais do que isso, estimulando-se a diversidade como fator de enriquecimento e desenvolvimento do sistema científico nacional”. Este grau de abertura do ponto de vista jurídico impõe, no entanto, a consagração de um “modelo de acompanhamento e avaliação científica, técnica e financeira regular e independente das instituições desta natureza, de as vincular a objetivos de difusão da cultura científica e tecnológica, de garantir a otimização de recursos humanos e materiais que lhes estejam cometidos e de promover a formação dos recursos humanos e a cooperação institucional” (idem).

No seu artigo 2.º pode conhecer-se os diferentes tipos de instituições enquadráveis no mesmo normativo legal, as quais podem ser “laboratórios do Estado”, “outras institu-

ições públicas de investigação” (que reúne a generalidade dos centros de I&D ligados às universidades e institutos politécnicos) e, por último, “instituições particulares de investigação”. Independentemente do tipo, embora salvaguardando algumas especificidades que o legislador acautelou, as diferentes instituições dedicadas a atividades de I&D são obrigadas a respeitar alguns princípios (artigo 11.º), com particular destaque para: i) “acompanhamento e avaliação científica técnica e financeira regular e independente”; ii) “difusão da cultura científica e tecnológica”; iii) “otimização dos recursos disponíveis”. No domínio dos fatores de avaliação a que as mesmas instituições têm de atender (artigo 29.º), salientam-se, de modo particular, os que remetem para: i) “os resultados e o sucesso da atividade científica e tecnológica desenvolvida, bem como a eficiência da instituição na obtenção desses resultados com os recursos disponíveis”; ii) “os resultados e o sucesso obtidos com a prestação de serviços a entidades externas, públicas e privadas, e com atividades de certificação, normalização, regulamentação, peritagens e outras”; iii) “a internacionalização das suas atividades”; iv) “a cooperação efetiva com outras instituições”; v) a difusão dos resultados da atividade da instituição junto dos utilizadores e da sociedade em geral (...) visando o reforço da educação científica de base).

Analisando o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, é possível identificar um conjunto de referências explícitas, transversais ao documento, às questões da investigação científica, desde logo no capítulo das atribuições das instituições de ensino superior (artigo 8.º), algumas das quais se transcrevem, designadamente as alíneas: “c) realização de investigação, apoio e participação em instituições científicas”; “d) transferência e valorização económica do conhecimento científico e tecnológico”; e “f) prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento”.

No caso específico do subsistema do ensino superior politécnico (artigo 7.º) esta componente de I&D é explicitada de forma clara ao associá-la à vocação predominante destas instituições ligada à formação de alto nível qualificacional conforme se transcreve: “Os institutos politécnicos e demais institu-

ções de ensino politécnico são instituições de alto nível orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental”. O conteúdo desta redação é prolongado no artigo 44.º, no qual, um dos requisitos dos institutos politécnicos corresponde ao desenvolvimento de “atividades de investigação orientada” e, posteriormente, no artigo 115.º, relativo às receitas, onde se pode ler que entre estas se inclui as receitas “provenientes de atividades de investigação e desenvolvimento” (alínea e)).

Em estreita articulação com o RJIES, os estatutos, tanto do IPP, como da ESE/IPP, reproduzem, no essencial, o conteúdo do articulado espelhado no primeiro documento, designadamente nos artigos onde são feitas referências específicas e diretas às questões da investigação científica. É o caso dos artigos relativos às atribuições de uma e outra instituição, aos seus órgãos de natureza científico-pedagógica, caso do Conselho Académico para o IPP e do Conselho Técnico-Científico para a ESE/IPP.

Do conjunto destes dois documentos legais, destacaríamos apenas no âmbito dos estatutos do IPP, designadamente na caracterização da sua estrutura interna – capítulo II, artigo 7.º, alínea b) – onde se refere que entre as suas unidades e serviços, surge como estrutura enquadrável os “centros de investigação e desenvolvimento experimental”, possibilidade que é reiterada, mais à frente, no ponto 7 do seu artigo 8.º, onde se pode ler: “O Instituto disporá de um Centro de Investigação e Desenvolvimento, cuja localização, organização, estrutura, funcionamento e objetivos serão fixados pelo Conselho Geral. O Centro visará o desenvolvimento de atividades de investigação científica, sob a responsabilidade de docentes do IPP, a divulgação pública dos seus resultados e, nos casos que tal seja possível e desejável, a sua aplicação às atividades da comunidade envolvente, visando o desenvolvimento local, regional e nacional, bem como a expansão do conhecimento científico”.

Já nos estatutos da ESE/IPP, embora uma parte da redação dos capítulos com referências diretas ao mesmo assunto seja reproduzida igualmente neste documento, é

feita referência de forma explícita ao respetivo Conselho Técnico-Científico, órgão que, no âmbito das suas competências, compreende a definição da “política de investigação da ESEP” e a “política de intervenção e prestação de serviços à comunidade (artigo 23.º, alíneas y) e z)).

Para além deste órgão, também um conjunto de estruturas científicas e pedagógicas são chamadas a ter um papel ativo na prossecução da política de investigação da escola. É o caso das Áreas Científicas, constituindo “estruturas orgânicas científico-pedagógicas que agrupam recursos humanos e materiais de grandes áreas do conhecimento e que se destinam a assegurar a organização, gestão e implementação da formação inicial, contínua, especializada, da investigação e da intervenção socioeducativa, da prestação de serviços à comunidade e da divulgação do saber nos domínios que lhes são próprios” (artigo 51.º).

Também os novos departamentos da escola, pensados e organizados segundo uma lógica distinta da que prevalecia ao abrigo dos anteriores estatutos, passam a ter um papel fundamental, já que a eles cabe também despoletar os processos de reflexão tendentes à emergência de projetos de investigação no âmbito das áreas de atuação e dos cursos que lhes são afetos. Essa missão surge, aliás, por duas vezes no âmbito das suas competências, nas alíneas b) “propor políticas a desenvolver nos domínios da formação, investigação e intervenção socioeducativa” e e) “promover, apoiar e coordenar projetos de investigação e de intervenção socioeducativa” (artigo 49.º). Prevê-se ainda no mesmo documento a criação de um gabinete de projetos, visando “o apoio logístico à organização e gestão administrativa de projetos de formação, investigação e intervenção socioeducativa”, coordenado pelo Diretor da escola (artigo 62.º).

No âmbito geral, os diferentes normativos sumariamente analisados revelam, com efeito, um fio condutor particularmente explícito e atento à necessidade de conferir às questões da I&D uma dinâmica mais forte e mais visível, no plano, quer da produção de conhecimento científico, quer nos mecanismos de divulgação do mesmo conhecimento, em ordem a contribuir para uma cultura científica socialmente mais ampla.

Esta análise articulada não pode ser dissociada de uma referência ao estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, no qual surge de forma clara e objetiva, no quadro das funções dos docentes do ensino superior politécnico: “realizar atividades de investigação, de criação cultural ou de desenvolvimento experimental; e “participar em tarefas de extensão, de divulgação científica e tecnológica e de valorização económica e social do conhecimento” (Artigo 2.º-A, alíneas b) e c))¹³. Paralelamente, ainda no mesmo normativo legal, mas agora no quadro dos deveres do pessoal docente, a temática da investigação volta a ser objeto de referência, designadamente no Artigo 30.º-A, alínea d): “manter atualizados e desenvolver os seus conhecimentos culturais e científicos e efetuar trabalhos de investigação, numa procura constante do progresso científico e técnico e da satisfação das necessidades sociais”.

Em síntese, apesar das referências à investigação científica nos documentos legais atrás explicitados não constituírem um tema desconhecido face ao anterior quadro legislativo, a leitura que se pode fazer, encaminhando-nos para a perceção de uma maior articulação e de uma mais nítida convicção da centralidade que as atividades de I&D passaram a assumir, atualmente, no âmbito das incumbências atribuídas aos docentes do ensino superior, independentemente do subsistema (universitário ou politécnico) a que pertençam.

4. A investigação na ESE/IPP: rumo a um novo enquadramento institucional (Centro de Investigação) – perspectivas em discussão e potencialidades

Neste último ponto da análise propomo-nos apresentar, em traços largos, algumas considerações centradas nas questões da investigação, mas agora dirigidas para os desafios/oportunidades que se podem esperar de uma Escola Superior de Educação como a ESE/IPP, nos próximos anos.

Como procurámos demonstrar, as questões da investigação têm estado presentes no âmbito da missão, das atribuições e dos

¹³No âmbito do aditamento ao Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.

objetivos do ensino superior politécnico, no qual se enquadra a generalidade das Escolas Superiores de Educação, ressurgindo mais recentemente enquanto área de investimento/ atuação central, a par das atividades de formação qualificada dos seus públicos.

Atendendo a que a história da investigação no ensino superior politécnico não começou com a recente reforma do setor, no caso específico da ESE/IPP, esta área de trabalho e de investimento, por parte dos seus docentes, tem sido relativamente concretizada, na maioria dos casos, de forma relativamente autónoma e individualizada, em função dos interesses e calendários pessoais dos próprios docentes/investigadores¹⁴. Por esta razão, seria desonesto e eticamente errado subvalorizar, ou até mesmo ignorar, o património de saberes e de experiências levadas a cabo pelas diferentes gerações de colegas docentes e colaboradores que, desde a fundação da escola, contribuíram para a dinâmica dos processos de investigação científica, concretizados e com produtos científicos entretanto produzidos e disseminados.

Julgamos que não será necessário, nem tão pouco se justificaria, elencar no âmbito deste texto, todos os trabalhos de natureza científica e experimental que constituem o acervo patrimonial desta escola em matéria de investigação, a qual, embora relativamente dispersa pelo conjunto das áreas científicas que a compõem, surgem agregadas a um denominador comum associado às questões da educação e da formação (como não poderia deixar de ser, atendendo à sua matriz original) bem como às novas áreas do saber, convertidas em ofertas formativas: animação sociocultural, jornalismo e comunicação, turismo, serviço social, educação artística, educação e formação de adultos; a par de uma recente geração de cursos de 2.º ciclo (mestrado): Formação de Adultos e Desenvolvimento Local, Jornalismo, Cultura e Comunicação¹⁵.

¹⁴ Apesar das dificuldades, das contrariedades e do défice de condições estruturais pouco facilitadoras de uma prática mais regular, organizacional e consistente neste domínio, convergentes com as que enunciámos no primeiro apontamento deste texto.

¹⁵ Acresce a esta lista o curso de 2º Ciclo em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco, com a sua primeira edição no ano letivo 2011/2012 e um outro curso também de 2º ciclo, em fase de preparação para candidatura à A3ES, na área da Gerontologia, em parceria com a Escola Superior de Saúde do IPP.

Porém, importa recordar uma iniciativa levada a cabo no biénio 2007/2008, traduzida na Jornada sobre investigação à escala do IPP, numa lógica de cooperação interescolas, tendo como denominador comum as práticas de I&D levadas a cabo nas quatro unidades orgânicas que compõem o instituto¹⁶; e no recente movimento de aposta na frequência de programas de doutoramento do respetivo corpo docente.

Se no primeiro exemplo invocado aquela iniciativa reuniu cerca de dezoito comunicações e trinta pósteres, sobre os mais variados temas e áreas científicas inerentes aos domínios de formação, investigação e extensão educativa do IPP, no que se refere à dinâmica gerada em torno dos processos de doutoramento, muito embora esta decorra motivada pelas exigências apontadas atrás e decorrentes da reforma do ensino superior, constitui também, uma nova oportunidade de afirmação, inovação e consolidação de uma área de investimento, cada vez mais objeto de preocupação e de envolvimento por parte dos docentes do IPP. No que concerne especificamente à ESE, os dados entretanto disponíveis apontam para a existência de treze docentes doutorados e de vinte e quatro com processos de doutoramento em curso, correspondendo respetivamente a 18 % e a 33 % do universo de 72 docentes¹⁷.

Parece-nos justo reconhecer que constituem números manifestamente reduzidos face ao que seria desejável. Porém, se os considerarmos no seu conjunto, implica reconhecer igualmente que cerca de metade do corpo docente da escola (51 %), já concluiu ou está em vias de concluir o doutoramento, embora com diferentes ritmos e calendários, configurando uma dinâmica, apesar de tudo assinalável e reveladora de expectativas positivas face às novas exigências do ponto de vista do enquadramento legal que atrás aludimos, a respeito das questões da investiga-

¹⁶ Importa acrescentar a este respeito que, anos mais tarde, em finais de 2010, uma outra iniciativa similar, organizada e levada a cabo por uma estrutura recentemente criada no âmbito do IPP, teve lugar o II Seminário de I&DT. Consolidar o conhecimento, perspetivar o futuro, reunindo, em vários painéis temáticos, meia centena de comunicações protagonizadas pelos docentes/investigadores do IPP, a partir das respetivas e atuais áreas de interesse e de investimento científico.

¹⁷ Segundo os dados administrativos disponíveis e à data da apresentação desta comunicação.

ção científica no quadro de atuação dos institutos politécnicos.

Esta dinâmica constitui o mote para a apresentação de um conjunto de reflexões em torno de um projeto institucional, em fase de discussão e arranque no âmbito do IPP, com reflexos esperados também na ESE, e que passará a balizar – em nosso entender – os próximos anos no que se refere às atividades de I&D que venham a germinar e a concretizar.

Recorde-se que, aquando da referência aos estatutos do IPP, se assinalou a intenção de criar um centro de investigação e desenvolvimento, transversal às várias áreas científicas patentes nas diferentes escolas que o compõem. Essa intenção, traduzida num projeto já em fase de discussão, visando precisamente a sua materialização a curto prazo, constituirá, após a sua formalização e entrada em funcionamento, um novo quadro institucional enquadrador de todas as atividades de I&D desenvolvidas nas respetivas escolas.

Uma primeira reflexão dirigida à componente da investigação científica a desenvolver futuramente na ESE envia-nos para a impossibilidade desta passar à margem daquele enquadramento institucional emergente. Aliás, cremos mesmo que será incontornável não traduzir os interesses, as oportunidades e as disponibilidades em matéria de I&D dos docentes da ESE no âmbito da missão, das atribuições e dos objetivos previstos para o referido centro de investigação, claro que, sem que este processo prejudique ou inviabilize a autonomia – consagrada em termos legislativos – de qualquer docente/investigador em optar por enquadrar os seus projetos e demais atividades de investigação no âmbito de outros centros de investigação a que já pertença, ou com os quais colabore de forma mais ou menos regular.

Esse projeto começa a ter um rosto e uma estrutura que, embora se encontre num processo de discussão e maturação do ponto de vista regulamentar e do respetivo planeamento de atividades de I&D, permite perspetivar o futuro da investigação científica do IPP, e especificamente da ESE, numa escala muito diferente da que temos vindo a assistir e a materializar.

Falamos do projeto denominado C3I (Centro Interdisciplinar de Investigação e

Inovação), de cujas características e especificidades daremos conta a seguir.

Do ponto de vista da sua missão, esta dirige-se para a possibilidade que encerra de “promoção de trabalhos de investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico na perspetiva do desenvolvimento regional em todos os domínios patentes no instituto” (IPP, 2010) que vão desde as engenharias e tecnologias às ciências sociais e humanas, passando pelas áreas científicas ligadas às ciências agrárias e às ciências da saúde, numa perspetiva precisamente interdisciplinar, sem prejuízo das abordagens mais centradas, ora num, ora noutro dos domínios científicos contemplados.

No que se refere aos seus objetivos estratégicos (ainda em fase de discussão e afinação) perspetivam-se, para já, os seguintes:

i) “Promover projetos de investigação científica e tecnológica com elevado impacto no desenvolvimento regional através de abordagens integradas, holísticas e inovadoras”;

ii) “Fomentar a interdisciplinaridade através da colaboração, quer entre as unidades orgânicas do IPP, quer com outras unidades de investigação nacionais ou estrangeiras”;

iii) Proporcionar formação ao nível mais elevado de recursos humanos que desejem iniciar uma carreira científica;

iv) Fomentar a difusão do conhecimento científico e tecnológico, nomeadamente através da realização de eventos técnico-científicos [congressos, seminários, encontros,...], ações de formação, divulgação e de prestação de serviços à comunidade”;

v) “Dinamizar as diferentes linhas de atuação através da captação de recursos financeiros junto de entidades, públicas ou privadas, potencialmente financiadoras”;

vi) “Imprimir em todas as atividades desenvolvidas, nomeadamente nos projetos de I&DT, uma cultura de qualidade [e exigência] segundo os padrões internacionalmente aceites, e visando o comprometimento com a missão institucional, a criatividade, a honestidade e conduta ética, o respeito pela pessoa e suas opiniões, o espírito de parceria e partilha, e a procura de soluções técnica, económica e socialmente sustentáveis” (idem).

Para a operacionalização destes objetivos e atendendo ao caráter interdisciplinar e à diversidade de áreas científicas envolvidas, a fórmula em estudo passa pela criação de dois núcleos de investigação, de acordo com os domínios de formação e de pesquisa atualmente existentes no IPP. Assim e sem prejuízo de, no futuro, ser repensado o modelo agora perspetivado, irão ser constituídos dois núcleos, na base de afinidades técnico-científicas e de projetos de investigação em curso. Esses núcleos são: o Núcleo de Sistemas Sustentáveis de Energia, Agricultura e Ambiente (BioEnergia), agregando as áreas de investimento científico das escolas Superior de Tecnologias e Gestão e Superior Agrária de Elvas, por um lado; e o Núcleo de Estudos para a Intervenção Social, Educação e Saúde (NEISES), associando as escolas Superior de Educação e Superior de Saúde de Portalegre, por outro lado.

Pormenorizando este último núcleo, uma vez que se integrará a atividade de I&D diretamente relacionada com a ESE, estão perspetivadas algumas linhas de investigação para discussão e afinação interna, recobrando, grosso modo, as principais áreas de estudo e formação especializada, mais tradicionais e mais recentes de ambas as escolas envolvidas. As linhas de investigação, propostas à discussão interna, são as seguintes:

– **Território, Comunidades e Desenvolvimento**

(integrando projetos e estudos alicerçados nos seguintes temas:

populações; identidades e mobilidade; património; turismo; desenvolvimento local; desigualdades e vulnerabilidades sociais; qualidade de vida e estilos de vida saudáveis das populações);

– **Educação e Formação**

(integrando projetos e estudos alicerçados nos seguintes temas:

educação; formação de professores; educação e necessidades especiais; educação e desenvolvimento do indivíduo; educação ambiental; educação em saúde; educação para a saúde; saúde escolar; estudos curriculares; supervisão; qualificação; identidades profissionais; formação de adultos

e desenvolvimento local; níveis de educação, literacia e práticas culturais);

– **Economia Social e Organizações**

(integrando projetos e estudos alicerçados nos seguintes temas:

parcerias; inovação social e empreendedorismo; modelos de organização e governo em saúde e em educação; economia social e voluntariado; profissões e organizações da saúde, educação e mediação social; políticas públicas de educação e saúde; estudos de avaliação; planeamento; economia regional e do desenvolvimento local);

– **Arte, Cultura e Comunicação**

(integrando projetos e estudos alicerçados nos seguintes temas:

estética; estudo dos media; produção e receção cultural; públicos da arte e da cultura; políticas culturais; línguas e culturas; estudos sobre cultura contemporânea; media, publicidade e identidades)¹⁸.

No capítulo dos recursos humanos que serão convidados a integrar o centro e a contribuir para a sua operacionalização, está previsto em sede de regulamento, na sua redação inicial, três possibilidades, em linha, aliás, com o que é proposto nos normativos em vigor, decorrentes da legislação e dos regulamentos da FCT. Essas possibilidades são:

i) Os Membros Integrados, correspondendo a “todos os doutorados que exercem no IPP atividades de docência e investigação relacionada com os objetivos do Centro, bem como outros elementos, nacionais ou estrangeiros, possuidores de curriculum científico de elevado mérito que colaborem com projetos e iniciativas do Centro”;

ii) Os Membros Colaboradores, integrando “aqueles que são detentores de outros graus académicos e que exercem no IPP atividades de investigação relacionadas com os objetivos do Centro e que manifestem interesse em integrá-lo”;

¹⁸ Estas linhas de investigação correspondem à proposta inicial para discussão alargada às áreas científicas e aos órgãos de gestão das escolas envolvidas. Devem ser, por isso, entendidas enquanto propostas, perspetivando-se que sofram alterações, quer em termos de terminologia, quer em termos de conteúdo, ao longo percurso institucional do C3I.

iii) Os Bolseiros, englobando “os investigadores que cumpram o Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica definido pelo Decreto-Lei n.º 40/2004 e o Regulamento de Bolseiro do IPP, que tenham atividade relacionada com o Centro” (idem).

Em face deste conjunto de princípios, metas e fórmulas de operacionalização do projeto institucional para enquadramento das atividades de I&D do IPP em geral e da ESE em particular – C3I –, destacam-se seis ideias que consideramos centrais para a necessária reflexão em torno do futuro desta escola no capítulo da sua produção científica, a saber:

a) Apropriação coletiva do Centro e especificamente do NEISES, enquadrando futuramente os projetos de investigação e consultoria, sejam os que assumem um cunho mais pessoal no âmbito das preferências temáticas e das áreas de eleição em matéria de investigação científica por parte de cada docente, sejam os que se inscrevem numa lógica de equipa intra e/ou interdisciplinar, e passíveis de obtenção de financiamento externo;

b) A constituição de parcerias e redes de colaboração científica, mediante o estabelecimento de protocolos ou outras formas colaborativas com outros centros de I&D, empresas, organizações públicas e/ou privadas e do Terceiro Setor;

c) A política de integração de estudantes de cursos pós-graduados nos processos de pesquisa, coordenados pelos investigadores integrados e colaboradores do centro, no respeito, aliás, com o que vem consagrado e sugerido na legislação que enquadra as instituições de investigação científica, a que fizemos referência páginas atrás;

d) A articulação direta com a comunidade, a região e o território de ação e influência da ESE e do IPP, quer enquanto estrutura prestadora de serviços, quer enquanto entidade atenta e pró-ativa na monitorização, no estudo e na promoção da mudança social, cultural, económica, científica e tecnológica dos contextos territoriais e dos agentes sociais aí sedeados;

e) A dimensão nacional e internacional como aposta estratégica no capítulo das atividades de I&D que se venham a projetar, tendo, contudo, noção e consciência de que estamos

a falar de um domínio muito competitivo e avaliado segundo critérios altamente exigentes e de acordo com os padrões científicos internacionais, face aos quais, nesta fase inicial do processo, estaremos muito aquém de atingir o patamar quantitativo e qualitativo de produção científica desejável;

f) A exigência da excelência como meta (ambiciosa) mas exequível no que diz respeito ao envolvimento gradual, mas contínuo, que se espera da comunidade de docentes e investigadores da ESE/IPP, bem como dos respetivos projetos e demais atividades de investigação que estejam ou venham a ser idealizados e concretizados no futuro próximo.

Enquanto membro da Comissão Instaladora nomeada para a preparação, lançamento e consolidação deste projeto institucional, estamos fortemente empenhados na concretização deste projeto, na convicção de que o mesmo só poderá atingir o sucesso pretendido e o reconhecimento institucional, internamente ao IPP e externamente junto de potenciais entidades financiadoras, em linha com os objetivos e os critérios de avaliação altamente exigentes no plano nacional e internacional se, em conjunto, assumirmos e contribuirmos para a apropriação e consequente materialização do Centro e, especificamente no que à ESE/IPP diz respeito, do respetivo Núcleo de Estudos para a Intervenção Social, Educação e Saúde (NEISES).

Os próximos anos serão certamente exigentes para todos os que se sintam motivados a envolverem-se neste projeto, mas também determinantes do ponto de vista da desejada afirmação, visibilidade e projeção científica do que melhor soubermos fazer do domínio da I&D.

Referências bibliográficas

AA. VV. (2008), *Jornada sobre Investigação – Comunicações/Posters*, Coleção Largo da Sé, Portalegre, IPP – Instituto Politécnico de Portalegre.

COSTA, António Firmino *et al.*, (2005), *Cultura Científica e Movimento Social. Contributos para a análise do Programa Ciência Viva*, Oeiras, Celta Editora.

CCISP – Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (2006), *Breve Caracterização do Ensino Superior em Portugal. Visão dos Institutos Politécnicos*, Lisboa.

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2010), *Estatísticas sobre Instituições de I&D*, Lisboa.

GPEARI / MCTES – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2010), *Produção Científica Portuguesa, 1990-2008 – séries estatísticas*.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2007), *Anuário Estatístico da Região Alentejo*. Capítulo Ciência e Tecnologia.

IPP – Instituto Politécnico de Portalegre (2010), *C3I – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação. Plano de Actividades, triénio 2010-2012*, março de 2010 (documento de trabalho).

MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2005), *Um Compromisso com a Ciência para o futuro de Portugal*, Lisboa.

MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2010), *Investir no futuro. Um contrato de confiança no ensino superior para o futuro de Portugal*, Lisboa.

VEIGA SIMÃO e ALMEIDA COSTA (2000), *O Ensino Politécnico em Português. Descrição evolutiva e prospectiva deste sub-sistema de ensino superior*, Lisboa, CCISP.

Legislação consultada:

Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro – RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior).

DL n.º 125/99, de 20 de abril – Regime Jurídico de Instituições de Investigação Científica.

DL n.º 207/99, de 31 de agosto – Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.

Despacho Normativo n.º 39/2008, de 30 de julho – Estatutos do Instituto Politécnico de Portalegre.

Despacho n.º 24222/2009, de 21 de outubro – Estatutos da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre.

Educação e proteção de crianças e jovens em risco: Uma nova oferta formativa da ESEP, ao nível do 2.º ciclo de estudos (grau de mestre)

Maria José D. Martins

**Escola Superior de Educação de Portalegre
Direção do curso**

O conceito de “crianças e jovens em risco” tem progressivamente vindo a consensualizar-se como um conceito que remete para situações em que crianças e/ou adolescentes são, ou podem com grande probabilidade vir a ser, vítimas ou perpetradores de violência interpessoal, a qual pode ocorrer em contextos familiares e/ou comunitários (escola, bairro). As consequências desta violência são várias, nomeadamente deficiência física e/ou mental, dependência de substâncias, problemas de saúde física e mental, delinquência, e mesmo a morte. Acresce ainda a tudo isto o aumento do risco de transmissão intergeracional da violência, ou seja, o risco de que as crianças que sofreram maus-tratos se tornarem adultos maltratantes.

Neste sentido, várias organizações internacionais têm vindo a elaborar declarações de princípios e recomendações legislativas que visam a proteção à infância e juventude e a promoção dos seus direitos, destacam-se a este respeito a Declaração universal dos direitos da criança proclamada pela Assembleia geral da Organização das Nações Unidas em 1959 e a Convenção dos direitos da criança, proclamada pela mesma organização em 1989, e ratificada pelo governo português em 1990, onde se reconhece a criança como sujeito de direitos. Destacam-se ainda as recomendações da Organização mundial de saúde (2002; 2006) que vão no sentido de se encarar a violência interpessoal como um problema de saúde pública e que sugerem a integração da prevenção primária da violên-

cia nas políticas educativas e sociais de cada país. Em Portugal a constituição da Comissão nacional de proteção de crianças e jovens em risco (Decreto-lei n.º 98/98 de 18 de abril), a publicação da lei de Proteção de crianças e jovens em perigo (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro) e da lei tutelar educativa (Lei n.º 166/99 de 14 de setembro) pretendem enquadrar legalmente respostas ao problema dos maus-tratos à criança, no primeiro caso, e dos maus-tratos ou outros atos de vandalismo perpetrados pelas próprias crianças ou adolescentes, no segundo caso (ver CNCJR, s/d).

Este mestrado pretende assim contribuir para a especialização e qualificação de todos aqueles que trabalham com crianças e adolescentes, em particular professores, assistentes sociais, animadores socioculturais, educadores sociais, psicólogos e outros profissionais em cujo trabalho as dimensões relacionais com crianças e adolescentes são salientes, seguindo-se as recomendações e prescrições das organizações internacionais e portuguesas.

Ao longo do mestrado e das diferentes unidades curriculares haverá sempre uma preocupação em diferenciar e abranger os três tipos de prevenção, usualmente equacionados pelos vários autores (ver CNPCJR, s/d):

- Prevenção primária – conjunto de ações, mais ou menos coordenadas, que atuam por antecipação face a um determinado fenómeno visando evitá-lo (exemplos: abandono escolar, delinquência juvenil, problemas de saúde mental) ao mesmo tempo que se tenta promover os comportamentos e

atitudes desejáveis. A prevenção primária está associada ao processo educativo, em geral, e pode também estar associada a intervenções de caráter comunitário, dirigindo-se a toda a população.

- Prevenção secundária – conjunto de ações de natureza corretiva, reeducativa ou formativa face a indivíduos ou grupos considerados de risco. Vulgarmente designa-se também por intervenção de caráter comunitário, grupal ou individual. Trata-se de uma intervenção precoce que se dirige a indivíduos, grupos ou comunidades considerados de risco mas que podem não estar ainda em perigo.

- Prevenção terciária – conjunto de ações ou intervenções que implicam o tratamento, proteção, reinserção e/ou reabilitação de indivíduos ou grupos identificados como vítimas, perpetradores de violência, doentes, marginalizados ou excluídos socialmente, etc. Dirige-se a indivíduos e grupos previamente sinalizados com algum tipo de problema ou perturbação. Trata-se de uma intervenção face a casos persistentes.

Foram assim definidos os seguintes objetivos para este mestrado:

- Desenvolver as capacidades, atitudes e competências que permitam intervir ao nível da sinalização, diagnóstico, tomada de decisão, educação e intervenção com crianças e jovens em risco, e suas famílias.

- Identificar e mobilizar os recursos comunitários, familiares e educacionais que permitam prevenir e responder adequadamente às diferentes situações de risco em que se podem encontrar crianças e jovens.

- Promover a elaboração e implementação de programas de educação formal e não formal na área da prevenção e intervenção psicossocial com crianças, jovens e famílias;

- Promover o desenvolvimento de investigação avançada sobre a educação, formação e intervenção com crianças e jovens em risco, e suas famílias.

Pretende-se conduzir os mestrados a desenvolver as seguintes competências:

- Competências instrumentais: a nível cognitivo, construir e aprofundar conhecimentos sobre desenvolvimento humano, violência e exclusão social; a nível metodológico, identificar fatores de risco e proteção associa-

dos aos microcontextos (família, escola) e aos macrocontextos (políticas sociais e educativas) das crianças e jovens em risco; ser capaz de analisar, sintetizar e criar documentos no âmbito desta temática e de os comunicar oralmente e por escrito.

- Competências interpessoais: aprofundar o autoconhecimento, a autorregulação, a colaboração, o trabalho de equipa e resolver dilemas éticos.

- Competências sistémicas: refletir sobre as metodologias de deteção, prevenção e intervenção com crianças e jovens em risco; ser capaz de tomar decisões e perspetivar as suas consequências; delinear e conduzir projetos de investigação que permitam caracterizar estas situações; ser capaz de organizar e implementar programas de prevenção e intervenção educativa.

Informações específicas sobre o plano de estudos, prazos de candidatura, regulamentos e outras informações gerais sobre este mestrado podem ser consultados na página oficial da Escola Superior de Educação de Portalegre: www.esep.pt

Com a oferta deste mestrado, a Escola Superior de Educação de Portalegre pretende dar um contributo para a prevenção da violência, em geral, e para a proteção e promoção dos direitos das crianças, em particular, enfatizando o papel dos processos educativos inerentes às aprendizagens de natureza socioemocional, privilegiando a educação para a paz, para os valores, para a cidadania e na cidadania, por forma a favorecer processos de resiliência (desenvolvimento saudável apesar da vivência de adversidades) e a quebrar o ciclo da violência.

Referências bibliográficas

Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco (CNCJR) (s/d). Promoção e proteção dos direitos das crianças. Guia de orientações para profissionais de educação na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo. Disponível em: www.cncjr.pt. Consultado a 6 de outubro de 2011.

Organização Mundial de Saúde (WHO) (2002). World report on violence and health. Summary. Genebra. (Online). Disponível em: <http://www.who.int/publications/en/>. Consultado a 26 de março de 2007.

Organização Mundial de Saúde (WHO) (2006). Preventing child maltreatment. A guide to taking action and

generating evidence. (On-line). Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/publications/2006/9241594365_eng.pdf. Consultado a 7 de dezembro de 2009.

Documentos legais internacionais e nacionais:

Organização das Nações Unidas (ONU) (1959). Declaração universal dos direitos das crianças.

Organização das Nações Unidas (ONU) (1989). Convenção dos direitos da criança. Ratificado por Portugal em 1990.

Decreto-lei n.º 98/98, de 18 de abril – Lei que cria a comissão nacional de crianças e jovens em risco e determina a sua constituição.

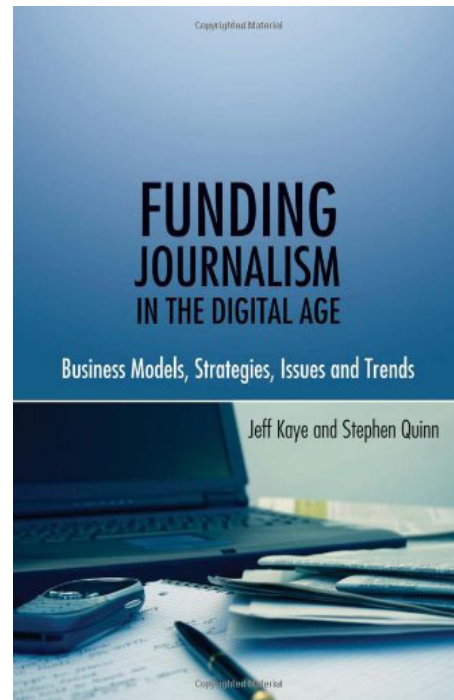
Lei n.º 147/99, de 1 de setembro – Lei de proteção de crianças e jovens em perigo.

Lei n.º 166/99, de 14 de setembro – Lei tutelar educativa.

Jeff Kaye & Stephen Quinn,

Funding Journalism in the Digital Age: Business Models, Strategies, Issues and Trends.

New York: Peter Lang Publishing, Inc., 2010.



Funding Journalism in the Digital Age é um livro essencial para quem busca informação sobre novos modelos de negócios para os media. Para além de nos indicarem vários caminhos para o futuro, os autores fazem um trabalho de contextualização muito importante, para se compreenderem as mudanças que as novas tecnologias introduziram na Indústria e como os meios de comunicação social estão a reagir a este momento de mudança.

A evolução da Internet criou uma verdadeira revolução digital, que está a abalar muitos setores da economia. Aquilo que começou por ser um problema da indústria discográfica e do entretenimento em geral, através da partilha ilegal e livre de ficheiros na Internet, alcança agora o “News Media”.

Sabemos que houve uma disrupção do modelo de negócio que acompanhou os media ao longo de todo o século XX. Este facto põe em causa a continuidade de um trabalho jornalístico livre e isento, que constituiu, ao longo das últimas décadas, um dos pilares essenciais das democracias ocidentais.

As notícias, quando consultadas na Internet, eram até aqui tendencialmente gratuitas e esta será uma tendência difícil de inverter. No entanto, as condições do mercado mudaram e os media veem-se obrigados a encontrarem

uma forma de cobrar aos seus consumidores pelos conteúdos que produzem. O modelo apenas baseado na publicidade tem demonstrado grandes fragilidades quando aplicado na Internet. É essencial encontrar um novo paradigma.

Os autores enumeram e descrevem, neste estudo, algumas experiências que estão a ser levadas a cabo um pouco por todo o mundo, com especial atenção aos Estados Unidos, numa tentativa de criar um quadro alargado das opções que estão ao alcance dos “News Media” neste momento.

Esses modelos de negócio vão desde os micropagamentos, passando pela filantropia, a criação de nichos de mercado, o conceito de Freemium (modelo onde se conjugam conteúdos pagos com outros conteúdos de acesso livre), até aos e-papers e os novos dispositivos eletrónicos, ou ainda o jornalismo do cidadão em parceria com as instituições convencionais, que são neste livro apresentados com base em exemplos em funcionamento, muitos ainda experiências piloto, mas que apontam caminhos para aquilo que poderá no futuro ser um modelo híbrido para os “News Media”.

Lançada em 2010, esta obra é de uma grande atualidade e apresenta-se como uma ferramenta essencial para a construção do estado da arte neste tema.

Jeff Keye e Stephen Quinn, professores universitários e autores, com um vasto currículo enquanto jornalistas, em jornais como Los Angeles Times, The Guardian, ou ainda na BBC, trabalham também enquanto consultores dos media, fazendo do estudo do impacto das novas tecnologias nos meios de comunicação a sua linha de investigação.

Ângela Mendes

Escola Superior de Educação de Portalegre. C3i

